



DESAFIOS DE INTELIGÊNCIA

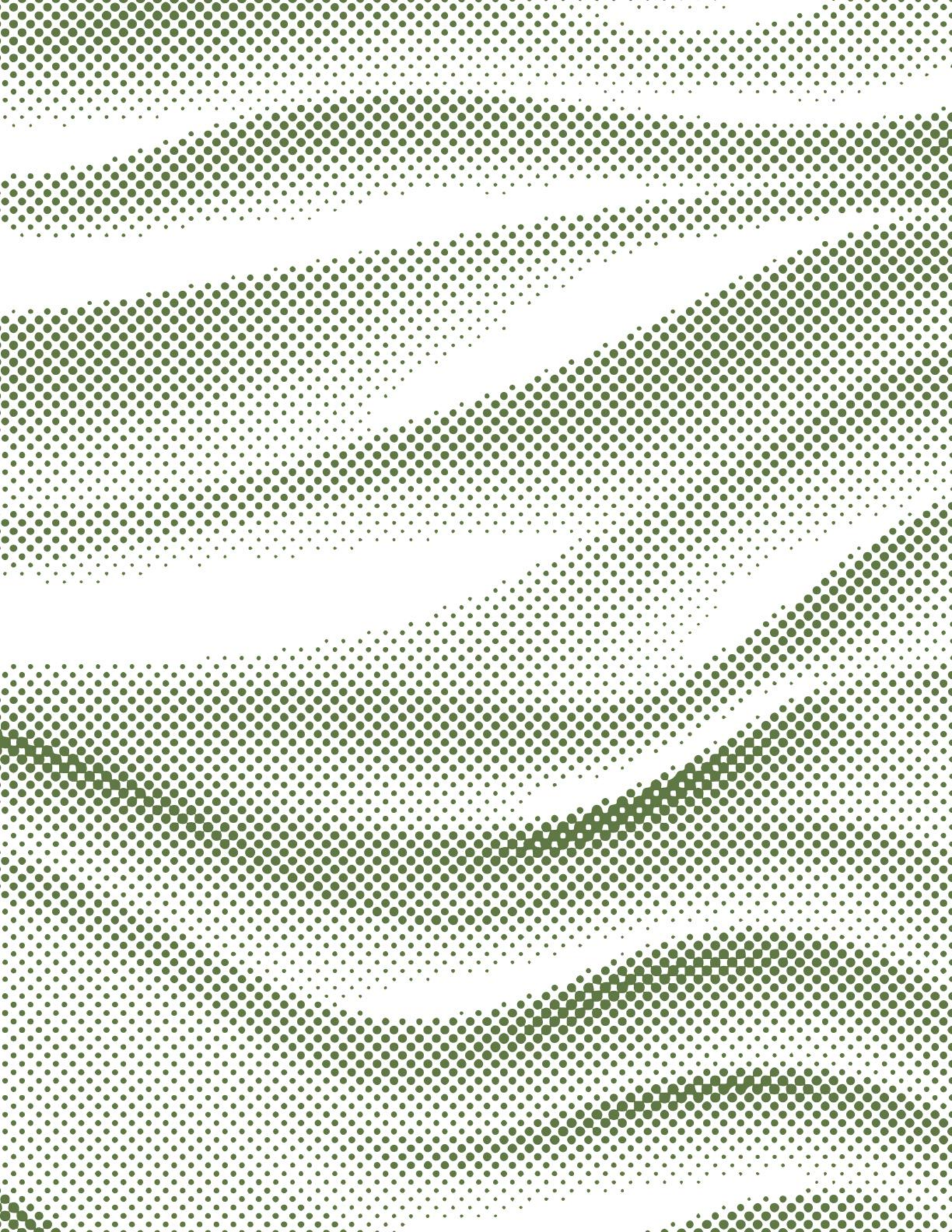
EDIÇÃO 2025





DESAFIOS DE INTELIGÊNCIA

EDIÇÃO 2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

CASA CIVIL
Ministro Rui Costa

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
Diretor-Geral Luiz Fernando Corrêa

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Secretário Rodrigo de Aquino

ESCOLA DE INTELIGÊNCIA
Diretora Anna Cruz

Coordenação
Coordenação-Geral de Pesquisa

Catálogo Bibliográfico Internacional e Normalização
Divisão de Conhecimento e Memória

SPO Área 5, Quadra 1
CEP: 70610-905 – Brasília/DF
1ª edição: dezembro de 2024

Projeto Gráfico
Luciano Mendes

Fotos
Agência Brasil

Fotos da capa
Marcelo Camargo (Agência Brasil)
Paulo Pinto (Agência Brasil)

Foto da contracapa
Fernando Frazão (Agência Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D442 Desafios de Inteligência: edição 2025. Brasília: ABIN, 2024.

109 p.

ISBN 978-65-86360-44-8

1. Atividade de Inteligência - Brasil. I. Agência Brasileira de Inteligência.
II. Título.

CDU 355.40(81)



Presidência da República
Casa Civil
Agência Brasileira de Inteligência

A stylized, halftone representation of the Brazilian flag, showing the green and gold colors and the white band with the Southern Cross constellation.

DESAFIOS DE INTELIGÊNCIA

EDIÇÃO 2025

25 ABIN
anos INTELIGÊNCIA NA
DEMOCRACIA

Brasília
Dezembro de 2024

Índice

Apresentação	9
Sumário Executivo	13
Nota metodológica	19

01

Transições globais	22
Clima	25
Demografia	30
Tecnologia	36

02

Situação internacional	44
Competição	46
Conflitos	51

03

América do Sul	56
Segurança	58
Integração	62

04

Brasil: desafios para a inteligência	70
Segurança das instituições democráticas	72
Segurança cibernética	75
Resiliência de setores estratégicos	80
Mercados ilícitos e crime organizado transnacional	83
Espionagem e interferência externa	88

Conclusão	91
ABIN	93
Publicações	95
Notas	97

Apresentação

D*esafios de Inteligência*, edição 2025, é um documento analítico, de caráter público, preparado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Trata-se de documento analítico porque mobiliza recursos de pesquisa e análise prospectiva. Ao mesmo tempo, é público pois integra um conjunto de iniciativas de transparência ativa e reposicionamento da ABIN frente à sociedade e ao governo.

Em 2024, a ABIN e o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) completam 25 anos de fundação. A consolidação de um sistema nacional e de uma agência civil especializada no provimento de conhecimento sobre ameaças e vulnerabilidades de segurança para o governo brasileiro é desafio permanente. Criada sob o marco da Constituição Cidadã de 1988, a nova inteligência brasileira tem compromisso inquebrantável com a democracia e

a soberania do Brasil. As orientações estratégicas para a atuação da ABIN são dadas pela lei, pela Política Nacional de Inteligência (PNI) e por normativos que vêm sendo atualizados, como o Decreto de reorganização do SISBIN, publicado em setembro de 2023.

Em novembro de 2023, pela primeira vez foi publicada na página oficial da ABIN a Doutrina da Atividade de Inteligência¹. A Doutrina explicita defini-

ções, princípios e valores e apresenta os principais conceitos atinentes à inteligência, à contrainteligência, aos procedimentos analíticos fundamentais da atividade e às operações de inteligência. A publicação de um documento prescritivo indica o caminho para reforçar a inteligência como atividade de Estado, um serviço público realizado de forma especializada, profissional e metódica.

Ao publicar *Desafios de Inteligência*, a ABIN tem como objetivo indicar pontos de atenção para a atuação da inteligência, dialogando com o governo e a sociedade sobre a importância da inteligência estratégica para auxiliar o Brasil a enfrentar as mudanças e instabilidades, atuais e futuras. Este documento beneficiou-se profundamente da interação com dezenas de cientistas e especialistas de universidades e de agências governamentais, aos quais somos extremamente gratos. Todavia, a responsabilidade pelas análises aqui desenvolvidas é inteiramente da agência.

Ao promover a reflexão sobre os fatores diretos e indiretos que afetam a segurança do Brasil, a ABIN reitera seu compromisso com a construção de uma sociedade democrática e soberana.



Luiz Fernando Corrêa
Diretor-Geral
Agência Brasileira de Inteligência

Sumário Executivo

Desafios de Inteligência, edição 2025, é um documento produzido pela Agência Brasileira de Inteligência para avaliar os riscos de segurança para o Brasil em quatro dimensões: global, internacional, regional e nacional.

Na dimensão global, são analisados os impactos e vulnerabilidades decorrentes das mudanças climáticas, da transição demográfica e da revolução tecnológica da segunda fase da Era Digital. **Na dimensão internacional** discute-se a concentração de poder e as consequentes rivalidades entre grandes potências, bem como o agravamento de conflitos armados. **Na dimensão regional**, o documento identifica a América do Sul como o entorno estratégico do Brasil, avaliando os desafios de segurança e de integração regional.

Na dimensão nacional, o documento destaca cinco tipos de riscos para a segurança das pessoas e das instituições no Brasil. A saber, os riscos para o Estado Democrático de Direito, para a segurança cibernética, para a resiliência dos setores estratégicos, além dos riscos associados a mercados ilícitos e crime organizado e riscos decorrentes da espionagem e da interferência externa.

Os nexos causais entre as transições globais, a situação internacional, a situação na América do Sul e os desafios nacionais de inteligência são

complexos. O que acontece no mundo afeta nosso país. Por sua vez, a maneira como as instituições e a sociedade lidam com tais desafios contribui para os resultados agregados a nível nacional, regional, internacional e global. É responsabilidade do Estado brasileiro prover as condições mínimas de segurança para as brasileiras e os brasileiros, de modo a propiciar o desenvolvimento. Para fazer isso é preciso conhecimento especializado sobre vulnerabilidades, riscos e ameaças, focos da atuação dos órgãos de inteligência.

1. Transições Globais

Até 2050, as mudanças climáticas, a transição demográfica global e as tecnologias da segunda fase da Era Digital (especialmente a inteligência artificial, a computação quântica e a robótica) continuarão a alterar de maneira radical o contexto de todas as interações estratégicas e das estruturas construídas pelos humanos. A cada ano é preciso avaliar como tais mudanças estão se desenvolvendo e os seus efeitos.

| Clima

Os efeitos das mudanças climáticas em curso no planeta são globais e desiguais, incluindo derretimento de geleiras, acidificação dos oceanos, redução de biodiversidade e incidência de eventos climáticos extremos. Países e populações são afetados desproporcionalmente em termos de vulnerabilidades e capacidades de prevenção, mitigação e adaptação. No Brasil, os principais efeitos associados às mudanças climáticas já se fazem sentir, com a aceleração da degradação de biomas, recorrência de eventos climáticos extremos, vulnerabilidade de áreas costeiras densamente povoadas, riscos aumentados de insegurança alimentar e deslocamentos forçados de populações urbanas e rurais.

| Demografia

Em 2050, a população global projetada será algo entre 9,4 e 10,1 bilhões de humanos. A idade mediana nos países mais ricos será de 44,5 anos, e 68,4% das pessoas do mundo viverão em cidades. Conflitos associados a fluxos migratórios (forçados e voluntários), acesso a serviços públi-

cos (saúde, educação, segurança, previdência) e distribuição de “chances de vida” (desigualdades e dignidade) dificilmente serão solucionados apenas de forma adaptativa, mesmo considerando a transição tecnológica em curso.

| Tecnologia

A atual transição tecnológica para a Era Digital começou na década de 1970, mas tende a se acelerar entre 2020 e 2050 em função da sinergia entre inovações digitais, biológicas, energéticas e de materiais. A área digital, especialmente por causa do aumento exponencial da capacidade computacional (quântica e supercomputação), comunicacional (redes e satélites) e de aprendizagem (inteligência artificial e dados), designa justamente o novo modo de produção e a formação social global a ele associada. O controle sobre as tecnologias e sua mobilização para o desenvolvimento, a governança dos conflitos envolvendo Estados, empresas e grupos sociais, bem como a incerteza radical sobre os efeitos sociais e institucionais (incluindo processos decisórios), importam para a segurança do Brasil.





2. Situação Internacional

A ordem internacional atual é multipolar, desequilibrada e desinstitucionalizada. Em contraste, os efeitos disruptivos das transições globais demandam mais cooperação em áreas críticas para o desenvolvimento sustentável da humanidade. Por isso, o futuro da ordem internacional nas próximas décadas afeta diretamente a segurança do Brasil.

Competição

A situação internacional em 2025 seguirá sendo definida pela polarização entre as grandes potências e pela disputa global por recursos, mercados e influência. A deterioração da segurança internacional priva o mundo da cooperação entre os Estados Unidos e a China, as duas maiores economias e os Estados mais poderosos, necessária para a solução dos grandes problemas decorrentes das transições globais nos planos ambiental, demográfico e tecnológico.

Conflitos

Os conflitos armados envolvendo Ucrânia e Israel, mesmo que não haja escalada adicional em 2025, continuarão degradando cada vez mais a confiança em soluções diplomáticas para os conflitos civis, insurgências, terrorismo, extremismo e guerras entre países, com repercussões humanitárias catastróficas. As disputas militares interestatais envolvendo diretamente potências regionais, algumas delas com armas nucleares, acrescentam um risco ainda maior para a segurança de todos.

3. América do Sul

O entorno estratégico do Brasil é formado pela América do Sul e pelo Atlântico Sul. Em ambos os espaços, o interesse nacional corresponde aos anseios de paz e desenvolvimento sustentável.

Segurança

Na frente leste-norte (Atlântico Sul), o desafio do Brasil é desenvolver capacidades dissuasórias e defensivas contra ameaças com baixa probabilidade e alto impacto, uma vez que 54,8% da população reside a até 150 km da costa e 23,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país é gerado nos municípios costeiros na faixa litorânea, sendo que 97,6% do petróleo, 83,8% do gás e 83% do comércio exterior do Brasil dependem do mar. Na frente oeste, os demais países da América do Sul correspondem a cerca de metade da população, do PIB e do território da região, além de abrigar 40% do bioma amazônico. Mais da metade das exportações brasileiras para a região são produtos e serviços de maior valor agregado e mais intensivos em tecnologia.

Integração

É crucial revigorar mecanismos regionais de coordenação e diálogo político, cooperação técnica e integração das infraestruturas de transportes e comunicações, físicas e digitais. Os riscos compartilhados (climáticos, demográficos e tecnológicos) entre os países da região, decorrentes das transições globais e das pressões geopolíticas, bem como a redução dos níveis de violência e pobreza e a preservação de recursos naturais e de ativos estratégicos, somente serão superados com integração regional.



4. Brasil: desafios para a inteligência

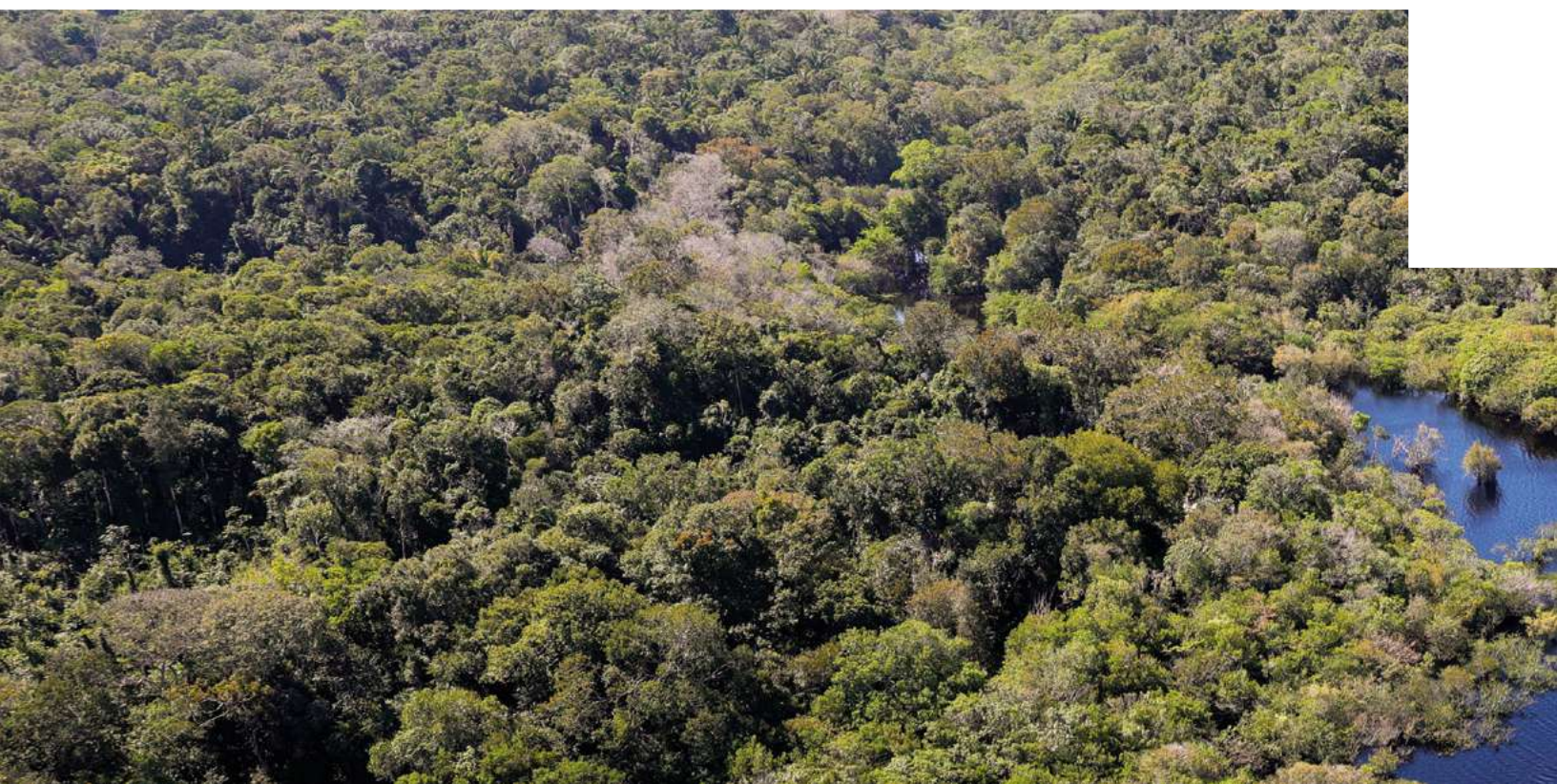
No contexto das transições globais, e considerando a situação internacional, foram selecionados cinco riscos de segurança principais, os quais constituem desafios de inteligência em 2025: a segurança das instituições democráticas, a segurança cibernética, a resiliência de setores estratégicos, os mercados ilícitos e o crime organizado, e a espionagem e interferência externa.

| Segurança das instituições democráticas

Em 2025, três fatores podem agravar o risco para o funcionamento das instituições democráticas brasileiras. O primeiro são campanhas de desinformação contra os processos eleitorais, as quais podem contribuir para eventuais rupturas institucionais em outros países, inclusive na América do Sul, com impactos sobre a dinâmica interna de movimentos antidemocráticos brasileiros. O segundo é a coordenação entre grupos antidemocráticos em escala internacional, por meio de financiamentos e intercâmbio de repertórios de ação. O terceiro são as crises socioambientais, cada vez mais extremas e frequentes, causadas pelas mudanças climáticas, exigindo respostas estatais rápidas e coordenadas.

| Segurança cibernética

As crescentes ameaças estatais e não estatais contra o espaço cibernético brasileiro demandam uma abordagem fundada no conceito de resiliência cibernética. Resiliência envolve a continuidade de operações, proteção de dados, criptografia e resposta a ataques persistentes e incidentes contra usuários públicos e privados. Em 2025, a produção de inteligência para apoiar as políticas públicas de segurança cibernética terá como desafios a crescente sofisticação dos métodos de ataque, o uso de inteligência artificial por atores maliciosos e o aumento da superfície de ataque em virtude da expansão de serviços públicos em plataformas digitais.



| Resiliência de setores estratégicos

A inteligência apoia as políticas públicas de construção e manutenção da resiliência de setores estratégicos por meio da promoção de uma cultura de proteção de conhecimentos sensíveis e de avaliação sistemática de ameaças e vulnerabilidades. Em 2025, os setores estratégicos prioritários para a inteligência são os de energia (incluindo o setor nuclear), PEGANBIO (petróleo, gás e biocombustíveis), infraestrutura digital, defesa, espaço, transportes e segurança alimentar. Além da manutenção e aperfeiçoamento do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) desenvolvido pela ABIN, as demandas de inteligência baseadas na avaliação de riscos e recomendações de ações de mitigação serão aumentadas em virtude da presidência brasileira e da realização dos eventos do BRICS e da COP30.

| Mercados ilícitos e crime organizado transnacional

Os mercados ilícitos e os crimes transnacionais constituem problemas compartilhados entre o Brasil e os demais países sul-americanos. Os operadores de narcotráfico, tráfico de armas e pessoas, contrabando de migrantes e crimes ambientais, como mineração ilegal de ouro e contrabando de madeira, aproveitam-se do enfraquecimento da governança regional e das dificuldades de in-

tegração para expandir sua atuação. Em 2025, a produção de inteligência sobre essas ameaças terá como desafios integrar o acompanhamento de eventos críticos correntes com a avaliação de tendências de curto e médio prazos, em abordagens geolocalizadas, visando a um assessoramento estratégico capaz de informar decisões de políticas públicas fundadas em evidências.

| Espionagem e interferência externa

O ciclo de realizações de grandes eventos políticos no Brasil, em função da presidência do G20 (2024), do BRICS e da COP30 (2025), tem elevado estado de alerta sobre ameaças de espionagem e campanhas de interferência externa contra o Brasil.

Os temas discutidos neste documento são abrangentes, mas a agenda de produção de conhecimento de inteligência é ainda mais diversificada. Os conteúdos, métodos, fontes e recursos empregados para a atuação dos órgãos do SISBIN, incluindo a ABIN, podem e devem ser auditados e controlados por meio de diferentes instrumentos e instâncias, na forma da lei e de procedimentos administrativos que são públicos e cada vez mais aperfeiçoados conforme as exigências da cidadania. A identificação prospectiva e fundamentada de prioridades é parte deste processo.



Nota Metodológica

***Desafios de Inteligência* é um documento que analisa fenômenos internacionais e seus vínculos com a agenda de produção de conhecimentos sobre riscos, ameaças e vulnerabilidades de segurança para o Brasil.**

O objetivo do documento não é produzir cenários, mas avaliar eventos e tendências em diferentes escalas temporais e geográficas, os quais podem afetar a segurança das pessoas e das instituições no Brasil.

O trabalho foi elaborado por analistas da ABIN em diálogo com especialistas externos. Ao longo de 2023 e 2024, no marco do programa de pesquisa e extensão da Escola de Inteligência (ESINT), foram realizados 18 eventos em Brasília, nos quais foram ouvidos 44 especialistas. Além disso, houve 10 encontros temáticos com especialistas nas cinco regiões do país organizados pelas superintendências estaduais da ABIN. No total, foram ouvidos mais de 100 especialistas. Elas e eles trabalham em instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas, bem como em órgãos governamentais federais, estaduais e municipais.

Os temas discutidos em tais encontros incluíram eventos climáticos extremos, segurança alimentar, desinformação e ameaças às democracias, integração da América do Sul, Inteligência Artificial (IA) e conflitos armados internacionais, entre outros. A partir das interações realizadas, foram selecionados os temas a serem discutidos neste documento, divididos em quatro níveis de análise (global, internacional, regional e nacional). Cada capítulo corresponde a um nível de análise.

Muitos tópicos relevantes (desde transições energéticas até as dinâmicas de violência interpessoal) não puderam ser abordados, por limitações diversas e devido à necessidade de realizar escolhas, considerando as necessidades de assessoramento especializado identificadas ao longo de 2023 e 2024. Nos três primeiros níveis de análise (global, internacional e regional), os conteúdos

discutidos foram avaliados como relevantes, mas não foram empregadas técnicas específicas para a priorização dos problemas. Em seguida, profissionais da ABIN vinculados ao Núcleo de Pesquisa em Inteligência da ESINT realizaram uma revisão da produção técnica e científica especializada, tendo optado por utilizar dados de fontes públicas (ver referências ao fim). Os recortes de dados utilizados dependeram da disponibilidade em fontes públicas. Por essa razão, por exemplo, no capítulo sobre América do Sul, ora são utilizados dados referentes à América do Sul, ora à América Latina e ora à América Latina e Caribe. Nas visualizações de dados, procurou-se utilizar paleta acessível para pessoas com dificuldades de percepção das cores.

No nível global (capítulo 1), optou-se por discutir três temas inter-relacionados, as implicações das mudanças climáticas, as pressões decorrentes da transição demográfica no mundo e os impactos das novas tecnologias emergentes na segunda fase da Era Digital. No capítulo 2 (Situação Internacional) foram analisadas as características da ordem internacional contemporânea (concentração, desequilíbrio e desinstitucionalização do poder), bem como as implicações da rivalidade entre grandes potências e dos conflitos armados na Europa e no Oriente Médio. No capítulo 3 (América do Sul), o documento parte da premissa que a contiguidade geográfica é um fator relevante para a análise dos desafios de segurança do Brasil, procurando identificar as vulnerabilidades no entorno

estratégico brasileiro, formado pelo Atlântico Sul e pela América do Sul, com ênfase para esta última. Em relação a esses três primeiros capítulos, é importante registrar duas observações.

Primeiro, sabe-se que os nexos causais entre as transições globais, a situação internacional, a situação na América do Sul e os desafios nacionais de inteligência são complexos e demandam explicação adicional, o que não foi possível fazer nesta edição. De modo geral, entretanto, assume-se como premissa que aquilo que acontece no mundo afeta nosso país. Por sua vez, a maneira como as instituições e a sociedade lidam com tais desafios contribui para os resultados agregados a nível nacional, regional, internacional e global.

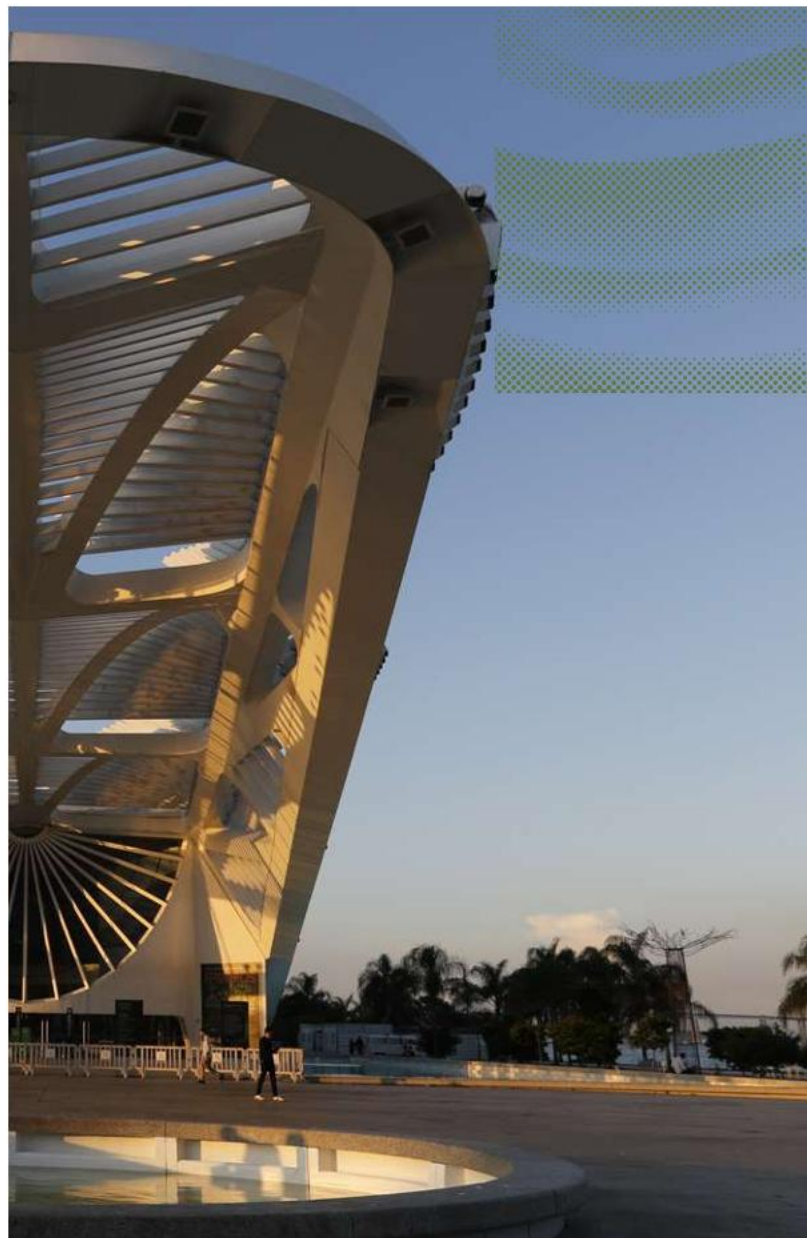
Ademais, embora a preocupação primária do documento sejam os riscos de segurança para as pessoas e as instituições no Brasil, tais riscos envolvem tanto a identificação de ameaças diretas e existenciais quanto a análise de vulnerabilidades. Por isso avaliamos a situação política internacional, principalmente a deterioração das condições de segurança em função do aumento da competição geopolítica entre grandes potências e do agravamento de conflitos armados regionais na Europa e Oriente Médio.

Para realizar essa tarefa, foram utilizados dados agregados de fontes públicas e análise de situações e eventos. Cumpre lembrar que os contextos ambientais, populacionais e tecnológicos são alguns dos parâmetros a serem levados em

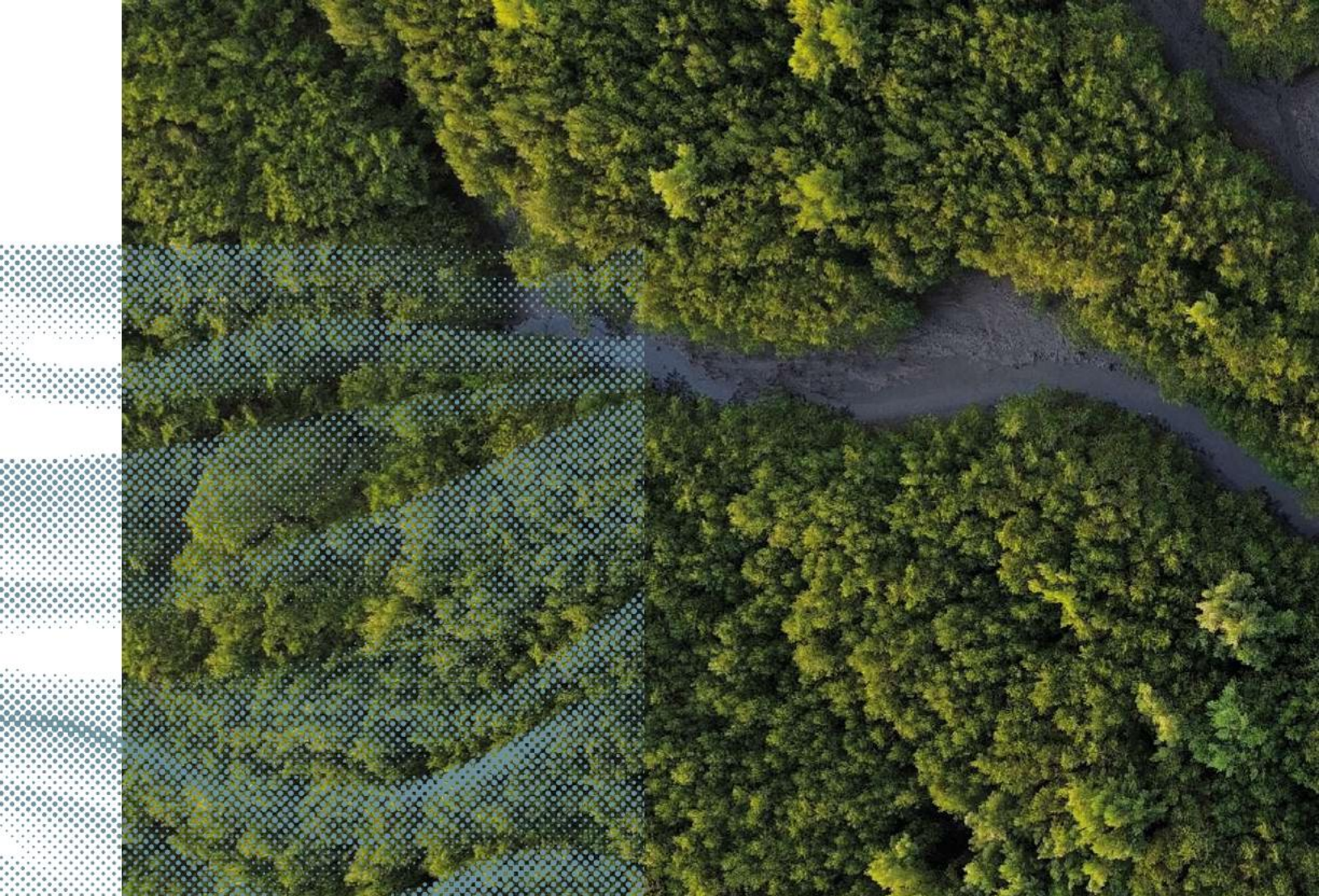
conta quando se avaliam os riscos e vulnerabilidades de segurança de um país. Por definição, contextos e estruturas não possuem capacidade de agir e, portanto, não constituem ameaças existenciais para pessoas e instituições. Ainda assim, a mudança sistêmica impacta de maneira desigual as pessoas e os países. De forma semelhante, mesmo quando conflitos armados e rivalidades geopolíticas não ameaçam diretamente a população e os interesses brasileiros, é preciso monitorar as interações que podem contribuir para aumentar a insegurança coletiva e os desafios para a inserção internacional e o desenvolvimento do país. De forma mais direta, o que ocorre na América do Sul afeta as possibilidades e os riscos para o nosso país, tanto em termos intergovernamentais quanto estruturalmente.

Os desafios de inteligência discutidos no capítulo 4 (nível nacional) derivam das tendências observadas nos capítulos anteriores e da necessidade de acompanhar as ameaças elencadas na Política Nacional de Inteligência (PNI). Cada um dos desafios foi preparado por equipe interdisciplinar de analistas a partir de um exercício prospectivo sobre riscos coordenado pela Escola de Inteligência, empregando técnicas de análise estruturada.

Nesta primeira edição do documento, mais do que selecionar variáveis e testar hipóteses explicativas, optou-se pela sistematização preliminar de informações que permitirão, no futuro, abordagens metodológicas mais sofisticadas.



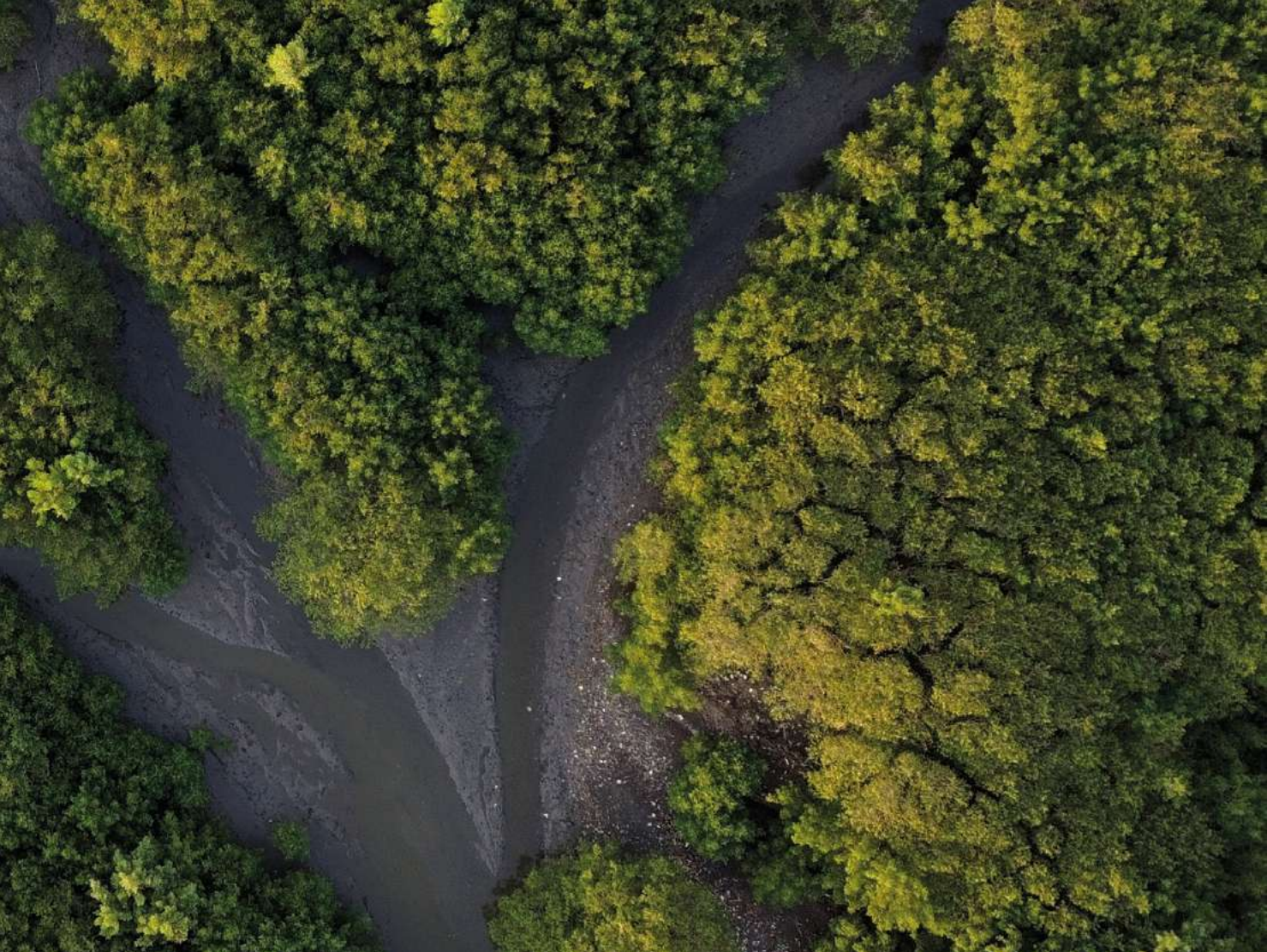
Vista do entardecer no Museu do Amanhã | Foto: Fernando Frazão (Agência Brasil)



Transições Globais

01

Área de manguezal, recuperada após desastre ambiental, no Parque Natural Municipal Barão de Mauá (RJ) | Foto: Fernando Frazão (Agência Brasil)



Entende-se por transições globais um conjunto de mudanças significativas que ocorrem em escala mundial, com grande potencial disruptivo. As transições afetam diversos aspectos da sociedade, cultura, economia, meio ambiente e outras esferas e incidem de forma simultânea e correlacionada, influenciando-se umas às outras. Embora seja possível identificar onde, quando e como cada uma delas se iniciou e compreender sua evolução ao longo dos processos históricos, prever seu desenvolvimento futuro é tarefa extremamente complexa.

As relações internacionais envolvem diversos tipos de atores (governos nacionais, burocracias especializadas, empresas, organizações internacionais, grupos e indivíduos). Tais atores fazem escolhas e agem constrangidos por estruturas construídas historicamente, de tipo político, econômico e social. Tanto os constrangimentos estruturais quanto as interações entre atores ocorrem em contextos mais amplos, ambientais, humanos e tecnológicos. Desde o seu surgimento, a espécie humana aumentou continuamente a capacidade de alterar

tais contextos. Nas últimas décadas, entretanto, esse processo chegou a um ponto em que o aumento da densidade das interações (transportes, comunicação, energia, informação) nos levou a caracterizar o contexto das relações internacionais em função do impacto humano, chamando-o de Antropoceno ou de Era Digital, por exemplo.

As interações sucessivas entre pessoas, organizações e Estados conformam estruturas que constroem as decisões estratégicas. Por intermédio de mecanismos de cooperação, conflito e

securitização, os Estados reproduzem e alteram as estruturas internacionais e contribuem para influenciar a evolução das transições globais.

Nas últimas décadas, têm se acumulado evidências sobre as causas e os efeitos das mudanças climáticas, o perfil demográfico das sociedades tem se alterado profundamente, e inovações

tecnológicas vêm transformando de forma irreversível diversos aspectos da vida humana. Assim como essas mudanças abrem oportunidades, também trazem riscos para a segurança das pessoas e das instituições. Este capítulo tratará, sob o ponto de vista da segurança do Brasil, das transições climática, demográfica e tecnológica.



Relógio digital de rua marca 45 graus no bairro do Estácio (RJ)
| Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil



Clima

Ao longo dos últimos milênios, os padrões climáticos planetários mantiveram-se majoritariamente estáveis², viabilizando o desenvolvimento de sociedades complexas e de processos de territorialização. O que chamamos de mudança climática são alterações na distribuição estatística dos eventos naturais (clima e tempo) em diferentes escalas temporais e espaciais. As causas da mudança climática no planeta incluem fatores geológicos e mesmo variações na radiação solar em ciclos longos, mas os fatores antrópicos concentrados temporalmente são cada vez mais evidentes e decisivos, incluindo o desflorestamento, a poluição, a degradação de ecossistemas e o aquecimento global. A elevação da temperatura global decorre da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera (metano e dióxido de carbono, principalmente). A perspectiva de continuidade e agravamento, nas próximas décadas, das mudanças climáticas e dos eventos extremos a elas associados, representa ameaça ao desenvolvimento humano e aos modos de vida contemporâneos. O enfrentamento dessa questão torna-se mais desafiador conforme se explicitam conflitos de interesse. Entre eles, indefinições sobre a divisão justa de responsabilidades dificultam a coordenação internacional e postergam as providências necessárias.

Segundo a perspectiva majoritária da comunidade científica, explicitada pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), a crise climática decorre principalmente de fatores humanos, especialmente das emissões de carbono resultantes da destruição ambiental e da transformação energética de combustíveis fósseis realizada por motores a combustão nos processos industriais, de transporte e na agricultura³. O progressivo acúmulo de carbono na atmosfera,

desde o início da era industrial, resulta na elevação das temperaturas médias no planeta. As temperaturas médias da superfície terrestre no período 2011-2020 estão 1,09°C mais altas em comparação com o período 1850-1900, tomado como referência a era pré-industrial, e o aumento da temperatura nos últimos 50 anos (1970-2020) foi o mais rápido registrado em período equivalente nos últimos 2000 anos⁴.

As temperaturas médias da superfície terrestre no período 2011-2020 estão 1,09°C mais altas em comparação com o período 1850-1900

Ao lado desse fenômeno, encontram-se outros de potencial destrutivo, como a degradação ambiental, a destruição de ecossistemas e o acúmulo de emissões e descartes humanos no oceano, que interagem de maneira imprevisível com o aquecimento global em curso⁵. A crise climática é, portanto, resultado de sistema dinâmico, no qual a ação humana tem papel central, e as relações entre variáveis podem gerar consequências de difícil previsão.

A esse caráter dinâmico soma-se a existência de potenciais “pontos de não retorno” (*tipping points*), nos quais os efeitos produzidos por perturbações externas levam um sistema a evoluir de forma autônoma e irreversível. Diversos fenômenos relacionados à crise climática apresentam possíveis pontos de não retorno, a exemplo da degradação de biomas, do enfraquecimento da corrente do Golfo, da diminuição do nível de oxigênio nos oceanos e do descongelamento de solos polares (*permafrost*).

A coexistência de múltiplos sistemas com pontos de não retorno pode levar à retroalimentação da crise climática, que somente seria mitigada com ampla cooperação internacional e vasto esforço de modificação de padrões de vida.

No Brasil, os eventos climáticos extremos são uma das expressões mais danosas e imediatas da crise climática. Eventos catastróficos impuseram à sociedade brasileira grandes prejuízos materiais e, mais importante, a perda irreparável de vidas. A tragédia no Rio Grande Sul, em 2024, demonstrou mais uma vez as consequências desastrosas desses eventos para o Brasil: 478 municípios (96% dos municípios do estado) e 2,4 milhões de pessoas (20% da população do estado) foram afetados pelo evento, que vitimou 183 pessoas, com 27 desaparecidos e 806 feridos⁶. A crise climática torna esses eventos mais frequentes, intensos e imprevisíveis⁷. O trabalho governamental transversal para identificar vulnerabilidades e planejar investimentos públicos de mitigação e adaptação aos eventos climáticos extremos é imprescindível para a segurança da sociedade brasileira.

A agenda de regulação, prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas não cabe exclusivamente a Estados nacionais e entes governamentais. Ainda que a produção de energia seja um setor que conta tradicionalmente com grande investimento estatal⁸, o enfrentamento eficaz da questão exige o engajamento de investimentos privados para a transição energética, sobretudo para alterar a matriz de consumo industrial⁹. No âmbito de políticas públicas, por exemplo, é recorrente o compartilhamento da responsabilidade de investimento tanto por atores estatais quanto do setor privado, como em parcerias público-privadas. A sociedade civil, por sua vez, é importante não apenas nas discussões sobre padrões de consumo e de engajamento de agenda, mas também nas decisões eleitorais que fomentam ou constroem avanços nas agendas internacionais de mudanças climáticas.

As consequências de médio e longo prazos da crise climática, ainda que não se traduzam necessariamente em eventos extremos e concentrados no tempo, são igualmente perigosas para a segu-



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante sobrevoo em Porto Alegre e Canoas (RS) | Foto: Ricardo Stuckert (PR)



rança de pessoas e instituições no Brasil. A destruição de fauna e flora de biomas nativos como a Amazônia¹⁰, o Cerrado¹¹ e o Pantanal¹² acarreta alterações climáticas no continente sul-americano. Particularmente preocupante é a mudança das características dos chamados “rios voadores”, que se originam na região equatorial Amazônica e irrigam o Brasil central e a região Sudeste¹³. Essa modificação pode aumentar a aridez nessas regiões e incrementar a frequência de eventos extremos relacionados tanto a inundações e deslizamentos quanto a secas prolongadas, além de trazer grandes prejuízos à segurança alimentar e energética e à produtividade do complexo econômico agropecuário.

Mais da metade da população brasileira concentra-se na faixa do território nacional que se estende a até 150 km da costa

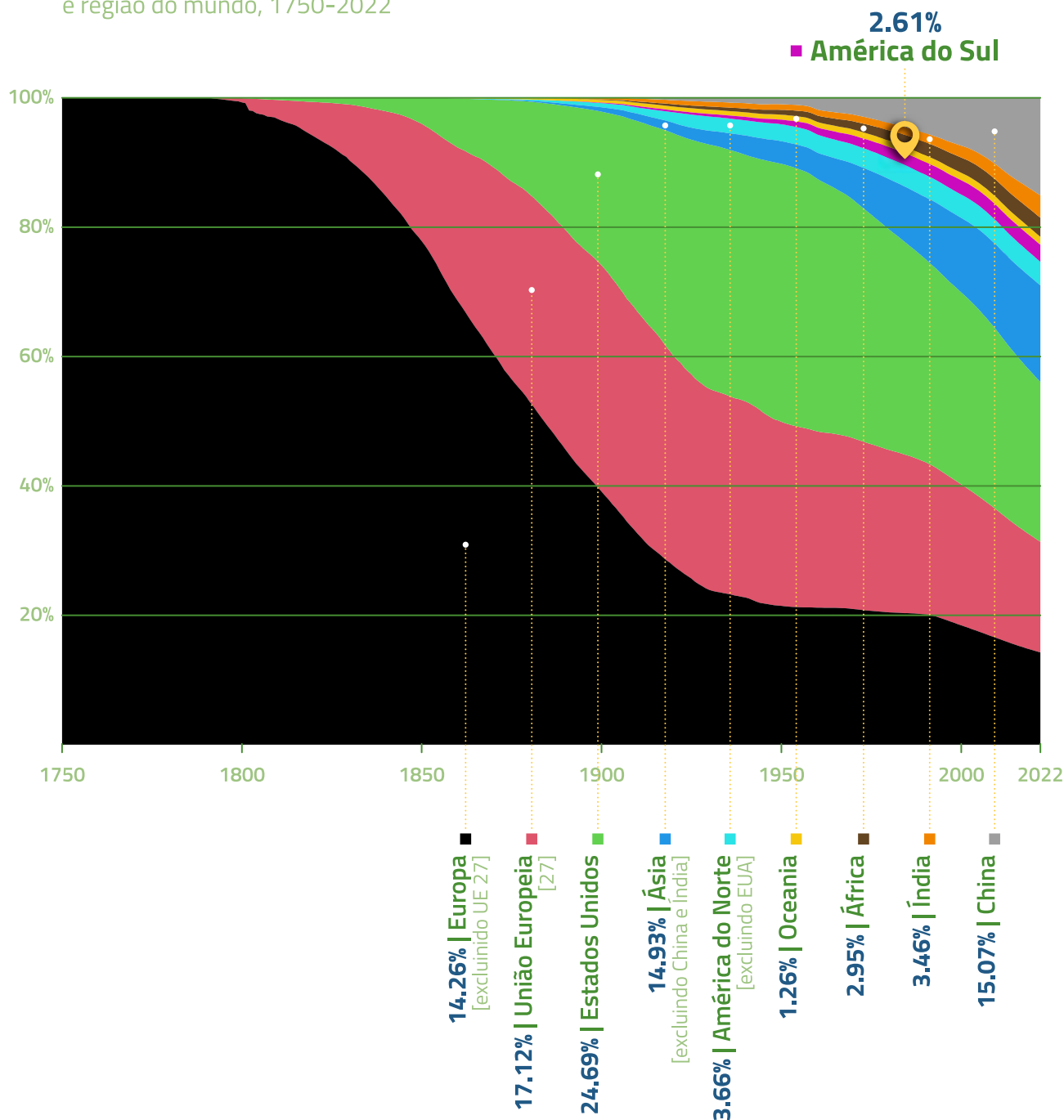
Mais da metade da população brasileira concentra-se na faixa do território nacional que se estende a até 150 km da costa¹⁴. Parte desse espaço localiza-se em baixa altitude, em área que concentra grandes metrópoles, centros industriais e ativos estratégicos para o desenvolvimento nacional, como portos, aeroportos, refinarias, usinas nucleares e áreas de cultivo. Por isso, a elevação do nível do mar constitui vulnerabilidade para o Brasil, com extensa e povoada costa marítima. A erosão costeira põe em risco infraestruturas e assentamentos humanos, impondo custos às populações e aos governos¹⁵.

Uma das características mais danosas da crise climática é seu efeito sobre as desigualdades sociais. Eventos extremos e mudanças ambientais graduais distribuem-se de forma desigual: as consequências negativas de deslizamentos, enchentes, secas e insegurança alimentar atingem predominantemente pessoas e áreas geográficas economicamente desfavorecidas¹⁶. No Brasil, essas populações frequentemente se concentram em territórios de ocupação precária em encostas ou margens de rios. No caso das áreas de desertificação, concentram-se em região historicamente desfavorecida no processo de desenvolvimento nacional, o sertão nordestino.

A crise climática agrava desigualdades não apenas no interior dos países, mas também entre eles¹⁷. A responsabilidade histórica pelo aquecimento global recai, majoritariamente, sobre os países mais ricos, que se desenvolveram amparados por dois séculos de intensa emissão de carbono e que, em geral, exibem os maiores índices de emissão acumulada *per capita*. Os prejuízos mais danosos em termos relativos, contudo, ocorrem em países em desenvolvimento, nos quais eventos climáticos extremos causam mais perdas de vidas e prejuízos econômicos.

Emissões cumulativas de CO2

Participação proporcional por país (maiores emissores) e região do mundo, 1750-2022



Fonte: adaptado de Hannah Ritchie e Max Roser, "CO₂ emissions," Our World in Data, junho de 2020, atualizada em janeiro de 2024 (Global Carbon Project, "Global Carbon Budget" [original data], "Cumulative CO₂ emissions – GCB" [dataset]), <https://ourworldindata.org/grapher/cumulative-co2-emissions-region?showSelectionOnlyInTable=1>.



Episódios extremos evidenciam esse fato: embora eventos catastróficos como furacões, tufoes e enchentes provoquem perda de vidas e de propriedades em países e territórios de maior desenvolvimento, como Estados Unidos da América (EUA), Japão e Espanha, os mesmos eventos provocam devastação relativa ainda maior em nações e territórios de menor desenvolvimento relativo, como Haiti e Filipinas, os quais não detêm a mesma capacidade de investimento estatal em prevenção, mitigação, adaptação e resposta a crises. A mudança gradual de padrões climáticos afeta desproporcionalmente países em desenvolvimento, inclusive com a perspectiva de desaparecimento completo do território de nações insulares e de alagamento de áreas costeiras densamente ocupadas, como os deltas dos rios Indo, Nilo, Níger e Mekong. Globalmente, o nível dos oceanos aumentou 20 cm entre 1901 e 2018. A velocidade do aumento era de 1,9 mm por ano entre 1971 e 2006, e dobrou para 3,7 mm por ano entre 2006 e 2018¹⁸.

Globalmente, o nível dos oceanos aumentou 20 cm entre 1901 e 2018. A velocidade do aumento era de 1,9 mm por ano entre 1971 e 2006, e dobrou para 3,7 mm por ano entre 2006 e 2018

Além disso, a crise climática altera a distribuição relativa de recursos de poder no sistema internacional, ainda que em contexto de perdas coletivas absolutas. Assim, por exemplo, no que se refere à elevação do nível dos oceanos, enquanto países mais ricos podem investir mais recursos em mitigação e adaptação e, portanto, preservar seus recursos de poder, os Estados menos afluentes não têm a mesma capacidade¹⁹. Além de investimentos estatais, fatores como disponibilidade de renda, vulnerabilidade, capacidade de resposta, infraestrutura, acesso a financiamento e recepção de grupos migratórios aprofundam as clivagens existentes. Enquanto países em desenvolvimento com extensas áreas costeiras de baixa altitude ou ameaçados pela desertificação podem perder recursos e pessoas, com destaque para as maiores perdas em produção agrícola projetadas para os países de regiões tropicais em decorrência das mudanças climáticas²⁰, países de altas latitudes e maior capacidade de investimento podem, inclusive, expandir áreas de ocupação, produção e acesso a recursos.

Ao problema de mitigar as consequências negativas da crise climática soma-se, portanto, o de planejar transição ecológica justa para as pessoas e os países. Especialmente significativos para a segurança do Brasil são a preservação de biomas cruciais para o equilíbrio ecológico na América do Sul e no mundo, a mitigação das vulnerabilidades da população a eventos climáticos extremos, o planejamento para enfrentar as consequências do aumento do nível dos oceanos em áreas costeiras densamente povoadas e o gerenciamento dos efeitos das mudanças climáticas para a segurança alimentar.

Demografia

Transições demográficas, como a que a Europa experimentou entre meados do século XIX até a metade do século XX, são caracterizadas pela redução concomitante ou próxima entre as taxas de mortalidade e as taxas de fecundidade. Ao longo do século XXI, o mundo passa por uma transição demográfica rápida e em escala inédita na história humana, em que a taxa de fecundidade tende a se reduzir de 2,5 (média global) em 2019 para 2,1 filhos por mulher em 2050, declinando para aquém dos níveis de reposição na segunda metade do século. No Sul Global, especialmente na África, o declínio das taxas de mortalidade infantil e de fecundidade é um pouco mais lento, enquanto na Europa, no leste asiático e nas Américas tem sido mais rápido, ao ponto de a população de vários países já estar declinando.

A taxa de fecundidade tende a se reduzir de 2,5 (média global) em 2019 para 2,1 filhos por mulher em 2050, declinando para aquém dos níveis de reposição na segunda metade do século

A Revolução Industrial ocasionou a maior transformação demográfica nas sociedades humanas desde o advento da agricultura. Ao longo dos últimos dois séculos, as anteriormente elevadas taxas de mortalidade e natalidade recuaram em todo o mundo, conforme países se urbanizaram e



Viaduto Pompéia, São Paulo (SP) | Foto: Fernando Frazão (Agência Brasil)

a expectativa de vida aumentou²¹. Como resultado da diferença entre essas taxas, a população humana apresentou crescimento sem precedentes, aumentando de 2,5 bilhões para 8,1 bilhões entre 1950 e 2022²². As projeções mais recentes apontam para uma população global em torno de 9,7 bilhões em 2050, da qual 68,4%, ou aproximadamente 6,7 bilhões, viverá em áreas urbanas²³. Para 2100, a população mundial projetada é de 10,4 bilhões²⁴. Ao mesmo tempo, a transição demográfica gerou expansão econômica, e houve redução significativa da pobreza absoluta. Hoje, menos de 9% da humanidade vive na pobreza extrema²⁵, em contraste com mais de 90% no séc. XIX²⁶.

Essa transição demográfica, que se iniciou há dois séculos e ainda se estenderá ao longo do século atual, ocorre em ondas, afetando diferentes regiões em períodos distintos e com intensidade e

duração desiguais²⁷. Em uma primeira etapa, que perdurou do séc. XIX a meados do séc. XX, a transição demográfica atingiu seu auge nas sociedades da Europa Ocidental, nos países anglo-saxões e no Japão. Esse período coincidiu com a ascensão econômica das potências capitalistas pioneiras, e o excedente populacional resultante da explosão demográfica nas sociedades europeias e japonesa acarretou grande migração para as Américas e Oceania, bem como pressões para expansão imperialista na África e na Ásia. Esse foi também o período dos conflitos interestatais mais destrutivos da história humana até o momento.

Na segunda metade do século XX, países da Europa do Leste e da antiga União Soviética, da Ásia do Leste e da América Latina experimentaram auge de crescimento demográfico à medida que se industrializaram. Nesse período de expansão demográfica e econômica, surgiram os conceitos

A população global alcançará 9,7 bilhões em 2050, dos quais 68,4%, ou aproximadamente 6,7 bilhões de pessoas, viverão em áreas urbanas. Para 2100, a população mundial projetada é de 10,4 bilhões

de “mercados emergentes”, de “Novos Países Industrializados” (grupo que inclui grandes mercados em expansão no mundo em desenvolvimento, como México, Argentina, Turquia, Indonésia e Brasil) e de “Tigres Asiáticos” (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), assim como se verificou

o início da expansão econômica da República Popular da China.

O Brasil, em particular, sofreu grandes transformações no período, com o crescimento significativo da população e da economia. O país desenvolveu a infraestrutura e a rede urbana, alimentadas pelo êxodo rural e pela industrialização induzida pela estratégia desenvolvimentista de substituição de importações. Nesse período, houve a integração do Brasil pelo modal rodoviário, a formação da megalópole do eixo Rio-São Paulo, o avanço da ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia e a construção da capital, Brasília. As pressões demográficas para a expansão da infraestrutura urbana e a criação de empregos formais foram apenas parcialmente atendidas e, como resultado, ampliaram-se núcleos significativos de habitação informal nas metrópoles brasileiras.

Nas últimas décadas do século XX e neste início do século XXI, a transição demográfica está atingindo seu auge numa faixa geográfica que se estende do Sudeste Asiático ao *Sahel* da África e inclui países populosos como Indonésia, Bangladesh, Índia – que se tornou o país mais populoso do mundo no período –, Paquistão e Egito. A expansão demográfica é frequentemente acompanhada de movimentos populacionais, não apenas campo-cidade, mas também em direção a regiões do território nacional onde se encontram centros de dinamismo econômico, resultando em tensões relacionadas ao equilíbrio de poder entre grupos étnico-linguísticos ou religiosos²⁸.

Assim, a transição demográfica tem sido acompanhada de crescimento de tensões sectárias e insatisfação social em diversas sociedades, como Filipinas e Mianmar, bem como sociedades médio-orientais que foram palco da chamada Primavera Árabe entre 2010 e 2012. Nestas, entre os fatores relevantes para a onda de manifestações, destaca-se a insatisfação da grande parcela jovem da

população com as condições econômicas, sociais e políticas²⁹.

Há também, no período atual, expressivo aumento de movimentos populacionais para além das fronteiras nacionais. Em comparação com o ocorrido durante os movimentos migratórios transatlânticos do fim do século XIX e do início do século XX, há atualmente restrições significativas, tanto institucionais como sociais e políticas, ao estabelecimento de imigrantes nos países de destino – particularmente de imigrantes motivados por causas econômicas advindos dos países em desenvolvimento e com baixa escolaridade. Não há, contudo, indicação de arrefecimento desses fluxos. Ao contrário, é razoável supor que se intensificarão, em função de conflitos interestatais e intraestatais, da interação com fatores climáticos e tecnológicos, da continuidade da transição demográfica na faixa geográfica *Sahel*-Sudeste Asiático e do avanço da transição demográfica na África Subsaariana.

A África Subsaariana é a última macrorregião do mundo a alcançar o auge dessa transição. Como resultado, segundo as projeções da Organização das Nações Unidas, a população do continente africano, que era de cerca de 800 milhões no ano 2000, poderá alcançar 2,5 bilhões na metade do século XXI³⁰. Esse crescimento populacional tem sido acompanhado de urbanização concentrada em metrópoles nacionais como Lagos, Luanda e Kinshasa e caracterizada pela formação de extensas áreas urbanas de ocupação irregular. Embora economias africanas como Botswana, Etiópia e Senegal passem por intenso processo de crescimento econômico, a pressão demográfica por urbanização é desafio significativo, que demanda a geração de infraestrutura e empregos com manutenção do equilíbrio macroeconômico. Na região como um todo, projeta-se que, em 2050, 58,1% da população, ou 1,25 bilhão de pessoas, viverá em áreas urbanas³¹.

A população do continente africano, que era de cerca de 800 milhões no ano 2000, poderá alcançar 2,5 bilhões na metade do século XXI

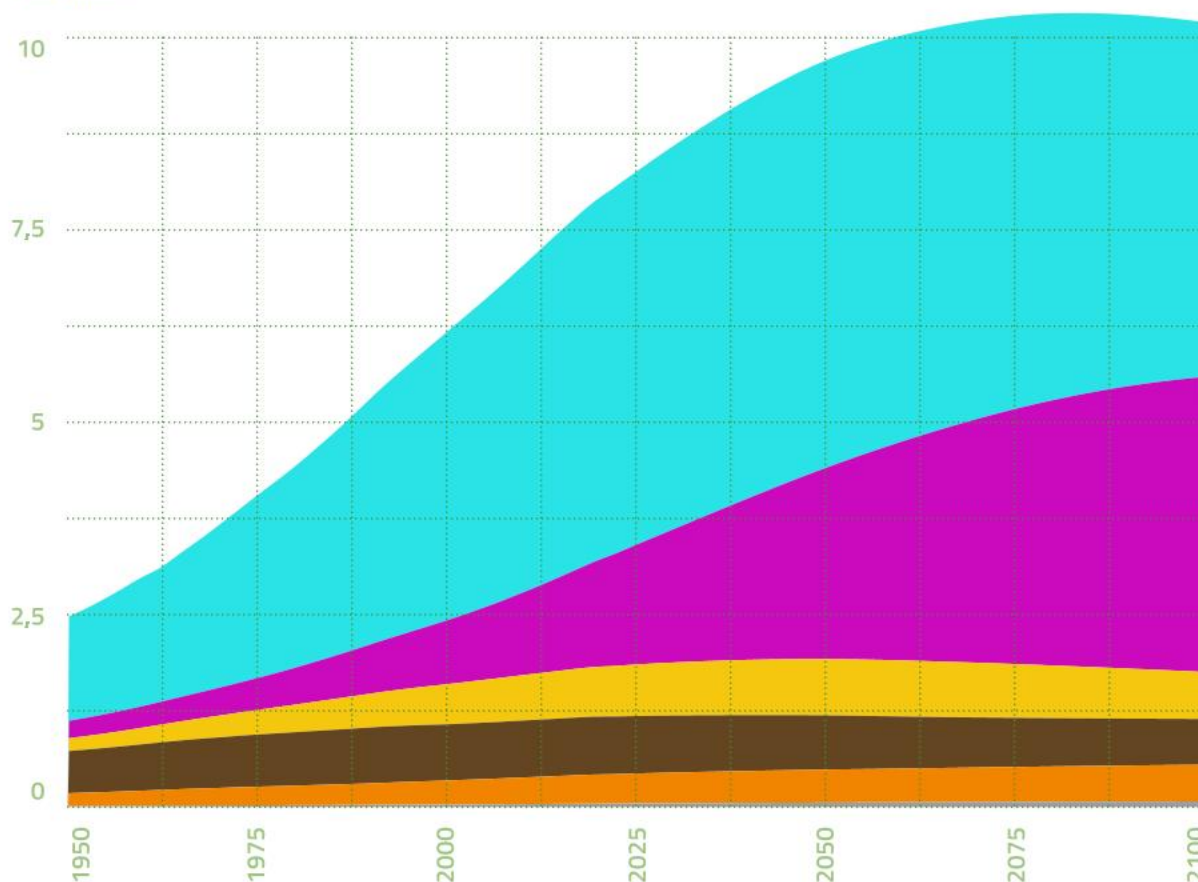
A longa transição demográfica iniciada na Europa ocidental há mais de duzentos anos, portanto, deve ser concluída no próximo século, no continente africano³². A capacidade dos governos do continente de fornecer educação de qualidade, acesso à saúde e oportunidades de emprego, primando pela redução das desigualdades socioeconômicas, influenciará em grande medida o futuro do processo de transição demográfica global³³.

O atual momento histórico coincide também com a conclusão da transição demográfica em diversas sociedades, especialmente concentradas no sul e leste da Europa e leste da Ásia. Em países tão diversos como Itália³⁴, Moldávia³⁵ e Coreia do Sul³⁶, as taxas de natalidade apresentam-se abaixo do nível de reposição populacional, a média etária avança gradualmente e a proporção de pessoas acima de 60 anos encontra-se em alta histórica. Nos países de renda alta, a mediana de idade projetada para 2050 é de 44,5 anos³⁷. Esses países enfrentam o desafio de adaptar políticas e infraestrutura para atender às necessidades de populações em processo de envelhecimento, garantindo cuidados adequados e oportunidades de participação na sociedade. Mesmo assim, o debate acerca da imigração, que pode trazer oportunidades nesse contexto, é prejudicado por temores e narrativas conspiratórias, as quais são instrumentalizadas na disputa política.

Estimativa e projeção da população global

Por continente, 1950-2100

em bilhões



Fonte: elaboração própria a partir dos dados de "World Population Prospects 2024" (Demographic Indicators 1950-2100, medium), Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/CSV/>.

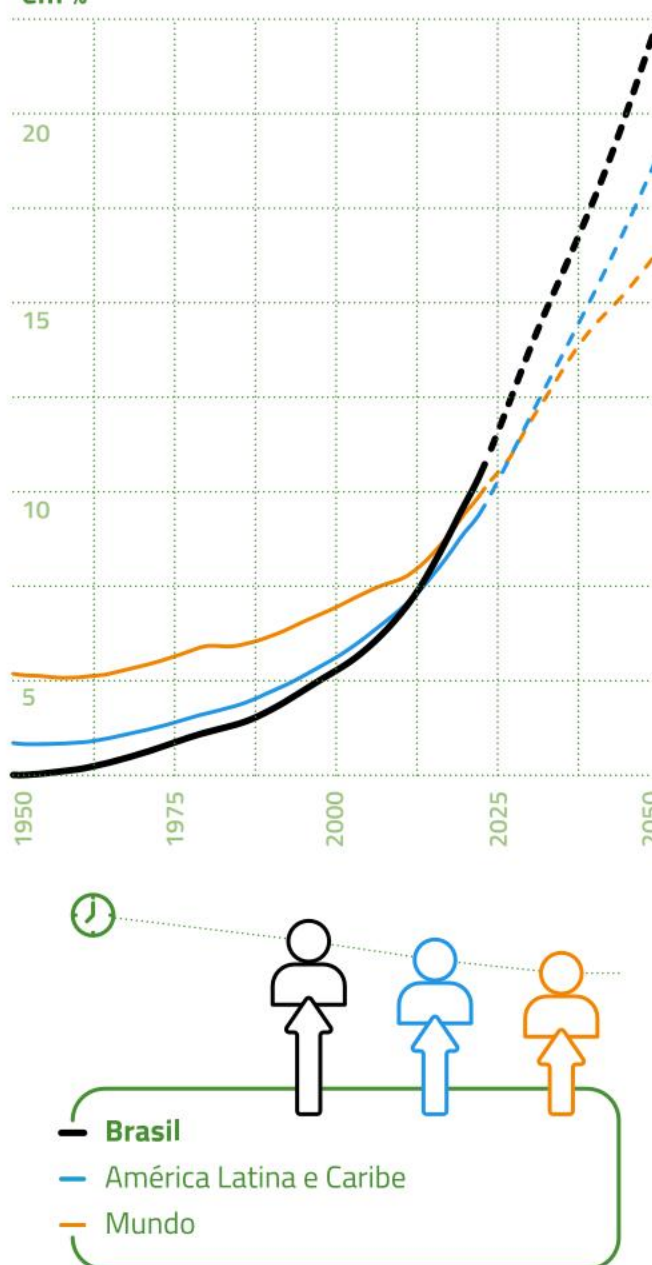
Em contraste, há países que mantêm perfil demográfico favorável, com a manutenção de pirâmide etária relativamente estável, envelhecimento populacional lento e crescimento demográfico constante, em patamares baixos. Destacam-se, nessa conjuntura, países como a Austrália³⁸, o Canadá³⁹, os EUA⁴⁰, a França⁴¹ e a Suécia⁴², que têm sido beneficiados por fluxos de imigração constantes, a despeito de haver, em alguns casos, crescente oposição interna. A maneira como esses países lidam com a questão migratória será decisiva para a garantia de posição vantajosa no sistema internacional.

O Brasil enfrenta desafios demográficos significativos. Nos próximos anos, será fechada ao país a janela de oportunidade representada pelo bônus demográfico (período em que a razão entre pessoas em idade ativa e pessoas em idade de dependência – crianças e idosos – é maior que um). A taxa de natalidade no Brasil já está aquém da reposição, enquanto a população acima de 65 anos representa parcela crescente dos brasileiros. Conforme o censo de 2022, a taxa de envelhecimento da população brasileira (número de pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 crianças de 0 a 14 anos) passou de 30,7 em 2010 para 55,2 em 2022⁴³. Nesse mesmo período, a porcentagem da população brasileira com 65 anos ou mais ultrapassou a porcentagem na América Latina e Caribe (em 2012) e a porcentagem mundial (em 2018) e tende a aumentar a diferença até 2050⁴⁴.

Porcentagem da população

Com 65 anos ou mais, 1950-2050

em %



Fonte: elaboração própria a partir dos dados de "World Population Prospects 2024," Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/dataportal/>.

A taxa de envelhecimento da população brasileira passou de 30,7 em 2010 para 55,2 em 2022. Nesse mesmo período, a porcentagem da população brasileira com 65 anos ou mais ultrapassou a porcentagem na América Latina e Caribe e a porcentagem mundial e tende a aumentar a diferença até 2050



Vacinação na UBS do Cambuci (SP) | Foto Paulo Pinto (Agência Brasil)

A transição demográfica afeta desigualdades e causa dilemas distributivos. O Brasil enfrenta pressões fiscais crescentes sobre os sistemas previdenciários e de saúde pública. A demanda por cuidados de longo prazo e redes de apoio para os idosos amplia-se, requerendo a expansão de serviços especializados. Ao mesmo tempo, a dinâmica produtiva apresenta fatores desfavoráveis, pois se baseia na atomização dos trabalhadores e unidades familiares, com alto nível de informalidade, e combina-se com a urbanização, que contribui para erodir redes tradicionais de apoio familiar e comunitário. Essa dinâmica é fortemente condicionada pelas inovações tecnológicas, com implicações para oferta de empregos, qualificação do trabalhador, produtividade e competitividade econômica, além do potencial de ampliar injustiças sociais ao aumentar a concentração de renda e riqueza.

As dinâmicas relacionadas à transição demográfica, portanto, afetam a estrutura das sociedades nacionais, desafiando os Estados a prover segurança e bem-estar às populações. Além disso, impactam a configuração das relações entre os Estados, uma vez que as características das populações se relacionam intimamente com as capacidades estatais. Para o Brasil, a atual etapa da transição demográfica coloca questões cruciais relacionadas à distribuição da riqueza, à oferta de serviços públicos e ao mercado de trabalho. Já em perspectiva global, fenômenos associados ao processo de transição demográfica com implicações mais diretas para a segurança do Brasil incluem os fluxos migratórios, a circulação ilegal de bens e pessoas, o desenvolvimento de novos mercados e polos de dinamismo econômico e mudanças na distribuição internacional do poder.



Alunos de escolas do DF interagem com mostras da 20ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) | Foto: Marcelo Camargo (Agência Brasil)

Tecnologia

O desenvolvimento técnico, nos últimos séculos, tem seguido padrão cíclico: inovações relacionadas a uma matriz tecnológica levam ao aumento da produtividade econômica e são, em seguida, substituídas por novo padrão, em sucessão de transições. Dessa maneira, o modelo da primeira Revolução Industrial, centrado no desenvolvimento de bens de consumo semiduráveis a partir do maquinário a vapor, da indústria leve e do desenvolvimento de ferrovias, deu lugar ao paradigma do motor a combustão, da eletricidade, da indústria pesada fordista, do desenvolvimento de meios de transporte aéreos e terrestres e

do avanço em meios de comunicação analógicos, como a telefonia e a televisão. Desde as décadas finais do século XX, vive-se a transição para uma nova formação global que se pode chamar de Era Digital, que se iniciou com o advento do transistor e da miniaturização por ele viabilizada, tendo alterado profundamente as relações entre Estados, instituições e pessoas⁴⁵.

Desde as décadas finais do século XX, vive-se a transição para uma nova formação global que se pode chamar de Era Digital



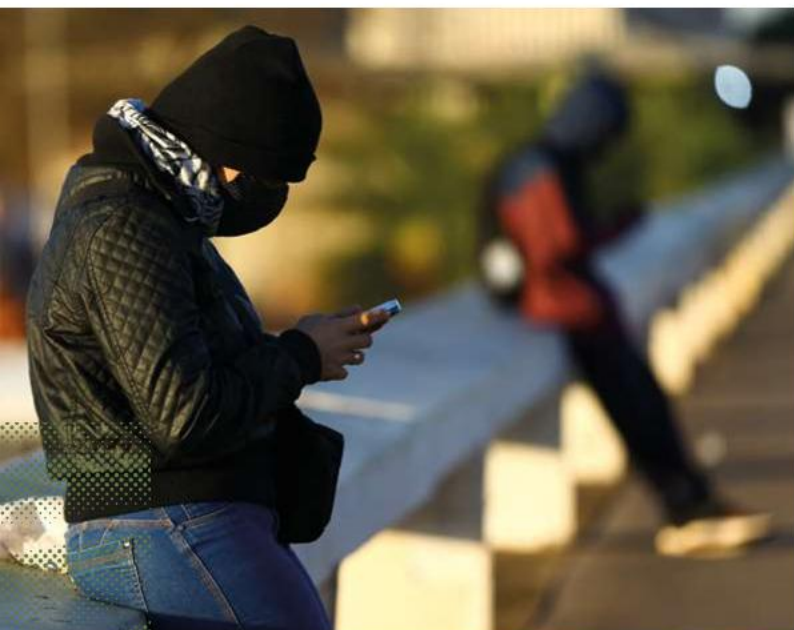
Transições tecnológicas são caracterizadas por fluxos integrados e exponenciais de inovações que revolucionam as forças produtivas e as formas de produzir, circular e consumir ativos, bens e serviços. As transições tecnológicas impactam a densidade das interações (energia, transportes e comunicação), as formas organizacionais e as relações sociais.

Inicialmente conhecida como uma “revolução da informação”, a transição para a Era Digital decorreu de inovações científicas e tecnológicas que transformaram radicalmente as forças produtivas nas últimas décadas. Esse caráter revolucionário advém da natureza exponencial do avanço técnico na capacidade de processamento de informações. A expansão da capacidade de processamento viabiliza novas tecnologias, e o acúmulo de inovações permite combinações entre elas, levando a mais inovações. Assim, a criação de protocolo comum para interligar servidores digitais, por exemplo, permitiu a formação da rede mundial de computadores, a qual, após décadas de expansão, viabilizou o acúmulo de grandes bases de dados. O processamento dessas bases é fundamental para o desenvolvimento do modelo computacional de redes neurais, cujo progresso, por sua vez, acarretou o advento da inteligência artificial generativa.

A ampliação exponencial da capacidade de processamento, a disrupção causada por inovações técnicas e a crescente possibilidade de combinação de tecnologias ocasionam incertezas que dificultam a formulação de estimativas quanto ao desenvolvimento técnico nos médio e longo prazos. Por isso, a confiabilidade de modelos preditivos sobre progresso tecnológico decai particularmente rápido conforme o prazo da avaliação aumenta⁴⁶. A continuidade das tendências atuais, contudo, permite que se considerem suas implicações para as pessoas, os Estados e o sistema internacional no futuro próximo.

Ao longo das últimas duas décadas, a internet viabilizou a comunicação direta entre usuários, por meio de ferramentas interativas de criação de conteúdo – a chamada *Web 2.0*, da qual as mídias sociais são o elemento mais visível. Por um lado, essas ferramentas permitiram a interligação de usuários a partir de interesses e opiniões comuns, levando a novas possibilidades intelectuais, de atuação profissional e de redes de apoio. Por outro lado, a criação descentralizada de conteúdo midiático tornou-se desafio à regulação estatal em todo o mundo, pois os recursos das organizações públicas e privadas são limitados frente à multiplicidade de informações geradas na internet.

A popularidade e a exposição de conteúdos digitais correlacionam-se com a capacidade de gerarem reações de outros usuários. Essas são potencializadas pela mobilização de sentimentos e emoções, particularmente da indignação⁴⁷. Tal característica acarreta a polarização política em democracias e é potencializada pela formação de “bolhas” de interação, por meio das quais usuários conectados por interesses comuns reafirmam mutuamente as respectivas identidades, fazendo uso do partidarismo negativo – isto é, da rejeição ao grupo externo. Assim, a proliferação de discursos de ódio e de notícias falsas nas mídias sociais tem gestado e potencializado ameaças concretas à democracia, embora, devido à novidade do fenômeno, ainda haja divergências quanto ao real escopo de seus impactos⁴⁸.



A criação de ecossistema local e nacional de inovação tecnológica demanda a atuação estatal para assumir, financiar e coordenar os riscos inerentes ao desenvolvimento tecnológico e à formação e atração de mão de obra especializada

Foto: Marcelo Camargo (Agência Brasil)

O grande volume de dados gerado de forma descentralizada e armazenado pelas mídias sociais evidencia a relevância das empresas que controlam essas redes. No atual paradigma tecnológico, a informação é um bem extremamente valioso e um recurso de poder central. O processamento massivo de grandes volumes de informação tornou-se indispensável para o desenvolvimento de novas tecnologias, para o comércio e a conformação cultural e política das sociedades, incluindo o controle da opinião pública.

Alguns dos maiores extratores de dados e detentores de bases de dados atualmente são os grandes oligopólios da tecnologia da informação (as empresas chamadas *big tech*). Essas empresas atuam globalmente e detêm poder de agenda, de persuasão e de interferência – inclusive sobre decisões governamentais e processos legislativos⁴⁹. Por um lado, sua capacidade de influenciar o sistema mundial de poder implica desafios à governança internacional e à soberania digital das comunidades nacionais. Por outro, a centralidade dos ativos digitais para o funciona-

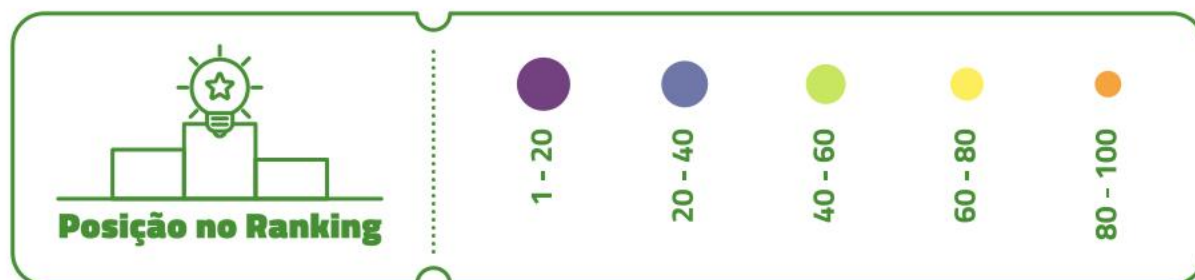
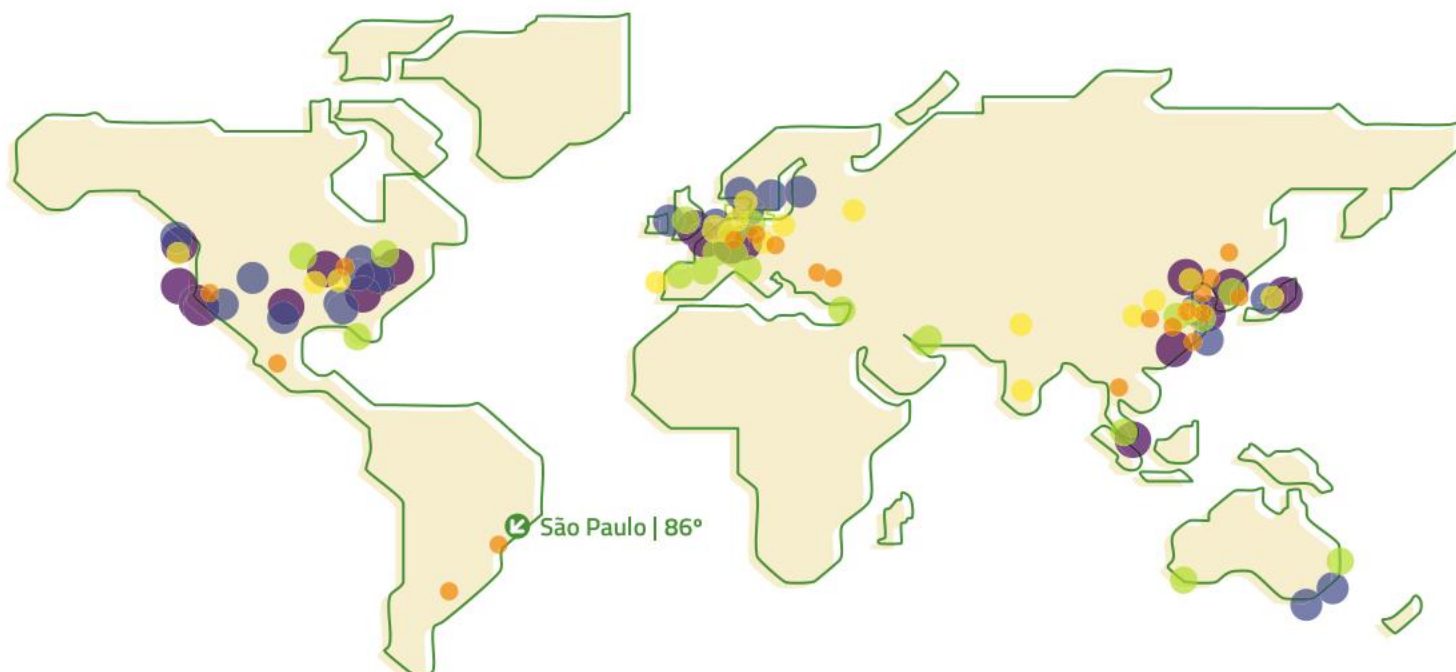
mento das sociedades contemporâneas, somada à opacidade das operações digitais, torna pouco claros os limites que separam os interesses dessas empresas e os interesses dos Estados nos quais elas são sediadas.

A disputa interestatal por supremacia tecnológica tende a continuar a moldar as relações internacionais nas próximas décadas. A criação de ecossistema local e nacional de inovação tecnológica demanda a atuação estatal para assumir, financiar e coordenar os riscos inerentes ao desenvolvimento tecnológico e à formação e atração de mão de obra especializada⁵⁰. Os EUA foram precursores nesse esforço, e o uso de contratos militares e de financiamentos à pesquisa acadêmica foi fundamental para o desenvolvimento do Vale do Silício, o primeiro e maior centro mundial de inovação digital. Esse pioneirismo resultou em um domínio da indústria de alta tecnologia: das dez maiores companhias de alta tecnologia do mundo por receita, seis são sediadas nos EUA⁵¹. Além disso, os EUA ainda possuem outros centros globais de inovação, como os instalados em Boston e Nova Iorque⁵².



Centros globais de inovação

2023



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Center for Industrial Development and Environmental Governance (CIDE), Global Innovation Hubs Index 2023 (CIDE, Tsinghua University; Nature Research Intelligence, 2024): 10-12, <https://www.nature.com/articles/d42473-023-00420-1>.

Apesar da liderança estadunidense, outros países lograram desenvolver sistemas nacionais de inovação tecnológica e inserir-se como atores centrais: a Índia consolidou-se como liderança na prestação de serviços digitais e conta com parcerias com a Rússia para o desenvolvimento mútuo de indústrias de defesa⁵³; a Coreia do Sul e o Japão detêm grandes fabricantes de *hardware* de alta tecnologia⁵⁴; Taipei é sede da maior empresa de circuitos integrados⁵⁵; a China logrou desenvolver, na megalópole Beijing-Tianjin (*Jing-Jin-Ji*), na região metropolitana de Xangai e no delta do rio da Pérola, sua própria versão do Vale do Silício, ao concentrar, em regiões logisticamente integradas ao interior do país e ao exterior, ecossistemas completos de inovação, com centros de formação e aperfeiçoamento de capital humano, financiamento de capital de risco e cadeia de fornecedores de *hardware* e *software*⁵⁶.

No Brasil, há setores avançados que conjugam inovação e produção, a exemplo da cadeia aeroespacial. O país detém ativos relevantes que podem viabilizar o aprofundamento da transformação digital de sua economia⁵⁷, contando com ecossistema de inovação que interliga centros de pesquisa e de formação de capital humano. O Brasil possui um dos poucos centros de inovação localizados no Sul Global. O alto custo de capital e o recente período de baixo crescimento econômico, contudo, prejudicaram um maior desenvolvimento do setor de alta tecnologia no país⁵⁸.

A transformação digital possibilita ganhos de eficiência para os Estados e de conveniência para as pessoas⁵⁹. Mas para que esses benefícios sejam sustentáveis, os processos de transformação digital devem se basear em decisões estratégicas que levem em consideração os riscos para a soberania e para a segurança da população.

Antenas de telefonia celular (DF) | Foto: Marcelo Camargo
(Agência Brasil)





Tecnologias como a quinta geração de internet móvel (5G) oportunizam uma série de novas aplicações para a indústria, agronegócio e serviços. No mesmo sentido, o *Blockchain* pode aprimorar a provisão de serviços públicos, particularmente aqueles relacionados ao registro de direitos e deveres dos cidadãos e empresas. A medicina personalizada possui o potencial de aumentar significativamente a qualidade de vida humana e a eficiência dos investimentos em sistemas públicos de saúde, ao fornecer soluções e diagnósticos personalizados com base na coleta de grandes bases de dados sobre as condições físicas individuais. Veículos autônomos devem otimizar o uso de bens públicos de transporte e disponibilizar significativo estoque de capital atualmente imobilizado na propriedade de automóveis individuais. Tecnologias de geração de energia a partir de fontes renováveis como a luz solar, marés e vento podem levar a uma queda significativa das emissões de carbono. Todos esses avanços, contudo, baseiam-se em coleta, tratamento, armazenamento e uso de dados sensíveis, sejam pessoais ou agregados, os quais conferem enorme poder a seus detentores.

As novas tecnologias apresentam também potencial uso dual para fins militares diretos. Os conflitos armados atuais têm demonstrado o potencial bélico de *drones*, que podem reduzir a exposição das forças ofensivas e incapacitar a vantagem tática de veículos de combate blindados, levando ao retorno da guerra de atrito e de trincheiras. O emprego de *drones* possibilita a realização de ataques aéreos de custo significativamente menor e maiores impacto e precisão em comparação com meios logísticos tradicionais. Os ataques cibernéticos também têm desafiado a lógica tradicional de relações entre Estados, ao permitir a realização de ações ofensivas encobertas, com negação plausível de autoria, e desafiar os

princípios da não interferência e da inviolabilidade de alvos civis.

Inovações tecnológicas que podem ser usadas por grupos paraestatais em prejuízo dos Estados nacionais também apontam para desafios significativos. A *dark web* é amplamente utilizada para a prática de crimes, como a venda de dados pessoais, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico humano, de drogas e de armamento ilegal. A biologia sintética pode trazer benefícios ao reduzir custos de produção de medicamentos e imunizantes, contudo pode também ser explorada para o desenvolvimento de armas biológicas. Impressoras 3D têm o potencial de transformar a manufatura, ao miniaturizar o processo produtivo de bens de consumo e aproximá-lo geograficamente do consumidor final, todavia, a mesma tecnologia tem o potencial de viabilizar a produção disseminada de armas. A capacidade de regulação das tecnologias, soluções e mercados por parte dos Estados é lenta em comparação com a velocidade da inovação tecnológica, trazendo incerteza e instabilidade aos processos econômicos, políticos e sociais.

O desenvolvimento da IA tem suscitado debates quanto ao potencial de ameaça dessa tecnologia para a humanidade. Por um lado, a IA pode aumentar dramaticamente a produtividade econômica, ao automatizar ou assistir processos intelectuais como a contabilidade, o diagnóstico médico, o acompanhamento de inovações legislativas e o controle de conformidade da execução de políticas públicas e da administração de instituições privadas. Por outro lado, essa automização inédita pode levar à obsolescência de parte da mão de obra treinada sob o paradigma tecnológico-institucional atual, impondo o desafio de gerir economias nacionais nas quais o desemprego deixa de ser moléstia social minoritária para potencialmente se tornar a regra no mercado de



trabalho. Projeta-se, por exemplo, que aproximadamente 40% dos postos de trabalho nos países emergentes serão afetados pela disseminação da IA⁶⁰, contribuindo para o aprofundamento da concentração de riqueza. Além disso, há também questionamentos éticos quanto aos riscos de ceder o controle sobre diversos aspectos da vida íntima e em sociedade a sistemas automatizados capazes de tomar decisões relevantes sem ponderações conscientes de empatia e senso crítico⁶¹.

As ameaças e oportunidades da atual transição tecnológica relacionam-se intimamente com a distribuição de poder no sistema internacional. Diante das transições climática e demográfica, é na transição tecnológica que fica mais evidente a necessidade de atuação estatal para evitar a submissão direta a outros Estados por intermédio das tecnologias da era digital. O domínio tecnológico é essencial para o desenvolvimento econômico, inclusive da indústria de tecnologia. Estratégias de soberania digital por parte dos governos, mas também das organizações da sociedade, serão decisivas para conquistar e preservar a soberania

As ameaças e oportunidades da atual transição tecnológica relacionam-se intimamente com a distribuição de poder no sistema internacional

frente às empresas de serviços digitais, as quais monopolizam a extração de valor na forma de dados das populações ao redor do globo. Trata-se de problema particularmente importante para o Brasil, que tem uma das populações mais conectadas a plataformas digitais. Com o desenvolvimento da inteligência artificial, as implicações da concentração das tecnologias e dos dados são variadas e incluem influência de empresas e governos sobre a opinião pública, interferência sobre processos decisórios e utilização da inteligência artificial para fins militares.



Situação Internacional

02

Sala de controle de Angra 1 na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Angra dos Reis (RJ) | Foto: Tomaz Silva (Agência Brasil)



Uma ordem internacional é formada por diversos atores interagindo entre si, pela maneira como as capacidades (poder) estão distribuídas entre tais atores, além do conjunto de instituições formais e informais que estruturam tais interações. A situação internacional em 2025 pode ser caracterizada pela grande diversidade de atores. Afinal, são quase duas centenas de países, milhares de organismos internacionais, milhões de empresas e bilhões de indivíduos. Mas também se caracteriza pela abissal desigualdade entre eles. Poucos Estados concentram a maior parte dos meios militares e da capacidade de coerção e de dissuasão (a capacidade de impor limites ao comportamento dos demais).

Atualmente, apenas quatro grandes potências possuem uma combinação de capacidades de segundo ataque nuclear, comando do espaço e forças convencionais capazes de dissuadir outra grande potência (Estados Unidos, Rússia, China e, ainda em fase de consolidação, Índia). Poucas empresas e indivíduos concentram a maior parte dos ativos e controlam as cadeias de valor mais

importantes. Por sua vez, as instituições formais (como a Organização das Nações Unidas) e informais (como o equilíbrio nuclear) que mantiveram a ordem internacional anterior estão esvaziadas e em crise.

A situação internacional neste segundo quarto do século XXI é caracterizada pela existência de múltiplos polos de poder. Esses polos são cons-

tituídos pelas grandes potências da Guerra Fria e por países que, ao longo das últimas décadas, converteram seu potencial demográfico em desenvolvimento industrial, comercial, financeiro, científico, tecnológico e militar, criando as condições para uma inserção autônoma na ordem internacional.

A emergência de novas grandes potências, conformando a atual ordem multipolar, motivou diversas interpretações, relacionadas a diferentes perspectivas ideológicas, socioculturais e epistemológicas. Há análises que enfatizam a diluição do poder material e simbólico das potências ocidentais, ao passo que outras destacam o fortalecimento de potências emergentes. Há as que se baseiam em grandes unidades civilizacionais e culturais e, ainda, as que focam na dicotomia entre regimes democráticos e autocráticos.

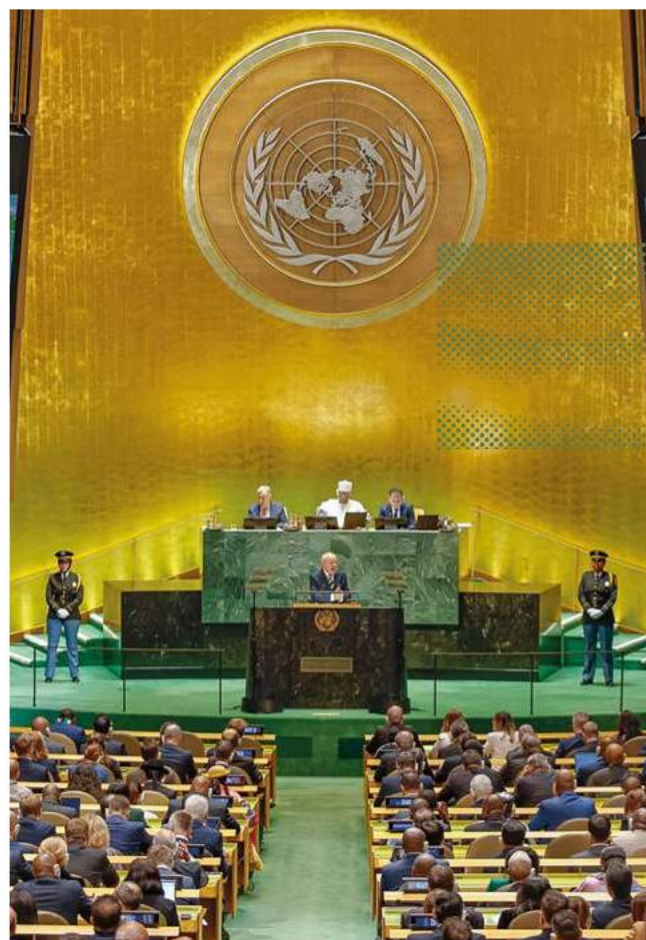
Independente de interpretação, atualmente não há país absolutamente hegemônico do ponto de vista econômico, científico, tecnológico e militar. Por um lado, a configuração resultante é instável, pois a existência de múltiplos polos com capacidades estatais relevantes estimula o emprego dessas capacidades para obter vantagens frente aos demais atores do sistema internacional. Por outro lado, a existência de múltiplos polos de poder proporciona novas oportunidades de desenvolvimento, cooperação e mediação para o Brasil.

O acirramento das rivalidades e dos conflitos internacionais não beneficia a busca do Brasil por atingir os objetivos fundamentais de natureza pacífica e democrática estabelecidos na Constituição Federal. Compreender as dinâmicas turbulentas da era atual, contudo, é condição necessária para orientar a atuação da inteligência em defesa da segurança das pessoas e instituições.

Competição

O sistema internacional caracteriza-se atualmente pela multipolaridade desequilibrada e desinstitucionalizada. Poucos Estados constituem polos globais de poder, mas não há equilíbrio na distribuição de capacidades, e as instituições formais e informais estão fragilizadas para induzir a cooperação entre os polos de poder.

Desde a crise financeira de 2008-2009, iniciou-se uma transição política (consolidada a partir de 2017), na qual os Estados Unidos da Amé-



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Abertura do Debate Geral da 79ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) | Foto: Ricardo Stuckert (PR)

rica passaram a adotar políticas de contenção militar e econômica contra a China e a Rússia. Os dois países responderam reforçando uma aliança e, cada um com características próprias, se contrapuseram ao desafio militar colocado pelos EUA e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e da Ásia. A Índia, próxima de obter as capacidades tecnológicas e militares que definem contemporaneamente o status de grande potência no sistema internacional, procura preservar margens de manobra diante de pressões por alinhamento político.

Os EUA permanecem a maior potência militar e econômica mundial. O país detém o maior Produto Interno Bruto em termos nominais⁶², o segundo maior em paridade de poder de compra⁶³, é sede das maiores empresas de tecnologia, controla a moeda de reserva mundial e possui capacidade de projetar poder em qualquer ponto do globo. Apesar desse domínio, outros países recuperaram ou desenvolveram capacidades de modo a desafiar a predominância estadunidense em diferentes áreas, ingressando no grupo das grandes potências mundiais ou consolidando seu pertencimento a ele.

Após séculos de declínio relativo em termos de capacidade de afirmar e defender sua soberania, a China reergueu-se nas últimas décadas do século XX. O país logrou desenvolver-se em ritmo vigoroso e detém o maior PIB mundial em paridade de poder de compra (e segundo maior em termos nominais)⁶⁴. Investiu maciçamente em capital físico e humano e disputa a hegemonia mundial na produção industrial, na pesquisa científica e na aplicação intensiva de alta tecnologia. Converteu prosperidade econômica em capacidade militar, com a constituição de meios de projeção de poder.

Após a dissolução da União Soviética (URSS) e do Pacto de Varsóvia, a Rússia enfrentou período conturbado de transição ao capitalismo e de re-

forma de seu modelo de Estado. Nas últimas décadas, o país restabeleceu capacidades estatais e manteve o *status* de potência nuclear. Moscou tem demonstrado resiliência a sanções econômicas⁶⁵ e investido na atualização de poder militar, recuperando influência mundial.

A Índia é o Estado mais populoso do mundo⁶⁶ e uma das maiores economias⁶⁷. O país tem superado, gradativamente, o legado adverso do colonialismo, relacionado a significativos desafios socioeconômicos e em termos de estabilidade regional, e tem mantido, nas últimas décadas, altas taxas de crescimento econômico⁶⁸. Ao mesmo tempo, desenvolveu capacidades científicas e tecnológicas superiores, inclusive espaciais e nucleares, bem como forças militares convencionais, cinéticas e cibernéticas, suficientes para situá-la entre as grandes potências⁶⁹.

A União Europeia (UE) conseguiu integrar grandes mercados em união econômica e monetária e expandir-se para o centro e o leste do continente, incorporando nações do antigo Pacto de Varsóvia e ex-repúblicas da URSS. Após sete décadas de afirmação da integração como realidade política na Europa, a identidade pan-europeia fortaleceu-se, de modo que mesmo forças que contestam os moldes atuais da integração articulam-se em âmbito continental. Apesar do poder econômico, financeiro e tecnológico, o bloco mantém dependência estratégica relativamente aos EUA no campo da defesa. Esse vínculo encontra expressão mais significativa na Organização do Tratado do Atlântico Norte, cuja expansão a leste, concomitante com a ampliação da UE, é percebida pela Rússia como ameaça securitária. A UE, ademais, enfrenta desafios quanto ao alinhamento de interesses dos 27 Estados-parte. Pelo fato de não constituir Estado nacional e pela ausência de unidade em sua projeção de poder, a UE é ator *sui generis* no sistema internacional.



Cerimônia de lançamento ao mar do submarino Tonelero na Base de Submarinos da Ilha da Madeira, em Itaguaí (RJ) | Foto: Ricardo Stuckert (PR)



Navio Patrulha Macaé P70, Centro de Operações de Paz de Caráter Naval | Foto: Fernando Frazão (Agência Brasil)

Uma medida do agravamento da disputa entre potências é dada pelo aumento dos gastos militares nos últimos anos. Em 2023, os gastos militares globais aumentaram 6,8% em relação ao ano anterior⁷⁰ registrando acréscimo em todos os continentes e atingindo o maior valor da série histórica de dados, iniciada em 1988. Os cinco países com maior gasto militar absoluto, somando cerca de 60% do gasto total mundial em 2023, foram EUA (37% do total mundial), China (12%), Rússia (4,5%), Índia (3,4%) e Arábia Saudita (3,1%)⁷¹. Somados, EUA e China respondem por cerca de metade dos gastos, destacando-se dos demais países. Em 2023, o Brasil aumentou os gastos militares em 3,1%, alcançando, pela mesma métrica, 22,9 bilhões de dólares – 0,94% do total no mundo, mas caiu da 16ª posição para a 18ª entre os países que gastam mais no setor⁷². Ainda assim, os gastos do Brasil correspondem a cerca de 44% do total para os países da América Latina e do Caribe (excetuando Cuba, Suriname e Venezuela)⁷³.

Outro indicador do aumento da insegurança internacional é o desmonte de pilares importantes da arquitetura de acordos bilaterais e multilaterais que regulavam as relações entre as potências nucleares. A despeito da manutenção de restrições regionais, como o tratado que proíbe armas

nucleares na América Latina e Caribe (1968), ou mesmo da entrada em vigor, em 2021, de um tratado proibindo a existência de armas nucleares (TPNW), os países que possuem armas nucleares (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, França, Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte) têm adotado posturas mais agressivas em termos de doutrina e cenários de potencial emprego ou têm procurado ativamente modernizar e/ou expandir arsenais estratégicos e táticos.

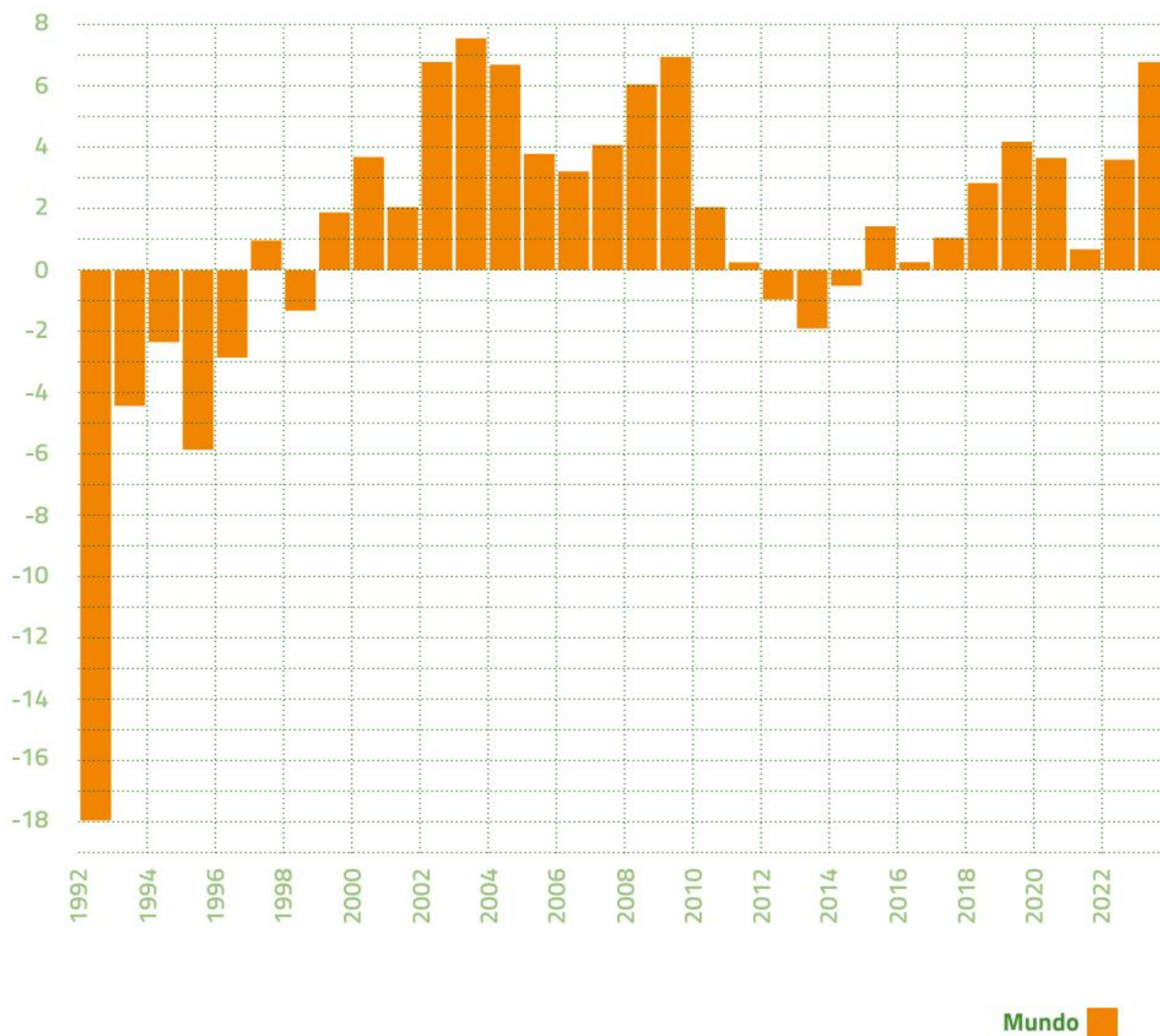
Desde que os Estados Unidos se retiraram do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (ABM) em dezembro de 2001, a dinâmica das interações entre Moscou e Washington já levou ao colapso de parte significativa da arquitetura formal de garantias de segurança nuclear. Para mencionar dois exemplos mais recentes, em 2019 os Estados Unidos e a Rússia se retiraram do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) e, em 2023, Moscou suspendeu sua participação no *New START*, em vigor desde 2011, que limita as quantidades de ogivas operacionais e de lançadores de mísseis estratégicos dos dois países. Em 2023, segundo dados do *Stockholm International Peace Institute* (SIPRI), os nove países nucleares somados dispunham de 12.512 ogivas nucleares, das quais 3.844 em prontidão operacional⁷⁴.



Diferença do gasto militar total no mundo

Em relação ao ano anterior, 1992-2022

em %



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do "SIPRI Military Expenditure Database," Stockholm International Peace Research Institute, [milex.sipri.org/sipri](https://www.sipri.org/sipri).



Os cinco países com maior gasto militar absoluto, somando cerca de 60% do gasto total mundial em 2023, foram EUA (37% do total mundial), China (12%), Rússia (4,5%), Índia (3,4%) e Arábia Saudita (3,1%)

É importante notar que nem todos os países que dispõem de armas nucleares possuem capacidade dissuasória de sobreviver a um primeiro ataque nuclear e retaliar com um segundo ataque contra o eventual agressor. Apenas Estados Unidos, Rússia e China possuem capacidades dissuasórias críveis, embora se discuta a situação atual da Índia em termos de lançadores submarinos, terrestres e meios aéreos. Dentre as grandes potências nucleares, a China é a única que mantém como política oficial jamais ser a primeira a utilizar armamentos nucleares, considerados como armas estratégicas de dissuasão⁷⁵. Seja como for, uma instituição informal importante para manter a paz entre as grandes potências desde a década de 1970 era o equilíbrio nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética. O duplo colapso, formal e informal, daquele equilíbrio é a fonte mais clara de insegurança internacional atualmente.

Os gastos militares e o aumento da insegurança nuclear ilustram a crescente polarização do sistema internacional entre as duas principais potências, EUA e China. Esses dois Estados buscam alinhar os demais aos seus interesses com o objetivo de moldar a distribuição internacional do poder, por

intermédio de instrumentos que incluem o estabelecimento de blocos e instituições multilaterais, o fortalecimento de alianças e a aplicação de sanções e barreiras comerciais e financeiras. Essa polarização aprofunda as consequências da instabilidade.

A competição estratégica entre EUA e China tem se tornado mais aberta e acirrada, compreendendo também a disputa global por acesso a recursos naturais e mercados, assim como por influência. Exemplos disso são as iniciativas concorrentes de investimentos lideradas por China e EUA, por intermédio das quais apoiam e financiam a participação de suas empresas e investidores em projetos de infraestrutura nos países em desenvolvimento. A China lançou em 2013 a *Belt and Road Initiative* (BRI), que em 10 anos incluiu mais de 140 países por intermédio de instrumentos de cooperação e investiu mais de 1 trilhão de dólares⁷⁶. Os EUA lançaram em 2021 o *Build Back Better World* (B3W), relançado em 2022 em parceria com os países do G7 como *Partnership for Global Infrastructure and Investment* (PGII), tendo anunciado disponibilidade de 600 bilhões de dólares para investimentos até 2027⁷⁷.

EUA e China também têm buscado assegurar interesses geoestratégicos de forma mais assertiva, demarcando posições divergentes que estabelecem focos de tensão em localidades como Hong Kong, Taiwan e o Mar do Sul da China. Protestos ocorridos em Hong Kong em 2019 e 2020 receberam apoio de autoridades estadunidenses, o que foi considerado pelo governo chinês como interferência indevida em assuntos domésticos⁷⁸. Em Taiwan, a eleição em janeiro de 2024 de um presidente que defendia abertamente a independência em relação à China foi seguida, em maio, por exercício naval em volta da ilha⁷⁹. O antagonismo, porém, tem sido contido nos marcos da competição estratégica e de tensões localizadas, em temas e ações específicos.

A China lançou em 2013 a *Belt and Road Initiative (BRI)*, que em 10 anos incluiu mais de 140 países por intermédio de instrumentos de cooperação e investiu mais de 1 trilhão de dólares. Os EUA lançaram em 2021 o *Build Back Better World (B3W)*, relançado em 2022 em parceria com os países do G7 como *Partnership for Global Infrastructure and Investment (PGII)*, tendo anunciado disponibilidade de 600 bilhões de dólares para investimentos até 2027



Cerimônia de inauguração da linha de produção do caça Gripen na Embraer, Gavião Peixoto (SP) | Foto: Ricardo Stuckert (PR)

Conflitos

Além da competição estratégica entre grandes potências, a situação internacional também é caracterizada pelo agravamento de conflitos armados, inclusive com a participação direta ou indireta de uma ou mais grandes potências. A guerra iniciada na Síria em 2011, por exemplo, teve participação indireta de EUA e Rússia. A partir de 2014, a tensão na Ucrânia envolvendo as mesmas potências foi crescente e, em 2022, foi deflagrado o atual conflito armado a partir da invasão do território da Ucrânia pela Rússia. A continuidade da ocupação militar do território da Palestina por Israel, com apoio dos EUA, recrudesceu após os ataques do Hamas e de outros grupos contra Israel, em outubro de 2023, e o desencadeamento de uma guerra punitiva em Gaza que já envolveu também outros países da região.

Os conflitos armados contemporâneos são de difícil classificação, tanto em relação ao nexo das mortes e outras baixas com combates quanto em relação ao envolvimento de estados e grupos organizados. No caso da guerra da Ucrânia, os números de baixas civis e militares são severamente censurados pelos governos de Kiev e de Moscou, constituindo parte da propaganda de ambos os lados e de seus aliados. No caso da guerra de Gaza, segundo uma estimativa do escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, mais da metade das vítimas palestinas identificadas na guerra em Gaza eram mulheres e crianças⁸⁰. Como cerca de 66% dos prédios da faixa de Gaza foram destruídos desde o início da guerra⁸¹, estima-se que existam milhares de corpos soterrados⁸² e que as mortes indiretas (fome e doenças) sejam de três a quinze vezes maiores do que as mortes causadas por armas⁸³.



Além da Ucrânia (incluindo combates no território da Rússia) e de Gaza (o que também inclui operações armadas de Israel na Cisjordânia, Síria, Líbano e Irã), há conflitos armados de intensidades distintas no Sudão, Nigéria, República Democrática do Congo, Iraque, Paquistão, Etiópia, Haiti, Turquia, Índia e Mianmar. Vale notar que não foram incluídos países com altos níveis de homicídios e violência interpessoal, como Brasil, México, Honduras ou África do Sul, ainda que os números absolutos anuais sejam por vezes maiores do que os de países em guerra⁸⁴.

Na Ucrânia, países europeus membros da Otan, que detêm capacidades militares significativas, passaram a engajar-se mais diretamente no conflito, contribuindo para aprofundar a polarização do sistema. Ao mesmo tempo, o adensamento de relações entre a Rússia e países latino-americanos, como Cuba⁸⁵, Nicarágua⁸⁶ e Venezuela⁸⁷, representa desafio aos interesses dos EUA no hemisfério ocidental.

O conflito deflagrado no Oriente Médio a partir dos ataques à população israelense e da resposta de Tel Aviv em Gaza expõe as debilidades

dos atuais mecanismos multilaterais de resolução de conflitos e a necessidade de sua reforma. Mesmo diante das violações do Direito Internacional Humanitário na guerra e de manifestações da sociedade civil a favor do cessar-fogo em capitais ocidentais, o sofrimento civil em Gaza prolongou-se. A interrupção das ações violentas é obstaculizada pelo uso do veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, particularmente pelos EUA, mas também por Rússia e China. Devido ao embaraço dos meios políticos, há o recurso a mecanismos judiciais, como exemplificado pelo caso África do Sul *versus* Israel na Corte Internacional de Justiça⁸⁸.

A persistência do conflito e sua escalada, envolvendo o Líbano, a Síria e o Irã, deterioram as condições sob as quais se observava, até recentemente, inclusive a possibilidade de normalização de relações entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, o Bahrain e a Arábia Saudita. O conflito também coloca as instituições internacionais diante de dilemas morais e legais renovados, como observado em denúncias de violações aos Direitos Humanos e ao direito internacional⁸⁹.



Brasileiros que estavam no Líbano, desembarcam na Base Aérea em Guarulhos (SP) na Operação “Raízes do Cedro” | Foto Paulo Pinto (Agência Brasil)



Nos últimos anos, as instabilidades internas e regionais na África subsaariana acarretaram nova onda de rupturas institucionais, de conflitos intra-estatais – em países como Etiópia, Mali e Sudão – e de disputas interestatais militarizadas – particularmente na região dos Grandes Lagos, envolvendo Estados como a República Democrática do Congo, Ruanda e Burundi. Em alguns casos, interesses de potências influentes nessas regiões africanas, particularmente a Rússia e a França, estiveram em jogo, enfrentando-se de forma indireta. Em outros, países e regimes da região buscaram a aproximação com potências externas como garantia de estabilidade, a exemplo da cessão de partes do território de Djibouti para a implantação de bases militares (inclusive dos EUA⁹⁰ e da China⁹¹) e da proposta de acordo por intermédio do qual Ruanda aceitaria receber pessoas que solicitassem refúgio no Reino Unido⁹².

Conflitos civis ou internos, em que potências estrangeiras apoiam lados opostos – como foi o caso na Síria –, aumentaram na última década e, de forma mais aguda, desde 2021. Entre 2021 e 2023, houve 13 conflitos desse tipo no mundo, contra 7 em toda a década de 2000 e 22 na década de 2010⁹³. Conflitos entre Estados também têm se iniciado com mais frequência nos últimos anos. Desde 2020, a cada ano, ao menos uma disputa territorial entre países transformou-se em confronto armado. Entre 2021 e 2023, houve oito conflitos interestatais violentos, a mesma quantidade que ocorreu em toda a década de 2000⁹⁴. Isso tem se refletido em alta letalidade, sendo 2022 o ano com mais mortes violentas decorrentes de conflitos desde o genocídio em Ruanda em 1994⁹⁵.

As atuais tensões geopolíticas ultrapassam a dimensão cinética e reverberam no espaço cibernético. Nos últimos anos, Estados têm ampliado o uso de tecnologias da informação e comunica-

Conflitos civis ou internos, em que potências estrangeiras apoiam lados opostos, aumentaram na última década e, de forma mais aguda, desde 2021. Entre 2021 e 2023, houve 13 conflitos desse tipo no mundo, contra 7 em toda a década de 2000 e 22 na década de 2010

ções em operações militares, acarretando aumento do risco do emprego desses recursos em conflitos interestatais⁹⁶. O fenômeno torna-se ainda mais complexo em função da comum associação dessas capacidades ofensivas a estruturas de serviços de inteligência, pois o espaço cibernético – ubíquo, distribuído e descentralizado – apresenta as condições ideais para operações cibernéticas de espionagem e sabotagem de difícil responsabilização. Apesar disso, Estados-nação utilizam-se de atribuições públicas de responsabilidade por ataques cibernéticos como instrumento de dissuasão, as quais, por sua vez, têm levado a uma escalada retórica com impactos para a segurança cibernética.

Entre 2021 e 2023, houve oito conflitos interestatais violentos, a mesma quantidade que ocorreu em toda a década de 2000



A situação desafia as estruturas institucionais do sistema internacional. O uso da força militar pelas grandes potências e por potências regionais voltou a recrudescer, acompanhado de uma retórica que naturaliza a guerra como recurso concebível para resolver problemas, defender interesses e atingir objetivos. A efetividade das diplomacias e dos organismos internacionais tem sido limitada, como demonstrado pela deflagração de novas invasões territoriais apesar dos esforços de mediação empreendidos por organismos internacionais e países como o Brasil. Além disso, o acirramento da competição e o envolvimento das grandes potências em conflitos armados torna mais difícil

perseguir estratégias pacíficas e de equilíbrio entre os polos de poder, características da atuação internacional brasileira.

As rápidas mudanças e as incertezas provocadas pelas transições globais impõem constrangimentos estruturais à ação dos Estados. Além da necessidade de adaptação às mudanças presentes e de planejamento em face das incertezas sobre o futuro, o alto potencial disruptivo das mudanças em curso nos âmbitos climático, demográfico e tecnológico desafia a cooperação internacional na busca de soluções. Sobretudo face da crescente competição estratégica entre potências e da gravidade dos conflitos armados no mundo.



América do Sul

03

Vista aérea do navio-plataforma P-71, instalado no campo de Itapu, no pré-sal da Bacia de Santos, a 200 km da costa do Rio de Janeiro | Foto:Tânia Rêgo (Agência Brasil)



O entorno estratégico do Brasil é formado pela América do Sul e pelo Atlântico Sul. Nessas regiões, não há países que possam ser considerados hostis ao Brasil, mas a presença das grandes potências extrarregionais manifesta-se na forma de interesses políticos, militares, territoriais, comerciais e financeiros.

O Brasil é uma potência regional com capacidades de nível médio. Na dimensão militar, possui limitações à projeção de poder nos domínios convencional, espacial e nuclear. Neste último domínio, especificamente, o país desenvolve um projeto de submarino de propulsão nuclear. Por determinação constitucional e tratados internacionais, o Brasil somente admite atividades nucleares para fins pacíficos. Assim como o Brasil, os demais países de seu entorno estratégico não dispõem, cada um individualmente, de capacidades determinantes de dissuasão contra a atuação das grandes potências. Por essa razão, tanto na América do Sul quanto no Atlântico Sul, o inte-

resse nacional corresponde aos anseios de paz e desenvolvimento sustentável, compartilhados pelos demais países.

A cooperação internacional é indispensável para que a humanidade possa enfrentar os riscos e vulnerabilidades das transições globais. Entretanto, a configuração multipolar, desequilibrada e desinstitucionalizada da ordem internacional tem colocado dificuldades adicionais à cooperação. Nesse contexto de assimetria e eventual conflito de interesses com as grandes potências, fica evidente a importância da boa relação com os países do Sul Global⁹⁷, em especial os vizinhos da América do Sul.



Com os países sul-americanos, o Brasil possui vínculos históricos, características similares e um destino inextrincável. Existe também um conjunto de mecanismos regionais de coordenação e diálogo político a partir dos quais podem ser construídas as convergências estruturais capazes de permitir ação concertada em longo prazo, para além das mudanças políticas e instabilidades institucionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e, abrangendo a América Latina e Caribe, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Este capítulo tratará dos problemas para a segurança e das perspectivas atuais para a integração da América do Sul.

Segurança

Os atuais focos de tensão geopolítica localizam-se, principalmente, na Eurásia e seu entorno. Contudo, grandes potências têm interesses específicos na América do Sul e buscam moldar situações e controlar recursos de modo a obter vantagens competitivas.

Tais interesses podem ser resumidos em dois conjuntos conectados, separados apenas esquematicamente: os políticos e os econômicos. Os primeiros desdobram-se em ações de interferência nos assuntos internos, projeção de poder, securitização de temáticas sociais e políticas, expansão extraterritorial da jurisdição legal e estabelecimento de presença militar. Os interesses econômicos envolvem o controle de recursos naturais, incluindo recursos energéticos e produção de alimentos, e o incremento de posições comerciais e financeiras, englobando influência sobre rotas comerciais e compra de ativos nacionais ou estatais estratégicos.

Na dimensão política, os principais riscos decorrem da atuação de grandes potências, volta-

das para alinhar os países da região a seus interesses, aproximando-os de suas esferas de influência. Meios utilizados com frequência envolvem interferência em situações domésticas e nas relações intrarregionais. Nesse sentido, conflitos já existentes, presentes e historicamente enraizados nas sociedades sul-americanas, marcadas por profundas desigualdades sociais, constituem vulnerabilidades relevantes. Vulnerabilidades adicionais relacionam-se com o desgaste da confiança mútua entre os cidadãos e destes nas instituições públicas.

Ainda do ponto de vista político, a atuação de potências extrarregionais pode acarretar a securitização indesejada de temas políticos e sociais. A pressão de atores externos para influenciar a agenda de segurança da América do Sul, ao ampliar o escopo de temas como terrorismo, narcotráfico, crime organizado, corrupção e imigração, cria vulnerabilidades a serem exploradas por meio de ações de influência e interferência externa em assuntos regionais e domésticos. Isso pode ocorrer por intermédio de acordos, cooperações técnicas, influência sobre agentes públicos e *lawfare*, invalidando ou contornando limitações estabelecidas no direito, com prejuízos à soberania.

A securitização de determinados temas também é frequentemente utilizada como argumento para justificar a presença militar ou de agências de segurança extrarregionais, seja pontual ou, no limite, com o estabelecimento de bases militares estrangeiras. A dissuasão contra o estabelecimento de presença militar extrarregional contribui para a segurança e a defesa do Brasil e dos demais países. O Brasil tem papel significativo e pode atuar de forma determinante para a segurança na América do Sul e na América Latina e Caribe, partindo da visão de que esses territórios constituem região de paz e cooperação, baseada no diálogo e no respeito à diversidade dos povos,



bem como no respeito à soberania e não interferência em assuntos internos⁹⁸.

As interações dos países da América do Sul com grandes potências também têm aspectos econômicos importantes. Com população de 430 milhões de habitantes e PIB de mais de US\$ 4 trilhões, a América do Sul tem peso relevante na demanda e na oferta de bens e serviços, com EUA e China predominando nas relações comerciais. Em 2009, a China ultrapassou os EUA e consolidou-se como principal parceiro comercial do Brasil, posição que também ocupa nas relações comerciais de Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Cerca de 30% das exportações brasileiras têm como destino a China, frente a cerca de 11% destinadas aos EUA⁹⁹.

Para além do comércio, os investimentos em infraestrutura logística, elétrica e em outras áreas estratégicas são vastos. O estoque de investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe em 2022 era de US\$ 2,85 trilhões, tendo como principal origem EUA e países da União Europeia. Em termos de fluxo anual de investimentos, esses países, somados, foram responsáveis por 55% do investimento direto em 2022, frente a 12% oriundos da China¹⁰⁰. Os principais setores de novos investimentos, sem discriminar a origem, foram os de serviços e de hidrocarbonetos. Quanto às aquisições e fusões, especificamente, destacaram-se nos últimos anos os setores de comunicações e mineração¹⁰¹. A presença econômica dessas potências pode tanto estimular o desenvolvimento quanto criar dependências que impactam a soberania dos países sul-americanos e a integração econômica regional.

A América do Sul é região produtora de *commodities*, entre elas alimentos, com destaque para o Brasil, e possui reservas de recursos naturais como terras férteis, minérios estratégicos para o novo paradigma energético e produtivo, água, bio-

A América do Sul tem população de 430 milhões de habitantes e PIB de mais de US\$ 4 trilhões

Cerca de 30% das exportações brasileiras têm como destino a China, frente a cerca de 11% destinadas aos EUA

O estoque de investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe em 2022 era de US\$ 2,85 trilhões, tendo como principal origem EUA e países da União Europeia. Em termos de fluxo anual de investimentos, esses países, somados, foram responsáveis por 55% do investimento direto em 2022, frente a 12% oriundos da China

diversidade e a maior floresta tropical do mundo, a floresta Amazônica. Ativos que, se bem aproveitados, podem representar vantagem competitiva e, em alguns casos, constituir objeto de interesses de outros países.

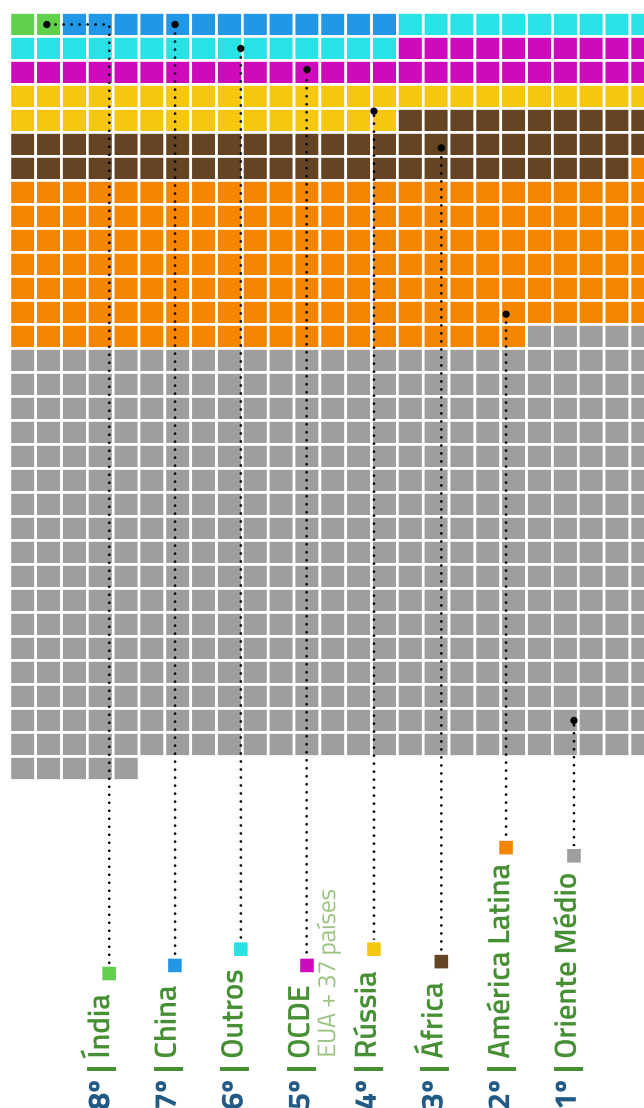
Em 2023, as reservas provadas de petróleo na América Latina e Caribe passaram de 342,27

bilhões para 343,62 bilhões de barris, representando cerca de 21,9% das reservas globais. A Venezuela é o maior detentor, com 303,01 bilhões de barris, ou 19,3% das reservas globais¹⁰². De 2022 para 2023, o Brasil aumentou em 6,98% as reservas provadas de petróleo, atingindo 15,894 bilhões de barris, com uma extração anual de 1,242 bilhão¹⁰³.

As reservas mundiais de lítio são estimadas em cerca de 105 milhões de toneladas, sendo a Bolívia o país com a maior reserva conhecida do mundo, somando 23 milhões de toneladas, seguida por Argentina (22 milhões) e Chile (11 milhões)¹⁰⁴. Além disso, o Brasil conta com a maior quantidade de terras raras da América do Sul e possui uma das cinco maiores reservas do mundo, com aproximadamente 21 milhões de toneladas¹⁰⁵.

Reservas provadas de petróleo cru

Por país ou região, 2023



**Cada quadrado acima
representa 2 bilhões
de barris de petróleo**

Os dados dos continentes excluem os
países que são membros da OCDE.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do "World proven crude oil reserves," Annual Statistical Bulletin 2024, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, <https://publications.opec.org/asb/chapter/show/123/2113/2118>.



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a romaria fluvial do Círio de Nazaré, no Trapiche de Icoaraci, Belém (PA) | Foto: Ricardo Stuckert (PR)

Áreas críticas para a biodiversidade e o equilíbrio ambiental e que constituem reservas compartilhadas de recursos estratégicos, como a água, são de extrema importância para os países sul-americanos. A Bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, contendo vasta quantidade de recursos hídricos. O Rio Amazonas é o maior rio em volume de água do mundo, com descarga média acima de $200.000 \text{ m}^3/\text{s}$ ¹⁰⁶. O Aquífero Guarani, compartilhado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e o sistema de aquíferos da Amazônia constituem uma das mais importan-

tes reservas subterrâneas de água do planeta¹⁰⁷. Grande parte desses recursos situa-se na Amazônia brasileira, que representa cerca de 60% do território do Brasil. Assim, a preservação da região é vital não apenas para a biodiversidade global e a regulação do clima, mas também para a segurança, devido a sua relevância geoestratégica.

Apesar da ausência de focos de tensão e de conflitos interestatais deflagrados, a América do Sul está implicada na crescente competição estratégica entre grandes potências em função de interesses específicos de ordem política e econômica.



Porto do Pecém, Caucaia (CE) | Foto: Ricardo Stuckert (PR)

Integração

Tanto na América do Sul quanto no Atlântico Sul, o interesse nacional do Brasil corresponde aos anseios de paz e desenvolvimento sustentável dos demais países nas duas regiões.

Na frente leste-norte, que defronta o Oceano Atlântico, 54,8% da população reside a até 150 km da costa, e 23,4% do Produto Interno Bruto do país é gerado nos municípios costeiros na faixa litorânea¹⁰⁸, sendo que 97,6% do petróleo e 83,8% do gás brasileiros são extraídos em campos marítimos¹⁰⁹. Além disso, 83% do comércio exterior do Brasil (valor total das importações e exportações) é realizado por via marítima¹¹⁰. Os laços de cooperação e as convergências estruturais entre o Bra-

54,8% da população brasileira reside a até 150 km da costa

sil e os países que conformam a zona do Atlântico Sul, todavia, também demandariam renovado esforço para serem consolidados.

Na frente oeste, o Brasil tem 16,9 mil quilômetros de fronteiras terrestres, localizadas em 588 municípios, que o ligam a 10 nações vizinhas¹¹¹. Cerca de metade da população, do PIB e do território da América do Sul pertencem ao Brasil. Por volta de 60% do bioma amazônico localiza-se no Brasil, e o bioma recobre 40% da área total da América do Sul. Nesse espaço compartilhado, relações econômicas, políticas, sociais e culturais de



Região de fronteira entre os municípios de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) | Foto: Marcelo Camargo (Agência Brasil)

caráter histórico constituem vínculos profundos, consagrados no objetivo constitucional do Brasil de buscar a integração da América Latina e em iniciativas concretas para a cooperação e integração da América do Sul e da América Latina, tais como o Mercosul, a Unasul e a Celac.

No entorno sul-americano mais imediato, há interesses mútuos no desenvolvimento da infraestrutura física e logística do continente, com vistas ao avanço do comércio intrarregional. Atualmente, são desenvolvidas iniciativas importantes, como o Mapa do Caminho para a integração da América do Sul¹¹², criado após encontro de presidentes em 2023, em Brasília¹¹³, e a Política Nacional de Fronteiras, instituída em 2024¹¹⁴. Com a devida coordenação entre as políticas públicas incidentes sobre

De 2000 a 2020, produtos de alta e média-alta tecnologia sempre foram mais de 40% das exportações brasileiras para a América do Sul

o espaço compartilhado, é possível obter melhorias na governança e desenvolver a infraestrutura regional, temas que mobilizam interesses e compromissos de diversos atores – nacionais, subnacionais e privados –, com o potencial de consolidar convergências estruturais mesmo em cenários de mudanças e divergências políticas.



Nesse sentido, destaca-se uma vantagem qualitativa para o Brasil no comércio com países do continente. De 2000 a 2020, produtos de alta e média-alta tecnologia sempre foram mais de 40% das exportações brasileiras para a América do Sul, ao passo que para o resto do mundo, no mesmo período, sempre estiveram abaixo desse patamar¹¹⁵. Na América Latina e no Caribe, de forma geral, o comércio intrarregional é intensivo em bens manufaturados¹¹⁶. Além disso, o mercado sul-americano é mais acessível às pequenas empresas, conformando ambiente propício à internacionalização das companhias nacionais¹¹⁷. O desenvolvimento da infraestrutura regional permitiria potencializar essas vantagens, num contexto em que permanece baixo o nível de comércio intrarregional, sendo um dos mais baixos do mundo, com cerca de 15% do total¹¹⁸. Em 2024, as exportações brasileiras para a América do Sul encontram-se em patamares próximos a 10%¹¹⁹.

Além da integração física, no âmbito das transições globais, ganha importância a necessidade da integração digital regional. Ela inclui desde o aprofundamento de políticas de digitalização, sobretudo em setores com grande peso econômico para os países da região – tais como agricultura, mineração e manufatura¹²⁰ –, e o desenvolvimento de capacidades produtivas para a indústria de alta tecnologia, até políticas de regulação e governança da produção, armazenamento, uso e fluxos de dados¹²¹. No contexto mais geral da transformação digital, a América Latina e o Caribe têm espaço para melhorar substancialmente indicadores de conectividade em alta velocidade, peso econômico do ecossistema digital (serviços e produtos de alta tecnologia) e políticas públicas em matéria digital¹²².

Outros temas de interesse comum reforçam convergências para o aprofundamento da integração política e social do continente e a adoção de posicionamentos conjuntos na comunidade inter-

nacional. Entre eles, o anseio por transição ecológica justa que não penalize os países em desenvolvimento, os quais contribuíram proporcionalmente menos para os fatores antrópicos causadores da crise climática; a necessidade de reforma das instituições e organizações multilaterais para contexto multipolar, dada a compartilhada ausência de meios de projeção de poder para influenciar autonomamente políticas globais; o interesse pela autodeterminação dos povos, pela paz e pelo desenvolvimento soberano dos países do continente, aos quais, em sua maioria, não interessa a crescente beligerância; o combate a ilícitos transfronteiriços; a superação de problemas sociais como desigualdades de renda e gênero; e a proteção de comunidades originárias, entre outros. Vários desses temas foram objeto de acordo entre os presidentes sul-americanos reunidos em maio de 2023, resultando no “Consenso de Brasília”¹²³.

Contudo, a governança regional, exercida por organizações como Mercosul e Unasul, foi enfraquecida nos últimos anos, em decorrência de fatores como a fragmentação política e falta de acordo entre os países sobre os objetivos dessas instituições. Um dos resultados negativos tem sido a falta de coordenação em temas críticos de segurança e desenvolvimento.

Um exemplo particularmente dramático foi o da resposta da região à pandemia de COVID-19. Considerando a América Latina e o Caribe, os impactos sobre a saúde e as realidades socioeconômicas estiveram entre os mais severos em todas as regiões do mundo¹²⁴. As desigualdades estruturais foram determinantes para o baixo desempenho da região, mas podem-se destacar também os custos relacionados à desintegração e à polarização extrema no período¹²⁵.

Uma consequência específica da polarização foi a ascensão do discurso contrário à vacinação. No caso do Brasil, há décadas o país conta com



programa de vacinação amplo e inclusivo. Contudo, no meio da pandemia, em 2021, atingiu-se o menor nível de cobertura vacinal em 20 anos¹²⁶. Hoje, há dificuldades para alcançar metas de imunização e a possibilidade de retorno de doenças anteriormente controladas, entre as quais as mais ameaçadoras são as que ocorrem na infância¹²⁷.

A falta de coordenação regional também eleva os riscos relacionados a disputas interestatais. Disputas como a existente entre Venezuela e Guiana pela região de Essequibo, caso sejam militarizadas ou escalem para conflito, podem gerar consequências imediatas para o Brasil, em virtude da vasta fronteira compartilhada com esses países. Eventual escalada de hostilidades, além de colocar em risco a segurança territorial e da população, colocaria em questão o papel do Brasil na manutenção da estabilidade e dissuasão da presença militar extrarregional.

Mesmo sem escalada conflitiva, o aprofundamento da crise doméstica na Venezuela nos últimos anos acarretou desafios socioeconômicos, políticos e logísticos a nível regional. Estima-se que mais de 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país desde 2015, dos quais 6,6 milhões migraram para os países da América Latina e Caribe, tendo a Colômbia recebido 2,8 milhões de pessoas¹²⁸. No Brasil, 568 mil venezuelanos entraram até junho de 2024¹²⁹.

Apesar dos desafios, os fluxos migratórios de entrada são fator de desenvolvimento para os países que acolhem migrantes, contribuindo para o aumento da força de trabalho, o intercâmbio de conhecimentos e novos investimentos e possibilidades de cooperação¹³⁰. Além disso, oferecem oportunidades para contrabalançar a tendência demográfica de envelhecimento da população, radicar talentos e enriquecer a composição cultural do país, além de fortalecer laços políticos e econômicos amistosos com países vizinhos.

Na Colômbia, apesar do acordo de paz estabelecido em 2016 entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (Farc-EP) –, permanecem áreas de conflito intraestatal com outros grupos armados ou dissidentes. Essa situação transborda as fronteiras colombianas e afeta a dinâmica securitária da região, inclusive em áreas da Amazônia brasileira.

A violência que envolve agentes estatais e atores não estatais é outro grave problema para os países da América do Sul e que impacta nos esforços de integração. No caso do Brasil, a violência representa grande fonte de ameaça para as pessoas e as instituições. Em 2023, 37.639 homicídios dolosos foram registrados, além de 6.381 mortes violentas por intervenção policial e 1.443 feminicídios¹³¹. Esses números representam mais mortes do que em conflitos interestatais, como a Guerra da Síria, que teve em média 30.200 mortes anuais de militares e civis entre 2011 e 2022¹³².

Em 2023, 37.639 homicídios dolosos foram registrados, além de 6.381 mortes violentas por intervenção policial e 1.443 feminicídios. Esses números representam mais mortes do que em conflitos interestatais, como a Guerra da Síria, que teve em média 30.200 mortes anuais de militares e civis entre 2011 e 2022.

A violência interna é alimentada pelas dinâmicas do crime organizado e dos mercados ilícitos, cada vez menos restritas às fronteiras nacionais. Organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) são os principais grupos envolvidos no tráfico de drogas no Brasil. O PCC tem uma rede extensa de tráfico de drogas e de armas que opera tanto nacionalmente quanto internacionalmente, com ligações em países como Paraguai, Bolívia e Colômbia¹³³. Mercados ilícitos também são explorados por grupos milicianos, que possuem inserção no poder público, por meio de entrada em órgãos de segurança e influência política sobre autoridades e instituições. Iniquidades, vulnerabilidades sociais e fragilidades institucionais facilitam o recrutamento de novos membros por esses grupos e tornam possível, para eles, sujeitar populações e áreas a arranjos de poder paralelos, injustos e ilegítimos.

Conflitos socioambientais, como os que envolvem disputas por terras indígenas e áreas de mineração, em sua maioria ilegais, também são fontes de tensão e apresentam causas e riscos compartilhados entre os países da região. Entre 2016 e 2022 houve aumento acentuado do número de garimpos ilegais explorados na Amazônia brasileira. Estima-se que 78% da área atualmente explorada no interior de Terras Indígenas tenha sido ocupada naquele período de seis anos¹³⁴.

Apenas na Terra Indígena Yanomami, o número de garimpeiros em atividades ilegais nos últimos anos foi estimado em 20 mil¹³⁵. Com a instituição, em fevereiro de 2024, da Casa de Governo no estado de Roraima para coordenar a desintrusão da TI Yanomami, houve queda acentuada da atividade ilegal e aumento dos custos para exploração do garimpo¹³⁶. Após as ações governamentais, os alertas de geointeligência para áreas atingidas por garimpo ilegal reduziram-se em 73% em relação ao número registrado em 2023¹³⁷.

Acampamento Terra Livre (DF) | Foto: Valter Campanato (Agência Brasil)





Após as ações governamentais, os alertas de geointeligência para áreas atingidas por garimpo ilegal reduziram-se em 73% em relação ao número registrado em 2023

Os crimes ambientais na Amazônia têm conexões com outros ilícitos e com frequência utilizam infraestrutura logística transnacional. O combate a esses ilícitos na Amazônia brasileira pode afetar positivamente as ações de países vizinhos com os quais compartilhamos o bioma amazônico, constituindo outra possível frente de cooperação regional.

Instabilidades institucionais de ordem doméstica também têm desafiado a cooperação e a integração. Vários países da região experimentaram eleições contestadas, sendo as dificuldades inerentes às divisões políticas e sociais agravadas por fragmentação partidária e tensões entre poderes constitucionais. Nesse contexto, a confiança das populações nos líderes eleitos e nas estruturas de governança tem sido limitada¹³⁸.





Exposição "8/1: Democracia e Restauração", mostra processos de restauração das obras vandalizadas nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 | Foto: Valter Campanato (Agência Brasil)



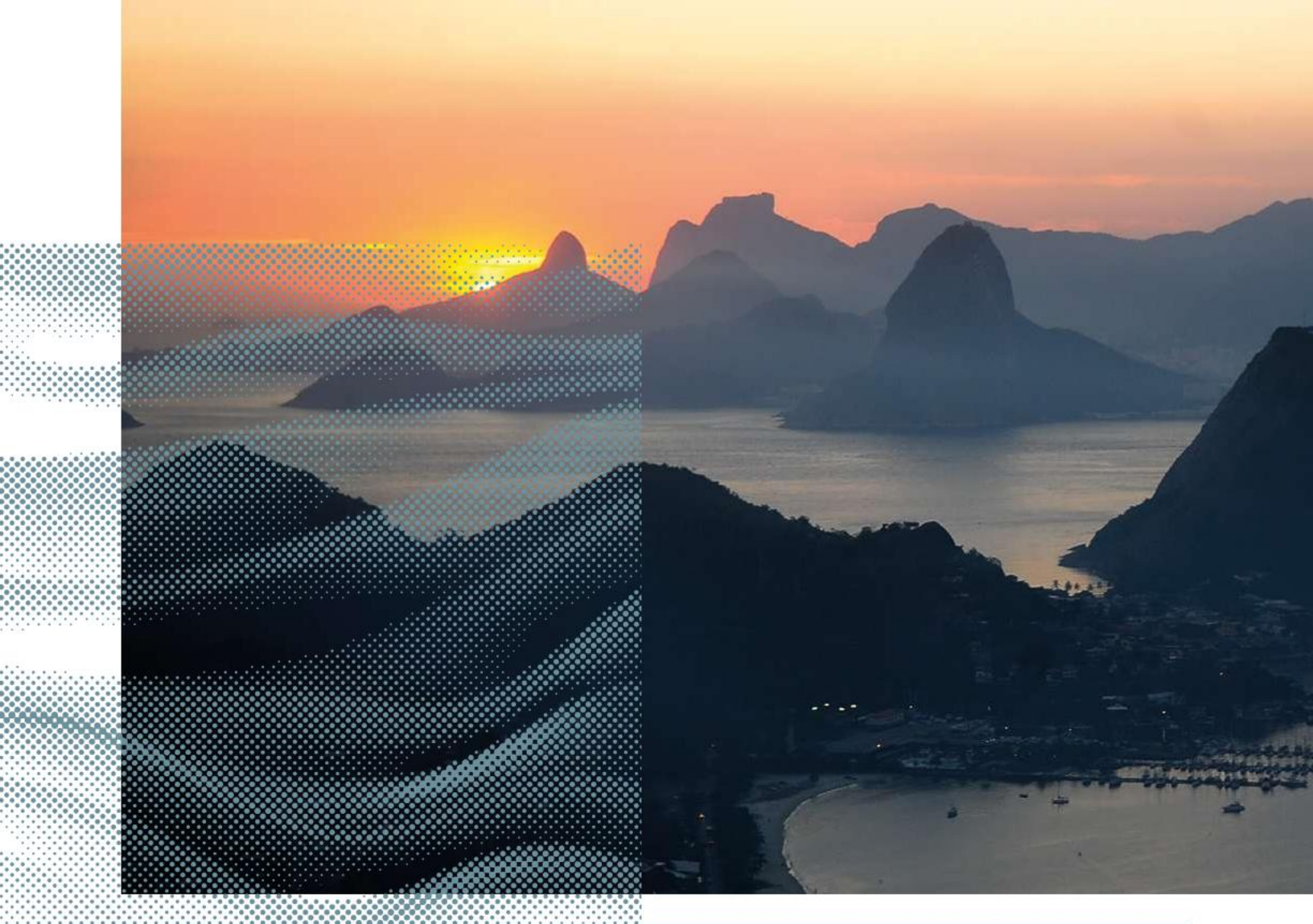
Mas, no caso do Brasil, a democracia demonstrou resiliência nos últimos anos diante de dificuldades. Tiveram papel de destaque medidas de combate à desinformação, o entendimento entre partidos políticos, a independência do Poder Judiciário, a confiabilidade do sistema eleitoral e das eleições e a atuação institucional para garantir a transição de poder¹³⁹. Graças a essa resiliência, a situação do Brasil em indicadores comparativos que medem o desempenho das instituições democráticas vem melhorando¹⁴⁰. Do ponto de vista da estabilidade regional, a melhora da situação institucional do Brasil pode exercer influência positiva sobre a situação doméstica nos demais países.

Embora a renda média no continente, entre 2014 e 2020, tenha sofrido queda gradual¹⁴¹, a América Latina entrará, em 2025, em seu quarto ano seguido de crescimento econômico, com alta de mais de 30% na renda *per capita* regional, em comparação com 2020¹⁴².

A ampliação da prosperidade econômica, especialmente após período de dificuldades, constitui outro fator relevante para a estabilidade política.

Entre os riscos compartilhados pelos países da região, destacam-se, além daqueles decorrentes das transições globais, os riscos associados às pressões geopolíticas nas relações com as grandes potências. Somam-se, ainda, vulnerabilidades políticas, sociais e econômicas. A superação desses riscos depende da integração regional.

*América Latina entrará,
em 2025, em seu quarto
ano seguido de crescimento
econômico, com alta de mais
de 30% na renda per capita
regional, em comparação com
2020*



Brasil: desafios para a inteligência

04

Rio de Janeiro visto do Parque da Cidade, em Niterói | Foto: Tomaz Silva (Agência Brasil)



A ABIN tem duas missões principais. Uma é coordenar e facilitar a integração entre os órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência. A outra é assessorar o Presidente da República e os ministérios. Com base na Constituição Federal, na Lei 9.883/1999, no Decreto 11.693/2023, na Política Nacional de Inteligência (PNI) e nas diretrizes presidenciais, são definidos os fatos e temas de acompanhamento. Para assessorar de forma assertiva, é preciso definir enfoques e prioridades, conforme a legislação e os riscos de segurança identificados.

Tendo em vista o contexto das transições globais e a situação internacional e regional, foram definidos cinco desafios prioritários para 2025, para os quais será necessário avaliar ameaças e vulnerabilidades, informando as autoridades competentes sobre os riscos e as alternativas de mitigação. Tais fenômenos não derivam automaticamente de dinâmicas internacionais, mas são influenciados por elas e afetam a vida das pessoas e as capacidades de governo no país.

Os cinco desafios foram selecionados pela ABIN ao longo de 2024. Em cada item, o documento oferece uma definição, uma contextualização e pontos de atenção. São desafios que requerem esforços sistemáticos e continuados para mapear ameaças e vulnerabilidades, visando informar tempestivamente as autoridades competentes e avaliar criticamente as alternativas para a mitigação de riscos.



Segurança das instituições democráticas

A segurança das instituições democráticas é uma necessidade basilar que se depreende da Constituição Federal. Compreende identificação, monitoramento e análise de ameaças contra os princípios constitucionais, o Estado democrático de direito e o regular funcionamento de suas instituições.

Nos últimos anos, observa-se no Brasil um tensionamento das disputas políticas e um aumento no volume e velocidade da circulação de desinformação. A mediação de conflitos pelos mecanismos democráticos e institucionais vem sendo desafiada pela emergência de formas de atuação violenta e antidemocrática. Atores extremistas disseminam mensagens de intolerância e incitação à violência.

Longe de afetar somente o Brasil, esse é um fenômeno transnacional. Aumenta, no mundo, a circulação de narrativas extremistas, intolerantes e divisivas. Isso acompanha o desenvolvimento de plataformas digitais e algoritmos que maximizam a polarização, mas também decorre de campanhas incentivadas, coordenadas e organizadas por atores interessados em minar a confiança mútua entre os cidadãos e a confiança dos cidadãos nas instituições.

As fissuras causadas no tecido social reforçam desigualdades típicas da Era Digital. Plataformas de mídias sociais e aplicativos de mensagens encurtaram a distância entre produtores e consumidores e permitiram a disseminação instantânea de informação e a pulverização da produção de conteúdo. Tais plataformas também possibilitaram a multiplicação das perspectivas e das fontes de informação, mas a transformação tecnológica aumentou o poder de conglomerados empresariais que coletam e processam dados de usuários. Os dados tornaram-se ativos valiosos, pois permitem automatizar o monitoramento das atividades dos indivíduos, construir perfis e algoritmos



complexos e personalizar a entrega de conteúdo. Dessa forma, os conglomerados do setor de tecnologia digital acumulam enorme poder econômico e de influência em pouco tempo. Quando a utilização das capacidades criadas pela tecnologia transcende os interesses comerciais e inclui objetivos políticos discerníveis, agravam-se os riscos para a soberania e o funcionamento das instituições democráticas.

A competição pela atenção, somada a algoritmos de recomendação, favorece a segmentação dos públicos em grupos relativamente isolados. Pessoas são expostas a conteúdos que confirmam suas crenças e visões de mundo e excluem posições discordantes. Tal ambiente prejudica a decisão esclarecida dos cidadãos a respeito de questões complexas. Além disso, o ambiente informacional de produção pulverizada e instantânea, mas controlado por oligopólios avessos à regulação estatal, propicia a disseminação de desinformação, notícias falsas e teorias conspiratórias.

Essa dinâmica impacta diretamente a execução de políticas públicas, na medida em que dificulta a ação de comunicação do governo com os cidadãos, exige das autoridades esforço de identificação e de contraposição aos conteúdos falsos e contribui para confundir a população sobre a atuação governamental. Ao mesmo tempo, grupos de interesse hostis, extremistas violentos, assim como Estados adversários, encontram oportunidades para manipular o debate público, influenciar segmentos sociais e minar a confiança nas instituições democráticas.

Três fatores têm potencial para agravar tal cenário em 2025: campanhas de desinformação contra o processo eleitoral em si; coordenação entre grupos antidemocráticos em escala global para a promoção de agendas violentas; e crises socioambientais, cada vez mais extremas e frequentes, relacionadas às mudanças climáticas.

Campanhas de desinformação contra o processo eleitoral

O processo eleitoral, parte fundamental da alternância pacífica de poder, é frequentemente alvo da disseminação de desinformação, notícias falsas e teorias conspiratórias. Trata-se de fenômeno global agravado pelas novas tecnologias. Ações deliberadas podem alterar a percepção da realidade e afetar a capacidade do eleitor de exercer o voto consciente e livremente informado, prejudicando a manifestação da vontade popular.

Embora a desinformação possa não afetar diretamente o comparecimento às eleições, ela afeta a percepção e a atitude de eleitores em relação à validade de qualquer processo eleitoral, com efeitos de longo prazo na participação. Muitas estratégias de desinformação são desenvolvidas com antecedência por meio de esforços coordenados entre os iniciadores e os vetores de disseminação do conteúdo. Além disso, empresas especializadas contratadas por agentes políticos monitoram atividades nas plataformas de mídia social e em outros espaços *on-line* mesmo em períodos entre eleições, com o objetivo de permanecer informados sobre tendências, percepções e atitudes de diferentes grupos de pessoas. Essas ações lhes permitem desenvolver e testar narrativas potencialmente perturbadoras, que podem ser lançadas e ampliadas em momentos oportunos para maximizar alcance e impacto.

A desinformação frequentemente tem como alvo os próprios processos e instituições eleitorais. Representantes de organizações internacionais e missões de observação eleitoral também podem ser alvo de desinformação. Campanhas deliberadas colocam sob desconfiança a segurança do sistema de coleta e apuração dos votos, contaminando a aceitação dos resultados por parte da sociedade. Além disso, o uso de notícias falsas



associadas a teorias conspiratórias desequilibra a competição entre candidatos, com maior prejuízo para grupos já impactados por desigualdades estruturais e violências, sejam de cunho étnico, racial ou de gênero. A desinformação favorece campanhas de difamação e reduz o espaço para o debate de políticas públicas.

Coordenação antidemocrática internacional

Grupos antidemocráticos têm-se coordenado em fóruns regionais e globais. Ainda que não haja homogeneidade entre os atores, verifica-se a convergência de ativistas, ideólogos, estrategistas, líderes políticos e empresários, inclusive do setor de tecnologia, para discutir e compartilhar táticas de manipulação da informação, propaganda e discurso de ódio com o fim de desestabilizar sistemas políticos e influenciar eleições. Mídias sociais e plataformas amplamente utilizadas ao redor do mundo possuem características que podem ser exploradas nesse sentido. A articulação transnacional tem permitido o intercâmbio de novos repertórios de ação e o compartilhamento de táticas testadas que aumentam a sofisticação e a eficácia das ações. Movimentos que contestam a democracia e os consensos básicos para a convivência em sociedade articulam-se e influenciam-se em ondas de mobilização global. Um exemplo disso foi o movimento que questionava as medidas de combate à pandemia de COVID-19.

Tal convergência consolidou vínculos entre correntes extremistas, formando redes com alcance nacional e conexão com ativistas sul-americanos e de outros países. Em seus momentos de maior influência, tais movimentos chegaram a promover mobilizações exigindo ruptura institucional antidemocrática. Mais tarde, em meio ao processo eleitoral tensionado de 2022, estruturas de mobiliza-

ção já estabelecidas viabilizaram o movimento de contestação do resultado das eleições que culminou na tentativa de golpe de Estado materializada nos ataques às sedes dos Poderes da República em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. O surgimento de novas ondas internacionais de mobilização antidemocrática constitui preocupação para 2025, sobretudo tendo em vista as eleições de 2026.

Crises socioambientais

Desastres naturais, desequilíbrio ambiental e disputa por recursos escassos afetam de maneira heterogênea as populações, seja no mundo ou no Brasil. Em situações de crise, a capacidade de resposta das instituições e da sociedade é levada ao limite e frequentemente não atende imediatamente às necessidades e às expectativas das pessoas. Tais situações desencadeiam novos conflitos e contribuem para aprofundar conflitos existentes.

Exemplos recentes demonstram que a recorrência de crises é central para a construção de narrativas de descrédito das instituições. Durante os eventos críticos de origem climática no Rio Grande do Sul, entre abril e maio de 2024, a tragédia humana, o esgarçamento social e as perdas materiais propiciaram o questionamento da atuação do poder público e a adesão a discursos antagônicos às instituições democráticas. A reconstrução e reorganização da atividade econômica é, em geral, lenta, e as consequências da crise são percebidas por muito tempo, prolongando a aceitação desses discursos.

Considerando o histórico recente e perspectivas para a evolução das mudanças climáticas, crises socioambientais tendem a catalisar o recrudescimento de discursos antidemocráticos no Brasil nos próximos anos.



Segurança cibernética

Segurança cibernética é o conjunto de ações que visam garantir que os sistemas de informação resistam a eventos no espaço cibernético capazes de comprometer a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade dos dados armazenados, processados ou transmitidos, bem como dos serviços que esses sistemas oferecem ou tornam acessíveis.

A segurança cibernética é decisiva para a transformação digital e a soberania do Brasil. A transição tecnológica mundial, somada à escalada de conflitos envolvendo potências, tem evidenciado a ligação entre a segurança cibernética e a geopolítica. Nesse contexto, o Brasil tem sido alvo de ataques cibernéticos de origem nacional e internacional.

O perfil das ameaças cibernéticas tem levado a uma mudança de abordagem em relação à segurança. Do foco na prevenção, passou-se ao reconhecimento de que esses ataques são inevitáveis. Para os próximos anos, a tendência é de transição para um modelo de resiliência cibernética, que corresponde à capacidade do governo brasileiro de manter a continuidade de suas operações críticas e proteger dados sensíveis diante de ataques contínuos e diversificados.

A resiliência, portanto, também deve ter como foco o sigilo de informações sensíveis, o que depende de técnicas criptográficas avançadas, implementadas em nível estatal. A criptografia de Estado previne acessos não autorizados e violações de dados, assim como fortalece a capacidade de um país de resistir e recuperar-se de ataques cibernéticos. Implementar protocolos criptográficos robustos e resistentes às tecnologias quânticas emergentes é fundamental para a resiliência cibernética nacional. Isso permite que o Estado proteja seus ativos informacionais mesmo diante de ataques sofisticados. Ao adotar uma abordagem abran-





gente de resiliência cibernética, as instituições brasileiras se protegem contra o impacto de ameaças imediatas, mas também constroem a capacidade de adaptar-se continuamente a cenário de ameaças à segurança cibernética em constante evolução.

Um dos principais aspectos da segurança cibernética é sua transversalidade. Ataques de *ransomware* (sequestro de dados e cobrança de "resgates"), vazamentos de dados sensíveis, operações de espionagem cibernética e ataques cibernéticos a infraestruturas críticas são ameaças que exigem atuação estatal integrada e assessoramento com a visão específica da inteligência cibernética, atenta à possibilidade de ações de origem estatal e suas implicações geopolíticas. A crescente sofisticação dos métodos de ataque, o uso de inteligência artificial por atores maliciosos e o aumento da superfície de ataque em virtude da expansão de serviços públicos em plataformas digitais representarão desafios adicionais para a segurança cibernética do país nos próximos anos.

Atores cibernéticos estatais

Ações cibernéticas patrocinadas por Estados visam a objetivos estratégicos, econômicos ou políticos, costumam ser tecnicamente sofisticadas, e sua responsabilidade é de difícil atribuição.

Nos últimos anos, observa-se profusão das chamadas Ameaças Persistentes Avançadas (APT, do inglês *Advanced Persistent Threats*), compostas por grupos com alto poder de intrusão, persistência e exfiltração de dados, patrocinados por atores estatais. Grupos do gênero atuam no Brasil, principalmente com foco em espionagem. APTs estrangeiros também utilizam infraestruturas computacionais brasileiras para promover ataques a terceiros. O objetivo, nesse caso,

é ofuscar os indicadores maliciosos por meio de infraestruturas legítimas.

Ataques cibernéticos de atores estatais caracterizam-se ainda pela exploração de vulnerabilidades cibernéticas desconhecidas e sem correções de segurança disponíveis, denominadas "vulnerabilidades de dia zero". A importância das vulnerabilidades de dia zero para a capacidade cibernética ofensiva de Estados levou ao desenvolvimento de mecanismos governamentais de controle e gerenciamento de vulnerabilidades. Esses controles permitem que governos retenham vulnerabilidades com o fim de explorá-las para missões de inteligência, defesa nacional ou segurança pública. No entanto, sua implementação não está isenta de riscos e dilemas éticos. A retenção de vulnerabilidades cibernéticas cria um paradoxo de segurança: enquanto fortalece as capacidades ofensivas do Estado, simultaneamente expõe seus cidadãos e infraestruturas a potenciais ameaças.

Na mesma linha, destaca-se também a existência de mercados ilegais e informais para a venda de vulnerabilidades de dia zero, que são revendidas tanto a atores estatais quanto a cibercriminosos. Esses fenômenos intensificam tensões geopolíticas e criam um ecossistema no qual vulnerabilidades se tornam *commodities* valiosas, incentivando sua descoberta e retenção em vez de sua correção e divulgação responsável.

A exploração de vulnerabilidades desconhecidas é exemplo de sofisticação técnica que caracteriza os atores cibernéticos estatais. Somadas a essa, outras táticas, técnicas e procedimentos complexos tornam a atribuição de autoria dos atacantes desafio adicional à segurança cibernética. A isso se soma a possibilidade de atores maliciosos deliberadamente plantarem pistas falsas para implicar outros grupos, fenômeno conhecido como operações de bandeira falsa.



As complexidades inerentes ao processo de atribuição de responsabilidade estatal por ataques cibernéticos, somadas à instrumentalização da divulgação de atribuições por alguns Estados para fins políticos, são um dos principais entraves para a definição de parâmetros de comportamento estatal responsável no espaço cibernético. Muitas vezes, mesmo se há evidências técnicas de envolvimento estatal em um ataque, questões geopolíticas podem dificultar a atribuição. Governos podem negar seu envolvimento e classificar qualquer acusação como infundada ou politicamente motivada. Soma-se a isso a falta de consenso sobre quais tipos de ataques podem constituir violação de soberania no espaço cibernético.

Observa-se, por exemplo, aumento da relevância da dimensão cibernética em conflitos internacionais como Rússia-Ucrânia e Israel-Palestina. Contudo, ao contrário das expectativas quanto a um único e devastador evento, como um "Pearl Harbor digital", o conflito cibernético caracteriza-se por embate constante e de baixa intensidade entre nações, por meio de campanhas veladas e permanentes. Essa abordagem permite que atores estatais conduzam operações cibernéticas mantendo estado de tensão constante no espaço cibernético, mas sem desencadear uma resposta militar convencional.

O Brasil deve estar preparado para se defender de ataques cibernéticos persistentes e de baixa intensidade. Isso implica fortalecimento da resiliência cibernética, com infraestruturas críticas e de governo mais robustas e capazes de resistir a ataques dessas características; melhoria das capacidades de detecção e resposta, com monitoramento contínuo e resposta rápida para identificar e mitigar ameaças em tempo real; e aumento da cooperação nacional e internacional, fortalecendo parcerias para compartilhamento de conhecimentos de inteligência cibernética e melhores práticas em segurança cibernética.

Atores cibernéticos não estatais

O cenário da segurança cibernética também é impactado pela atuação de atores não estatais, muitas vezes simplesmente caracterizados como cibercriminosos. Nesse conjunto de atores, destacam-se os atores de *ransomwares* e os grupos hacktivistas.

Ataques de *ransomware* envolvem o uso de criptografia de dados e a exigência de pagamento para resgate. Além da utilização da criptografia, muitos ataques envolvem a exfiltração de dados sensíveis com posterior ameaça de publicação ou vazamento, ameaças de notificações diretas a clientes e a autoridades regulatórias, bem como ataques de negação de serviços (DDoS). Isso aumenta a pressão sobre as vítimas para pagar o resgate, mesmo que tenham *backups* adequados.

O ecossistema de *ransomware* transformou-se em mercado segmentado e especializado. Esse fenômeno reflete crescente profissionalização e divisão de trabalho entre os cibercriminosos, tornando os ataques mais eficientes e difíceis de combater. O modelo de *Ransomware-as-a-Service* (RaaS, do inglês *ransomware* como serviço) facilitou o acesso à modalidade, permitindo que criminosos com habilidades técnicas limitadas realizem ataques mais sofisticados. As plataformas contratam desenvolvedores de *malware*, fornecem infraestrutura para hospedagem e distribuição dos ataques e sistemas de negociação e pagamento entre o autor e as vítimas. Além disso, o vetor de ataque pode ser obtido de vendedores de acesso inicial, que se especializam em comprometer redes corporativas e comercializar os acessos para terceiros.

No Brasil, enfrenta-se quantidade significativa de ataques *ransomware*. Isso se deve à vasta infraestrutura digital e ao grande número de usuários *on-line* do país. Comumente, o Brasil figura



entre os dez países com maior número de vítimas anunciadas nas plataformas RaaS, e nas Américas é constantemente o segundo lugar, atrás dos Estados Unidos. Mesmo figurando no alto desse *ranking*, sabe-se que há subnotificação dos ataques, dificultando inclusive a avaliação precisa da situação. Muitas organizações e indivíduos vitimados optam por não relatar os incidentes às autoridades ou ao público. O temor de danos reputacionais é fator preponderante, devido ao receio de que a divulgação de um ataque possa minar a confiança de clientes, de parceiros e da sociedade, resultando em perdas financeiras e de mercado. Além disso, há repercussões legais, especialmente em ambiente regulatório rigoroso em relação à proteção de dados pessoais.

Em contraste, empresas de segurança cibernética, muitas com projeção internacional, utilizam-se de relatórios públicos que inflam a percepção desses ataques com fins comerciais. Essa prática, embora possa esclarecer o tema aos clientes e à sociedade, também distorce a percepção de ameaça. A combinação desses fenômenos torna complexa a compreensão da verdadeira escala do problema, podendo levar a uma alocação inadequada de recursos e esforços no combate aos atores de *ransomware*.

Outra categoria de agentes não estatais são os atores cibernéticos ideologicamente motivados, frequentemente chamados de hacktivistas. Em 2025, espera-se que o hacktivismo continue a evoluir como forma de protesto digital, apresentando desafios para organizações governamentais e privadas no país. Grupos hacktivistas tendem a mirar alvos de alto perfil, como instituições governamentais, grandes corporações ou figuras públicas, para maximizar a visibilidade de suas ações. As técnicas mais utilizadas são ataques de negação de serviço distribuídos (DDoS), desfiguração de sítios na internet e vazamento de informações sensíveis.

Ataques hacktivistas são geralmente menos sofisticados em comparação às outras fontes de ameaça e apresentam consequências de menor impacto. Muitas vezes, o principal objetivo de atores hacktivistas é a mobilização da opinião pública ou o ganho de relevância na comunidade técnica. Por isso, o *modus operandi* hacktivista inclui estratégia de amplificação de ataques e respectivos impactos: ao exagerar o alcance e os danos de suas campanhas, os hacktivistas buscam atrair maior atenção da mídia e do público para suas respectivas causas. Alegações exageradas de sucesso podem criar senso de vulnerabilidade e insegurança entre os alvos e o público, mesmo quando o impacto real é limitado. Além disso, os relatos inflados inspiram simpatizantes e potenciais novos membros a se juntarem à causa. Como consequência dessa estratégia, grupos hacktivistas podem parecer mais sofisticados e perigosos do que realmente são, amplificando a alocação de recursos e a resposta aos ataques.

Alguns grupos tradicionalmente associados ao hacktivismo migram para atividades ilícitas com motivações explicitamente financeiras. A possível frustração com a falta de impacto tangível das ações hacktivistas, somada ao alto valor das suas habilidades quando empregadas no mercado criminal, são fatores que contribuem para essa transição.

Em 2025, as ameaças cibernéticas de atores não estatais continuarão representando desafio. Atores de *ransomware* tendem a se especializar ainda mais, com cada elemento aperfeiçoando-se em sua área específica de atuação e tornando-se mais escalável, resistente e inovador. Por sua vez, atores hacktivistas tendem a amplificar ações aproveitando-se do contexto de realização de grandes eventos internacionais no ano de 2025, como a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) e as reuniões do BRICS.



Impactos da inteligência artificial na segurança cibernética

Por sua vez, o rápido avanço das tecnologias de inteligência artificial está transformando o cenário de ameaças cibernéticas, oferecendo novas ferramentas e capacidades para atores estatais e não estatais. A IA permite, por exemplo, que atacantes personalizem táticas em escala anteriormente impossível. Ataques de *phishing* e engenharia social tornam-se mais convincentes e difíceis de detectar, pois aproveitam modelos de linguagem para gerar conteúdo malicioso persuasivo e personalizado – sem, por exemplo, os erros de ortografia comumente presentes em ataques do tipo. A automatização de ataques também pode ser alcançada por intermédio da IA, desde o reconhecimento de alvos até a calibragem do impacto.

Em 2025, isso pode levar a aumento significativo no volume e na velocidade dos ataques, que antes exigiam planejamento meticuloso e horas de pesquisa prévia. Nesse sentido, a IA pode reduzir o tempo de permanência dos atacantes, isto é, o tempo médio necessário entre o acesso inicial a uma rede e o objetivo final do ataque. Além disso, o uso da IA pode diminuir a barreira de entrada para o cibercrime, permitindo que indivíduos ou grupos com recursos e conhecimentos técnicos limitados executem ataques que anteriormente exigiam habilidades avançadas de programação e compreensão profunda de sistemas de segurança.

Entretanto, a IA também traz oportunidades para o campo da segurança cibernética, potencializando as capacidades de pesquisa, monitoramento, investigação e resposta a incidentes. A IA explora em tempo real, mais rapidamente do que analistas humanos, grandes volumes de dados de *logs*, tráfego de rede e comportamento

de usuários. A IA também identifica anomalias e padrões suspeitos que seriam improváveis de se detectar manualmente. Adicionalmente, à medida que novos tipos de ataques são detectados e analisados, os sistemas de IA podem atualizar modelos de detecção e resposta, melhorando constantemente sua eficácia. Isso é particularmente valioso no cenário de ameaças em rápida evolução, no qual novas táticas e técnicas de ataque surgem regularmente.

A IA, portanto, apresenta uma dualidade significativa, oferecendo vantagens tanto para atacantes quanto para defensores. Para 2025, o principal desafio nesse cenário em evolução é conseguir beneficiar-se mais das inovações tecnológicas do que os atores adversos.



Resiliência de setores estratégicos

Setores estratégicos são complexos de atividades essenciais para a vida e o funcionamento regular da sociedade. Setores que atraem parcela significativa do orçamento federal e investimentos públicos e privados; que contribuem para assegurar e aprofundar a vantagem competitiva da produção local; que colaboram de modo determinante para a soberania e a segurança nacional; que são potencialmente vulneráveis a rupturas; e que atraem, concentram e consolidam esforços de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Resiliência é a capacidade de antecipar, resistir, recuperar e adaptar-se a incidentes disruptivos. Significa, além de proteção, a habilidade de manter operações essenciais e restaurar rapidamente a operacionalidade completa após um incidente.

O cenário internacional de competição multipolar caracteriza-se pelo emprego de estratégias coercitivas mesmo na esfera econômica, inclusive nos mercados de câmbio e nas disputas em torno de sistemas de pagamentos. Disputas territoriais e geopolíticas, conflitos internos e organizações criminosas também interferem na logística global, resultando no alongamento de rotas e no encarecimento de custos de transporte. Ao mesmo tempo, tais mudanças viabilizam a reorganização de cadeias de suprimento, o que beneficia países politicamente estáveis, geograficamente mais próximos ou politicamente alinhados aos grandes polos da economia mundial.

O papel do Estado na prevenção, gerenciamento e resposta a crises cada vez mais frequentes é indispensável, mas insuficiente. Essa percepção foi evidenciada pela aceleração dos ciclos de inovação tecnológica, por ameaças cibernéticas cada vez mais sofisticadas, pela consolidação do cenário de mudança climática, por fluxos migratórios provocados por conflitos regionais e pela pandemia de COVID-19 e seus impactos. É necessário que o Estado seja capaz de coordenar com





atores econômicos e sociais a proteção a setores designados como estratégicos ou críticos: energia e transição energética, PEGANBIO (petróleo, gás e biocombustíveis), infraestrutura digital, defesa, espaço, transportes e segurança alimentar. A variedade de setores estratégicos faz com que o panorama de ameaças e vulnerabilidades, de origem humana ou natural, seja amplo e diversificado. Cada setor está submetido a arcabouços regulatórios específicos, regimes de controle, normas e padrões internacionais, e é possível observar níveis de maturidade diversos entre os segmentos estudados. Os setores também se sobrepõem a conjuntos de infraestruturas críticas, muitas vezes interdependentes.

A ABIN contribuiu com a construção e o fortalecimento de uma cultura de proteção em organizações públicas e privadas de interesse estratégico por meio de seu Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC). Durante o ciclo de grandes eventos esportivos iniciado com os Jogos Pan-Americanos de 2007, culminando com os Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil desenvolveu protocolos de resposta a incidentes baseados em avaliações dos riscos decorrentes de ameaças e vulnerabilidades. Tais protocolos também são empregados em processos de menor escala, mas de elevada sensibilidade, como em operações de transporte de material nuclear e de lideranças de organizações criminosas, bem como em eventos internacionais de natureza política, como nas reuniões ministeriais e na cúpula do G20, durante a presidência brasileira do grupo.

Enquanto a gestão baseada em riscos é uma atividade essencialmente defensiva, observa-se que o esforço estratégico de construção de resiliência oferece oportunidades exploratórias nas quais a inteligência tem papel relevante. Planos de contingência e de gerenciamento de crises tornam-se indispensáveis e dependem da correta percep-

ção da ameaça e de seus possíveis desdobramentos. A construção de resiliência oferece aos setores estratégicos a oportunidade de refletir sobre variáveis sistêmicas de alcance mais amplo e de considerar a importância da continuidade das operações acima de ganhos marginais de eficiência.

Fomentar a cultura de proteção

Todo esforço estratégico se beneficia da existência de uma cultura de proteção. O fomento a essa cultura está elencado como um dos desafios constantes da Estratégia Nacional de Inteligência, assim como a criação de protocolos conjuntos para a proteção de conhecimentos sensíveis. O conceito de *security awareness* (ou “consciência de proteção”) ainda é pouco empregado no Brasil. A cultura de proteção abarca um conjunto de atitudes e costumes compartilhados, planejado para diminuir e evitar determinados riscos.

Em 2025, espera-se dar continuidade às ações do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), instrumento oferecido pela ABIN para sensibilizar instituições estratégicas, públicas e privadas, para a necessidade de desenvolver uma cultura de proteção do conhecimento sensível e de preservação da soberania do país.

Fomentar a cultura de resiliência estratégica

A ideia de resiliência estratégica vai além da mera retomada das características operacionais anteriores a um determinado evento crítico e alcança o esforço preditivo para que a reconstrução leve em conta cenários prospectivos que possam anteciper as próximas crises.

Um modelo de resposta a crises que integre Estado, sociedade e setor produtivo não pode pres-



cindir da possibilidade de troca de informações a respeito da percepção sobre oportunidades e ameaças, correntes e futuras. Boas informações são indispensáveis para bom planejamento e tomada de decisão, e a oportunidade se apresenta para que a inteligência se torne parte da rotina de gestores dentro e fora da estrutura governamental.



Mercados ilícitos e crime organizado transnacional

Mercados ilícitos abrangem diversos delitos criminais, como tráfico de drogas, de armas e de pessoas; comercialização ilegal de bens naturais, como madeira e ouro; e contrabando de mercadorias. Podem ser operados nos limites territoriais de um ou mais Estados soberanos, com ou sem emprego da violência de seus operadores.

O crime organizado transnacional é materializado nas organizações criminosas que operam os mercados ilícitos internacionalmente e que têm os ganhos financeiros como principal objetivo. Isso eleva o grau de sofisticação, de continuidade e de racionalidade da atividade, bem como o potencial de dano. Geralmente envolve alguma demonstração de força e emprego de violência por parte de seus operadores.

Os mercados ilícitos e os crimes transnacionais constituem problemas compartilhados entre o Brasil e os demais países sul-americanos. Os operadores de narcotráfico, tráfico de armas e pessoas, contrabando de migrantes e crimes ambientais, como mineração ilegal de ouro e contrabando de madeira, aproveitam-se do enfraquecimento da governança regional e das dificuldades de integração comercial para expandir a atuação, desconhecendo os limites fronteiriços de seus Estados de origem.

O distanciamento comercial ocorrido na região não refletiu de forma proporcional na dinâmica dos mercados ilícitos e crimes transnacionais no Brasil e na América do Sul. De maneira oposta, nos últimos anos houve expansão dos fluxos desses mercados e da transnacionalização da atuação de grupos criminosos organizados que, cada vez mais integrados e difusos, apresentam grande risco à segurança da sociedade e do Estado do Brasil e seus vizinhos. As organizações criminosas transnacionais aproveitam-se de deficiências e lacunas estatais para atingir seus objetivos, o





que gera riscos à população, especialmente aos mais vulneráveis socioeconômica e ambientalmente, como habitantes de áreas de baixa renda e povos originários.

Em âmbito mundial, os crescentes tensionamentos e a diminuição da confiança entre os países fomentam redes criminosas transnacionais que atuam no Brasil e em outros continentes. O aumento de conflitos, ao mesmo tempo que fomenta redes migratórias, aumenta a demanda por armas, muitas das quais são desviadas para ambientes criminais, e metais preciosos, como o ouro, por vezes originários de áreas de mineração ilegal. A diminuição da confiança, por sua vez, facilita a atuação de redes de narcotráfico e armas, justamente pela diminuição da cooperação entre organismos estatais de inteligência e policiais.

Organizações criminosas brasileiras e sul-americanas têm-se aproveitado das instabilidades internas e de vulnerabilidades institucionais e da democracia nos países para se infiltrar em estruturas estatais, seja pela corrupção de agentes públicos, seja pela tentativa de eleger representantes diretos em pleitos eleitorais. Isso prejudica a segurança das pessoas e das instituições, tanto pelo prisma da violência quanto pela infiltração de agentes criminosos em estruturas oficiais.

De forma concomitante, há diversas lacunas nas políticas estatais, tanto de estruturas quanto de métodos, prejudiciais ao enfrentamento eficiente dos mercados ilícitos e seus atores. Esse conjunto de fatores permite a criação de ecossistema propício para a atuação de grupos criminosos em território brasileiro, responsáveis, em grande parte, pela disseminação da violência no país, seja no ambiente urbano, seja em áreas rurais.

Os grandes grupos criminosos, além de se aproveitarem das vulnerabilidades estatais, desafiam diretamente a institucionalidade brasileira. A partir do momento em que o grupo se sen-

te legitimado sobre determinado território, em contexto de governança híbrida do território com as instituições estatais, aumentam as chances da ocorrência de enfrentamentos com agentes públicos. Isso se passa em ambiente urbano, no contexto de grupos narcotraficantes e milicianos, mas também no rural, principalmente nas regiões de mineração ilegal de ouro, como a Terra Indígena Yanomami (TIY), onde têm sido recorrentes os enfrentamentos com garimpeiros e outros agentes da economia do garimpo ilegal.

Nessa conjuntura, há, ainda, a pressão de atores externos para que o Brasil e os países sul-americanos atuem no enfrentamento aos crimes transnacionais segundo interesses alheios. A incorporação automática, por parte de alguns Estados ou instituições, dos métodos desses atores implica na limitação da soberania do país e em prejuízo de soluções próprias e mais adequadas para dirimir os impactos negativos da criminalidade organizada transnacional.

Analisar e antever cenários, dirimir ameaças e prospectar oportunidades em ambiente de crescente tensão e proliferação criminal são tarefas cruciais para 2025, com foco no combate ao narcotráfico e ao tráfico de armas; ao contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas; e aos crimes ambientais.

Narcotráfico e tráfico de armas

A posição geográfica do Brasil, que ao mesmo tempo é destino e local de trânsito dos principais fluxos ilícitos da América do Sul, agrava os desafios a serem enfrentados no que concerne à criminalidade organizada transnacional. Com relação ao narcotráfico, o Brasil é vizinho de grandes produtores de entorpecentes, entre os quais se destacam Peru e Colômbia no mercado de cocaína, e Paraguai com relação à maconha. O Brasil, além



de ser um mercado consumidor de drogas, sendo o segundo maior mercado consumidor mundial de cocaína, é um dos principais locais de trânsito de entorpecentes para outros continentes, como Europa, África e Ásia.

As organizações criminosas atuantes em território brasileiro mantêm-se permanentemente em conflito, com vistas a deter controle de corredores e infraestruturas logísticas para importação e exportação de entorpecentes, bem como de territórios, em especial nos grandes centros urbanos, para venda no varejo. Esse cenário impulsiona o tráfico internacional de armas para o Brasil, sendo um fator essencial de sustentação dos altos índices de violência. Em grande medida, tais índices correlacionam-se com a disputa territorial entre os grupos criminosos, especialmente com a bipolaridade entre as organizações criminosas de base prisional Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), cujas zonas de influência afetam todas as regiões do Brasil.

A expansão internacional dos grupos narcotraficantes brasileiros, processo intensificado na segunda metade da década de 2010, potencializa o poderio bélico e financeiro dessas organizações por facilitar acesso a fornecedores e compradores de entorpecentes e armas. O PCC, organização criminosa que detém presença em maior número de estados brasileiros, está presente em mais de 20 países, nos quais tem cerca de dois mil membros. Fora do Brasil, as principais bases de operação da organização situam-se na Bolívia e no Paraguai, onde ocorrem a compra de entorpecentes e o planejamento logístico do trânsito das drogas.

Ao mesmo tempo, o aumento dos fluxos de narcotráfico internacional atrai atores criminosos de outros continentes para território brasileiro. Máfias italianas, grupos balcânicos e cartéis mexicanos vêm ao Brasil para negociar diretamente os carregamentos de entorpecentes a serem ex-

portados para o exterior. Também ocorre a ida de narcotraficantes brasileiros para África e Europa, especialmente países lusófonos, como Portugal, Cabo Verde, Angola e Moçambique, com vistas a negociar diretamente com os receptores dos carregamentos, eliminando intermediários.

Por fim, outra ameaça de organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico e tráfico de armas é o aproveitamento das fragilidades estatais para benefício próprio. Os grupos milicianos no Rio de Janeiro, por exemplo, surgiram e se expandiram com participação direta de agentes de segurança pública. Ao se espalhar por outras localidades, envolveram-se com diferentes atividades ilícitas, tais como o narcotráfico. Sua atuação na cobrança coercitiva de serviços da população residente em suas áreas de domínio fere direitos fundamentais dos afetados. Além disso, há interferência direta em pleitos eleitorais, com o financiamento de candidaturas e assassinato de adversários políticos e rivais nas práticas criminosas.

Tarefas para 2025 incluem monitorar os principais fluxos de entorpecentes que passam pelo Brasil, estudando novos modais e rotas; mapear as redes criminosas, principalmente de lideranças e atores com alta capacidade de impacto; e acompanhar as relações entre as redes criminosas transnacionais e como elas se aproveitam das vulnerabilidades estatais.

Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes

O Brasil figura como país de origem, trânsito e destino para diferentes fluxos migratórios, com destaque para a condição de país de trânsito para migrantes da Ásia e da África em direção à Europa e, principalmente, aos Estados Unidos da América. Os fluxos com passagem pelo Brasil têm apresentado tendência de crescimento, e o país tem sido



um ponto de entrada no continente americano para os migrantes extracontinentais.

Parte desses fluxos migratórios é operada por redes criminosas que põem em risco a vida, a integridade e a dignidade das pessoas. As redes criminosas se fortalecem com o aumento da demanda pelos serviços ilegais que oferecem e com a consolidação das rotas. Com entradas pela região Norte ou pelos aeroportos internacionais, os migrantes que se movimentam com o auxílio de redes criminosas de migração geralmente deixam o Brasil de maneira irregular – isto é, sem registro – por pontos da fronteira terrestre, majoritariamente na região Norte, e seguem em direção à América do Norte.

Por vezes o contrabando de migrantes se confunde também com o tráfico de pessoas, pois migrantes podem ser obrigados a transportar drogas para passarem por territórios controlados por narcotraficantes, entre outras formas de exploração dessas pessoas em situação de vulnerabilidade, como a submissão a trabalhos forçados em determinado trecho da rota.

Estima-se que, em 2025, os fluxos de migração internacional continuarão aumentado de forma expressiva. A escalada proporciona um mercado dinâmico para agentes que oferecem serviços relacionados ao contrabando de migrantes e ao tráfico de pessoas. O Brasil é um local de atuação para esses agentes, devido aos fluxos que têm o Brasil como país de trânsito, tais como os que atravessam a selva de Darién, entre a Colômbia e o Panamá, e a fronteira norte do México.

Crimes ambientais

Os crimes ambientais constituem ampla cadeia de atividades econômicas ilícitas. Seus principais agentes são organizações e quadrilhas especializadas em extração ilegal de ouro e outros minérios

preciosos, exploração ilegal de madeira, grilagem de terras, pecuária irregular, pesca ilegal e tráfico de fauna. Embora tais ilícitos ocorram em todo o território nacional, é na região Amazônica que essas práticas ganham maior visibilidade e escala, uma vez que vulneram ativos naturais brasileiros de interesse global, bem como a segurança e modos de vida de povos originários.

A região Amazônica é percebida mundialmente como elemento central nas estratégias de contenção das mudanças climáticas. Portanto, além de comprometer o controle e a sustentabilidade na exploração de recursos naturais estratégicos, a atuação dos grupos criminosos ligados a ilícitos ambientais reduz a confiança internacional na capacidade brasileira de garantir a preservação do bioma amazônico.

A expansão do crime organizado para atividades relacionadas à mineração ilegal é especialmente preocupante. A mineração ilegal incide majoritariamente em áreas de preservação ocupadas por povos originários. A exploração econômica descontrolada e a presença crescente de agentes criminosos colocam em risco a integridade e os modos de vida dos povos originários. Tais situações ocorrem majoritariamente nas localidades mais remotas do país, nas quais a presença do Estado se mostra historicamente insuficiente. Além disso, a atuação de organizações criminosas na mineração ilegal tem demonstrado sua elevada resiliência e capacidade de infiltração nas instituições estatais.

As capacidades dos órgãos de segurança e fiscalização brasileiros são reduzidas diante dos desafios inerentes ao controle de região tão vasta e complexa quanto a Amazônia. Os atores criminosos possuem inserção local e instrumentos coercitivos, dispondo frequentemente de meios tecnológicos e de comunicação, assim como armamentos. Já os agentes estatais encontram



dificuldades de permanência no território, prejudicando a consolidação e a continuidade das atividades de combate aos ilícitos, incluindo a atividade de inteligência.

A contenção dos ilícitos, a preservação ambiental e a proteção das populações locais e dos povos originários são cruciais para o Brasil em 2025, ano em que a COP30 será sediada na região Amazônica. Entre as principais tarefas para a inteligência, encontram-se a colaboração interinstitucional e internacional com objetivo de obter e processar informações sobre as cadeias produtivas e as formas de agir das redes criminosas, buscando identificar estruturas e indivíduos centrais para sua desarticulação. Nesse sentido, o apoio às desintrusões de Terras Indígenas tem constituído exemplo exitoso de atuação continuada da inteligência para direcionar o combate aos mercados criminais e reduzir riscos de confronto, ao mesmo tempo em que protege populações originárias.

Espionagem e interferência externa

Espionagem é uma atividade que visa à obtenção não autorizada de dados, informações ou conhecimentos sensíveis, sigilosos ou classificados para beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, grupos de interesse, empresas ou mesmo indivíduos. Trata-se, portanto, de esforço deliberado para acessar dados, informações ou conhecimentos de maneira sub-reptícia e com o emprego de técnicas especializadas.

Ações de interferência externa são aquelas patrocinadas por atores estrangeiros com o objetivo de interferir de maneira ilegítima no processo decisório nacional e nas políticas públicas. A interferência externa é uma forma de projeção de poder em âmbito internacional, muitas vezes de forma encoberta, que pode ser mais ou menos direta e utilizar graus variados de violência. Compreende ações como propaganda adversa, desinformação, recrutamento de agentes de influência, fomento encoberto a grupos e entidades, apoio à manipulação legal (*lawfare*) e sabotagem.

Espionagem e interferência externa são instrumentos utilizados historicamente pelos Estados mais poderosos nas relações internacionais. Por serem majoritariamente encobertas, tais ações podem ter a sua autoria negada pelos perpetradores. Por isso é importante desenvolver capacidades de contrainteligência. A contrainteligência é o ramo da atividade de inteligência voltado para prevenir, detectar, identificar, avaliar, obstruir e neutralizar ações de espionagem e de interferência externa.

Serviços de inteligência de outros países, especialmente aqueles com mais recursos, realizam operações de espionagem e de interferência no exterior contra outros países. Em geral, contra países considerados adversários ou competidores, mas eventualmente também contra aliados e potências regionais não alinhadas. A principal



dificuldade em detectar e neutralizar as atividades de interferência externa é separar aquilo que constitui propaganda legítima e influência cultural, ou mesmo cooperação técnica, de operações de espionagem e influência.

Um diferencial claro é quando existe tentativa ou recrutamento de servidores públicos ou empregados de empresas em setores estratégicos brasileiros. Ações de espionagem e interferência externa podem utilizar-se de técnicas de aproximação e cultivo de relacionamentos com fins de recrutamento, vigilância, engenharia social, comprometimento (financeiro, sexual, moral, legal), manipulação de informações e desinformação, utilização de empresas de fachada e operações de “bandeira falsa”. Para proteger tais atividades, os profissionais de inteligência atuando em outros países podem tentar se valer de cobertura diplomática, consular e jornalística, dificultando a perseguição penal. Campanhas de desinformação são mais intensas durante eventos críticos e desastres naturais, mas existem também campanhas persistentes, de menor intensidade.

O Brasil também está exposto ao risco de servir como plataforma para obtenção de documentos falsos e desenvolvimento de credibilidade de identidades forjadas, para posterior condução de ações de espionagem, no Brasil ou no exterior. A utilização de robôs digitais para raspagem de dados sensíveis de sistemas, a fim de identificar detalhes e vantagens comparativas em cadeias brasileiras de produção, ou para acessar bancos de dados públicos, também configura ação de espionagem ou interferência externa, ainda que os grupos responsáveis busquem descaracterizar sua vinculação com o país patrocinador. Por isso, as atividades de contraespionagem e contrainterferência são importantes, tanto no nível tático quanto na capacidade estratégica de discernir ameaças e mitigar riscos.

A produção de inteligência sobre as atividades de espionagem internacional contra o Brasil e de avaliação do fenômeno no contexto internacional de acirramento da competição estratégica entre grandes potências e agravamento de conflitos armados e instabilidade é uma atividade prioritária para a ABIN. Da mesma forma, constituem prioridades avaliar e mitigar os riscos associados a ações de interferência externa patrocinadas por atores estrangeiros.

Em 2025, o Brasil sediará a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), além de exercer a presidência do BRICS e do Mercosul. Ações de interferência externa costumam explorar símbolos e eventos com alta visibilidade para disseminar mensagens mais efetivamente. Os eventos reunirão autoridades e detentores de conhecimentos que são de interesse para serviços de inteligência adversos na busca de dados negados ou protegidos.

O Brasil, por causa de suas extensas áreas de floresta, recursos naturais estratégicos e produção altamente competitiva no mercado internacional de bens agrícolas, é historicamente alvo de ações de espionagem e interferência externa nessas questões. Agentes adversos podem tentar obter acesso indevido à fauna e à flora nacionais, a conhecimentos tradicionais e às bases de dados governamentais relacionadas à gestão e preservação dos recursos naturais brasileiros.

Instrumentalização de cidadãos e organizações privadas brasileiras por serviços estrangeiros

Serviços de inteligência estrangeiros possuem interesse no recrutamento de cidadãos brasileiros em posições estratégicas, com acesso direto a informações sigilosas, acesso a pessoas que de-

têm essas informações, ou com potencial para recrutamento e posterior direcionamento a cargos ou atribuições sensíveis. Órgãos públicos, agronegócio, empresas públicas e indústrias de ponta demandam cuidados para a prevenção e neutralização de tentativas de recrutamento. Além de táticas tradicionais, como a oferta de recompensas financeiras, também são utilizadas abordagens que oferecem pagamentos por relatórios, viagens ao exterior, ou mesmo oportunidades de trabalho e estudo.

Espionagem para obtenção de dados sensíveis e informações pessoais de brasileiros

No Brasil, ex-servidores públicos civis e militares são alvos prioritários de empresas privadas, com o objetivo de intermediação comercial em setores estratégicos, especialmente segurança e defesa. A atuação desses atores tem representado risco de favorecimento a governos estrangeiros, em de-

corrência de deficiências nos protocolos de aquisições governamentais de alguns órgãos públicos. Tem sido observado interesse de grupos estrangeiros no uso, ou em ampliar o uso, de robôs para raspagem de dados sensíveis de sistemas de controle brasileiros que realizam avaliação de sensibilidade de informações de forma precária. As informações obtidas têm sido cruzadas, a fim de identificar detalhes e vantagens comparativas de cadeias de produção nacionais. Esses dados também são complementados com informações falsas, incompletas ou imprecisas, para a divulgação de narrativas contrárias a interesses brasileiros ou maliciosas contra setores econômicos do país.

Em todas estas atividades de espionagem e influência externa, é crucial, do ponto de vista da contrainteligência, identificar autoria, intencionalidade e vantagens obtidas por agentes estrangeiros, de modo a garantir que a cooperação internacional do Brasil não seja prejudicada, mas que a segurança e soberania dos processos decisórios nacionais também sejam preservadas.

Conclusão

Neste documento discutiram-se os riscos para a segurança do Brasil em diferentes dimensões espaciais e temporais. Primeiro, as vulnerabilidades nacionais diante da mudança climática, da transição demográfica e da mudança tecnológica em direção à segunda fase da Era Digital. Embora as mudanças globais tendam a produzir seus efeitos complexos e agregados de forma mais clara até 2050, já os podemos discernir em eventos contemporâneos que têm desafiado nosso país e suas instituições.

A segunda dimensão analisada no documento foi a da pressão colocada pela concentração de poder e riqueza em poucos países e empresas, concomitantemente ao aumento da conflitividade entre esses atores e à perda de efetividade e legitimidade das instituições internacionais. A situação internacional se reveste de dificuldades adicionais na América do Sul, terceira dimensão analisada no documento, por causa do aumento da insta-

bilidade política, das dificuldades de produção de consensos, do enfraquecimento das instituições e iniciativas de integração regional, bem como dos altos níveis de insegurança e subdesenvolvimento das populações e da região.

A quarta dimensão da segurança discutida no documento foi justamente a das demandas nacionais que tais riscos colocam para a produção de conhecimentos de inteligência em temas es-

pecíficos, considerados críticos para 2025. Existem ameaças e vulnerabilidades significativas em relação à proteção do Estado Democrático de Direito, do ciberespaço, da resiliência dos setores estratégicos, do controle sobre os mercados ilícitos e o crime organizado, bem como a prevenção e contraposição à espionagem e à interferência externa.

A complexidade de tais desafios torna necessária a cooperação entre os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência. Cabe à ABIN, como órgão coordenador e facilitador do sistema, propor iniciativas e projetos que melhorem as capacidades estatais e o controle democrático na área de inteligência. O escopo espacial e temporal dos desafios também demanda interlocução com espe-

cialistas externos ao sistema de inteligência, bem como o desenvolvimento continuado de capacidades de análise prospectiva.

As transições globais e a evolução da situação internacional definirão o mundo nas próximas décadas, mas o futuro também depende da ação humana. Sobretudo, depende de como as duas principais potências e os demais atores internacionais se engajarão em dinâmicas de cooperação, conflito e securitização. Para o Brasil, a paz, a cooperação, o multilateralismo e o respeito à soberania dos povos são mais vantajosos que qualquer alinhamento automático a um polo de poder. Nosso país, conforme a Constituição Federal, trabalhará pela integração regional e por uma sociedade sustentável, inovadora e justa.

ABIN

A ABIN é um órgão da Presidência da República, vinculada à Casa Civil e responsável por fornecer ao presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, úteis para os processos de decisão do Governo Federal.

Na condição de órgão coordenador do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), a ABIN tem por missão assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos relativos à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa nacional, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico.

Para cumprir essa missão institucional, os profissionais de inteligência produzem conhecimentos estratégicos por meio da análise de fatos, eventos ou situações que permitam a identificação de oportunidades e ameaças relacionadas à proteção das fronteiras nacionais, à segurança de infraestruturas críticas, à contraespionagem, ao terrorismo, à proliferação de armas de destruição



em massa, a políticas estabelecidas com outros países ou regiões, à segurança das informações e das comunicações, à defesa do meio ambiente, à proteção de conhecimentos sensíveis produzidos por entes públicos ou privados, entre outros assuntos atualizados periodicamente. Além da produção de conhecimentos, a ABIN fornece serviços ao Estado e à sociedade brasileiros, tais como criptografia de Estado, capacitação em inteligência para os profissionais e consultoria em segurança por intermédio do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível.

A ABIN é um órgão de Estado permanente, apartidário e apolítico, com atuação nacional e representações no exterior.

As atividades de inteligência da ABIN são desenvolvidas com irrestrita observância aos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado brasileiro. Constituem fundamentos de sua ação a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana.

A ABIN seleciona seus profissionais por meio de concurso público. A aprovação é requisito necessário para o ingresso nas carreiras de Inteligência. O processo de admissão compreende, entre outras etapas, avaliação de conhecimentos, investigação social e aprovação no Curso de Formação em Inteligência.

Publicações



Doutrina da Atividade de Inteligência

A atual Doutrina da Atividade de Inteligência foi publicada em novembro de 2023 e é a primeira que a ABIN disponibiliza amplamente ao público. A Doutrina define e explicita os entendimentos que a ABIN tem hoje sobre a atividade de inteligência e como ela deve ser praticada pela Agência no Brasil, tendo por parâmetros a Constituição Federal e a legislação. Ela registra entendimentos conceituais que fornecem base prescritiva comum para o agir.

<https://www.gov.br/ABIN/pt-br/centrais-de-conteudo/doutrina/Doutrina-da-Atividade-de-Inteligencia-2023>



Revista Brasileira de Inteligência

A Revista Brasileira de Inteligência (RBI) é uma revista científica dedicada ao avanço do conhecimento sobre as concepções, processos, práticas, relações, estruturas e organizações relacionadas à atividade de inteligência. É publicada desde 2005 pela ABIN. De acesso aberto, a RBI é receptiva às contribuições de pesquisadores e pesquisadoras com diferentes origens e perspectivas, tendo como base comum o rigor científico e a honestidade intelectual.

<https://rbi.ABIN.gov.br>



Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível

O Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) é uma consultoria de segurança com foco na prevenção de espionagem, sabotagem e vazamento de informações. Desde 1997, busca promover a proteção de conhecimentos sensíveis em instituições nacionais, públicas ou privadas. O PNPC atua na sensibilização de pessoas, na identificação de ameaças e vulnerabilidades em sistemas de proteção e na apresentação de recomendações para redução de risco de incidentes. O PNPC publica uma série de guias de boas práticas, disponíveis na página do programa.

<https://www.gov.br/ABIN/pt-br/institucional/acoes-e-programas/PNPC>



Se sua instituição é detentora de conhecimentos sensíveis e necessita aumentar o nível de proteção, entre em contato pelo e-mail pnpc@ABIN.gov.br.

Para reportar casos de suspeitas de espionagem ou sabotagem em sua instituição, envie um e-mail para reporte@ABIN.gov.br.



Notas

Para a elaboração de notas e referências, foi adotado o estilo do *Chicago Manual of Style* (notas e bibliografia), 17ª edição.

Apresentação

¹ Agência Brasileira de Inteligência, *Doutrina da Atividade de Inteligência* (Brasília: ABIN, 2023), <https://www.gov.br/ABIN/pt-br/centrais-de-conteudo/doutrina/Doutrina-da-Atividade-de-Inteligencia-2023>.

01 | Transições Globais

² Phillip D. Jones e Michael E. Mann, "Climate over Past Millennia," *Reviews of Geophysics* 42, nº 2 (junho de 2004): 2003RG000143, <https://doi.org/10.1029/2003RG000143>.

³ Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), "Climate Change 2023: Synthesis Report – Summary for policymakers" (25 de julho de 2023), <https://doi.org/10.59327/IPCC/AR6-9789291691647>.

⁴ Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), "Climate Change 2023", 4.

⁵ "Climate Change in Data: The Physical Science Basis", Intergovernmental Panel on Climate Change, <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/resources/climate-change-in-data>.



- ⁶ Defesa Civil do Rio Grande do Sul, "Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 20/8", 20 de agosto de 2024, <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-10-7-66b67813ba21f-66c4eed627af9>.
- ⁷ Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), "Climate Change 2023", 5.
- ⁸ Yvan Guillemette e Jean Château, "Long-term scenarios: incorporating the energy transition," *OECD Economic Policy Papers* 33 (2023).
- ⁹ Agência Internacional de Energia (IEA), *Energy Technology Transitions for Industry: Strategies for the Next Industrial Revolution* (Paris: OECD Publishing, 2009), <https://doi.org/10.1787/9789264068612-en>.
- ¹⁰ Paulo Nobre *et al.*, "Amazon Deforestation and Climate Change in a Coupled Model Simulation," *Journal of Climate* 22, nº 21 (2009): 5686–5697, <http://journals.ametsoc.org/doi/10.1175/2009JCLI2757.1>; Jagadish Shukla, Carlos Nobre e Piers Sellers, "Amazon Deforestation and Climate Change," *Science* 247, nº 4948 (16 de março de 1990): 1322–1325, <https://www.science.org/doi/10.1126/science.247.4948.1322>; Bernardo Flores *et al.*, "Critical transitions in the Amazon forest system," *Nature* 626 (14 de fevereiro de 2024): 555–564, <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06970-0>.
- ¹¹ Ariane A. Rodrigues *et al.*, "Cerrado Deforestation Threatens Regional Climate and Water Availability for Agriculture and Ecosystems," *Global Change Biology* 28, nº 22 (2022): 6807–22, <https://doi.org/10.1111/gcb.16386>.
- ¹² Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, "Impactos ambientais e socioeconômicos no Pantanal," Portal Embrapa, Acesso em 11 de agosto de 2024, <https://www.embrapa.br/pantanal/impactos-ambientais-e-socioeconomicos-no-pantanal>.
- ¹³ Josefina Moraes Arraut, Carlos Nobre, Henrique M. J. Barbosa, Guillermo Obregon e José Marengo, "Aerial rivers and lakes: Looking at large-scale moisture transport and its relation to Amazonia and to subtropical rainfall in South America," *Journal of Climate* 25, nº 2 (15 de Janeiro de 2012): 543–556, <https://doi.org/10.1175/2011JCLI4189.1>.
- ¹⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "Censo 2022: informações de população e domicílios por setores censitários auxiliam gestão pública," Agência de Notícias IBGE, 21 de março de 2024, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39525-censo-2022-informacoes-de-populacao-e-domicilios-por-setores-censitarios-auxiliam-gestao-publica>.
- ¹⁵ Michael Oppenheimer *et al.*, "Sea Level Rise and Implications for Low-Lying Islands, Coasts and Communities" In: Hans-Otto Pörtner *et al.*, eds., *IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate* (Cambridge, Reino Unido e Nova York, EUA: Cambridge University Press, 2019): 321–445, <https://doi.org/10.1017/9781009157964.006>.
- ¹⁶ Universidade de São Paulo, "Riscos Ambientais Atingem População Pobre Com Mais Intensidade," *Jornal da USP*, 30 de novembro de 2022, <https://jornal.usp.br/noticias/riscos-ambientais-atingem-populacao-pobre-com-mais-intensidade/>; Projeto MapBiomas, "Mapeamento anual de cobertura



- e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2022 – Coleção 8" (2023), https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/FACT_Areas-Urbanas-no-Brasil_31.10_v2.pdf.
- ¹⁷ Aurélie Méjean *et al.*, "Climate Change Impacts Increase Economic Inequality: Evidence from a Systematic Literature Review," *Environmental Research Letters* 19, nº 4 (abril de 2024): 043003, <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ad376e>.
- ¹⁸⁷ Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), "Climate Change 2023", 5.
- ¹⁹ Michael Oppenheimer *et al.*, "Sea Level Rise", 329.
- ²⁰ William Tegart, Gordon Sheldon e D. Colin Griffiths, *Climate change: The IPCC impacts assessment* (Canberra: Australian Government Publishing Service, 1990): 2-8, https://archive.ipcc.ch/ipccreports/far/wg_II/ipcc_far_wg_II_full_report.pdf; John Reilly, "Climate change, global agriculture and regional vulnerability" In: Fakhri Bazzaz e Wim Sombroek, *Global Climate Change and Agricultural Production: Direct and Indirect Effects of Changing Hydrological, Pedological, and Plant Physiological Processes* (Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; Nova York: Wiley, 1996), <https://www.fao.org/4/w5183e/w5183e00.htm>; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, *Quarta comunicação nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima* (Brasília: 2022), 254, https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/comunicacoes-nacionais-do-brasil-a-unfccc/arquivos/4comunicacao/4_com_nac_brasil_web.pdf.
- ²¹ "World Population Prospects 2024", Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/900>.
- ²² "Population", Organização das Nações Unidas, <https://www.un.org/en/global-issues/population>.
- ²³ "World Urbanization Prospects 2018 – World – Annual Urban Population at Mid-Year", Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wup/DataQuery/>.
- ²⁴ "World Population Prospects 2024 – World – Total Population", Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/Probabilistic/POP/TOT/900>.
- ²⁵ "Poverty", Banco Mundial, atualizado em 2 de abril de 2024, <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>.
- ²⁶ Joe Hasell e Max Roser, "How Do We Know the History of Extreme Poverty?", *Our World in Data*, 5 de fevereiro de 2019, <https://ourworldindata.org/extreme-history-methods>.
- ²⁷ Organização das Nações Unidas, *World population prospects 2022: Summary of results* (Nova York: Organização das Nações Unidas, 2022), https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesa_pd_2022_wpp_key-messages.pdf.
- ²⁸ Anthony Cordesman, *Demographic change in North Africa: a case study by country* (Washington: Center for Strategic and International Studies, 2022), 1-5, https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/220907_Cordesman_North_Africa.pdf?APH_r9vDPOVmsTCnNFzX7.4jOMkj4cOE.



- ²⁹ Kari Paasonen e Henrik Urdal, "Youth Bulges, Exclusion and Instability: The Role of Youth in the Arab Spring," *Conflict Trends* 3 (Oslo: Peace Research Institute Oslo, 2016), <https://www.prio.org/publications/9105>.
- ³⁰ "World Population Prospects 2024 – Africa – Probabilistic Projections – Total Population", Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/Probabilistic/POP/TOT/903>.
- ³¹ "World Urbanization Prospects 2018 – Sub-Saharan Africa – Probabilistic Projections – Annual Urban Population at Mid-Year", Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wup/DataQuery/>.
- ³² Organização das Nações Unidas, *World population prospects 2024: Summary of results* (Nova York: Organização das Nações Unidas, 2024), 9, <https://desapublications.un.org/file/20622/download>.
- ³³ Michele Fornino e Andrew Tiffin, "Sub-Saharan Africa's Growth Requires Quality Education for Growing Population," IMF Blog, *Fundo Monetário Internacional*, 25 de abril de 2024, <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2024/04/25/sub-saharan-africas-growth-requires-quality-education-for-growing-population>; Fundo Monetário Internacional, *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa - A Tepid and Pricey Recovery* (Washington: *Fundo Monetário Internacional*, abril de 2024), <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2024/04/19/regional-economic-outlook-for-sub-saharan-africa-april-2024>; Andrew Stanley, "African Century," *Finance and Development Magazine* (setembro de 2023), *Fundo Monetário Internacional*, 16-17, <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2023/09/PT-african-century>.
- ³⁴ "World Population Prospects 2024 – Italy," Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/380>.
- ³⁵ "World Population Prospects 2024 – Republic of Moldova," Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/498>.
- ³⁶ "World Population Prospects 2024 – Republic of Korea," Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/410>.
- ³⁷ "World Population Prospects 2024 – Special Aggregates – Economic and trading groups – Most used data," Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Download/SpecialAggregates/EconomicTrading/>.
- ³⁸ "World Population Prospects 2024 – Australia," Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/36>.



- ³⁹ "World Population Prospects 2024 – Canada," Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/124>.
- ⁴⁰ "World Population Prospects 2024 – United States of America", Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/840>.
- ⁴¹ "World Population Prospects 2024 – France", Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/250>.
- ⁴² "World Population Prospects 2024 – Sweden", Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/Graphs/DemographicProfiles/Line/752>.
- ⁴³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos," *Agência de Notícias IBGE*, 27 de outubro de 2023, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>.
- ⁴⁴ "World Population Prospects 2024 – Data Portal," Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, <https://population.un.org/wpp/>.
- ⁴⁵ Kristine Bruland e David C. Mowery, "Innovation through Time," In *The Oxford Handbook of Innovation*, eds. Jan Fagerberg, David C. Mowery e Richard R. Nelson (Oxford University Press: 2006).
- ⁴⁶ J. Doyne Farmer e François Lafond, "How Predictable Is Technological Progress?," *Research Policy* 45, nº 3 (abril de 2016): 647-65, <http://dx.doi.org/10.1016/j.respol.2015.11.001>.
- ⁴⁷ Philipp Lorenz-Spreen, Lisa Oswald, Stephan Lewandowsky e Ralph Hertwig, "A Systemic Review of Worldwide Causal and Correlational Evidence on Digital Media Democracy," *Nature Human Behavior* 7, nº 1 (2022): 74-101, <https://doi.org/10.1038/s41562-022-01460-1>.
- ⁴⁸ Joshua Aaron Tucker *et al.*, "Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature", William and Flora Hewlett Foundation, 2018, <https://hewlett.org/library/social-media-political-polarization-political-disinformation-review-scientific-literature/>.
- ⁴⁹ Shaleen Khanal, Hongzhou Zhang e Araz Taeihagh, "Why and How Is the Power of Big Tech Increasing in the Policy Process? The Case of Generative AI". *Policy and Society* (27 de março de 2024): puae012, <https://doi.org/10.1093/polsoc/puae012>; Dipayan Ghosh e Ramesh Srinivasan, "The Future of Platform Power: Reining In Big Tech," *Journal of Democracy* 32, nº 3 (julho de 2021): 163-167, <https://doi.org/10.1353/jod.2021.0042>; Linda Monsees *et al.*, "Transversal Politics of Big Tech," *International Political Sociology* 17, nº 1 (março de 2023): olac020, <https://doi.org/10.1093/ips/olac020>.
- ⁵⁰ William R. Kerr e Frederic Robert-Nicoud, "Tech Clusters," *Journal of Economic Perspectives* 34, nº 3 (1º de agosto de 2020): 50-76, <https://doi.org/10.1257/jep.34.3.50>; World Intellectual Property Organization, *World Intellectual Property Report 2019 – The Geography of Innovation: Local*



- Hotspots, *Global Networks* (Genebra: World Intellectual Property Organization, 2019), <https://dx.doi.org/10.34667/tind.40571>; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), "Space Economy Investment Trends: OECD Insights for Attracting High-Quality Funding", *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers* 166 (Paris: OECD Publishing, 26 de abril de 2024), 6, <https://doi.org/10.1787/9ae9a28d-en>; Yong Sook Lee e Ying Chian Tee, "Reprising the Role of the Developmental State in Cluster Development: The Biomedical Industry in Singapore," *Singapore Journal of Tropical Geography* 30, nº 1 (março de 2009): 86–97, <https://doi.org/10.1111/j.1467-9493.2008.00359.x>.
- ⁵¹ "Fortune Global 500", Fortune, <https://fortune.com/ranking/global500/>.
- ⁵² Center for Industrial Development and Environmental Governance (CIDEG), *Global Innovation Hubs Index 2023* (CIDEG, Tsinghua University; Nature Research Intelligence, 2024), <https://www.nature.com/articles/d42473-023-00420-1>.
- ⁵³ "Russia, India closer to joint military equipment production – Minister," Reuters, 27 de dezembro de 2023, <https://www.reuters.com/world/russia-india-closer-joint-military-equipment-production-minister-2023-12-27/>.
- ⁵⁴ Song Su-hyun, "S. Korea's Electronics Industry No. 3 by Production," The Korea Herald, 26 de Janeiro de 2018, <https://www.koreaherald.com/view.php?ud=20180126000750>.
- ⁵⁵ Rui Sintra e Adão Geraldo, "Guerra Dos Semicondutores – Brasil versus China / EUA / Taiwan / Singapura / Coreia Do Sul," Instituto de Física de São Carlos, Universidade de São Paulo, 3 de janeiro de 2024, <https://www2.ifsc.usp.br/portal-ifsc/guerra-dos-semicondutores-brasil-versus-china-eua-taiwan-singapura-coreia-do-sul/>.
- ⁵⁶ Deyun Yin, Julio Raffo e Jie Tang, "Global innovation hotspots: innovation ecosystems and catching-up in developing countries: evidence from Shenzhen (Genebra: World Intellectual Property Organization, 2022), <https://doi.org/10.34667/tind.46726>.
- ⁵⁷ Raúl L. Katz, *Oportunidades para la transformación digital productiva: evidencia estadística sobre el nivel de digitalización sectorial en América Latina y el Caribe* (Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Organização das Nações Unidas, 2024), <https://www.cepal.org/es/publicaciones/68860-oportunidades-la-transformacion-digital-productiva-evidencia-estadistica-nivel>.
- ⁵⁸ CIDEG, *Global Innovation Hubs*, 12.
- ⁵⁹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), *OECD Reviews of Digital Transformation: Going Digital in Brazil* (Washington: OCDE, 2020), 18-19, <https://doi.org/10.1787/e9bf7f8a-en>.
- ⁶⁰ Kristalina Georgieva, "Ai Will Transform the Global Economy. Let's Make Sure It Benefits Humanity," Fundo Monetário Internacional (FMI), 14 de janeiro de 2024, <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2024/01/14/ai-will-transform-the-global-economy-lets-make-sure-it-benefits-humanity>.



- ⁶¹ Jeremy Hsu, "AI Chatbots Tend to Choose Violence and Nuclear Strikes in Wargames," *New Scientist*, 2 de fevereiro de 2024, <https://www.newscientist.com/article/2415488-ai-chatbots-tend-to-choose-violence-and-nuclear-strikes-in-wargames/>; Juan-Pablo Rivera *et al.*, "Escalation Risks from Language Models in Military and Diplomatic Decision-Making" *Proceedings of The 2024 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency* (Rio de Janeiro: Association for Computing Machinery, 2024): 836–98, <https://doi.org/10.1145/3630106.3658942>.

02 | Situação internacional

- ⁶² "GDP (Current US\$) - China, United States," World Bank Open Data, Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2023&locations=CN-US&skipRedirection=true&start=2023&view=bar>.
- ⁶³ "GDP, PPP (Current International \$) - United States, China," World Bank Open Data, Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD?contextual=default&end=2023&locations=US-CN&skipRedirection=true&start=2023&view=bar>.
- ⁶⁴ "GDP, PPP (Current International \$) - United States, China," Banco Mundial.
- ⁶⁵ "GDP Growth (Annual %) - Russian Federation," World Bank Open Data, Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=RU>. Fundo Monetário Internacional (FMI), *World Economic Outlook Update* (Washington: FMI, julho de 2024), <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/WEO/2024/Update/July/English/text.ashx>. Vasily Astrov, Lisa Scheckenhofer, Camille Semelet e Feodora Teti, *Monitoring the Impact of Sanctions on the Russian Economy* (EconPol, Centro de Estudos Econômicos da Faculdade de Economia da Universidade de Munique, fevereiro de 2024), https://www.econpol.eu/sites/default/files/2024-02/EconPol-PolicyReport_47.pdf.
- ⁶⁶ "Population – China," Fundo Monetário Internacional, <https://www.imf.org/external/datamapper/LP@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/CHN>.
- ⁶⁷ "GDP, Current Prices – India," Fundo Monetário Internacional, <https://www.imf.org/external/datamapper/profile/IND>.
- ⁶⁸ "GDP, Current Prices – India," Fundo Monetário Internacional.
- ⁶⁹ Ministério da Defesa da Índia, "DRDO successfully conducts Mission Divyastra," Press Information Bureau of India, 11 de março de 2024, <https://pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2013549>.
- ⁷⁰ "Global Military Spending Surges amid War, Rising Tensions and Insecurity," Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 22 de abril de 2024, <https://www.sipri.org/media/press-release/2024/global-military-spending-surges-amid-war-rising-tensions-and-insecurity>.
- ⁷¹ Nan Tian, Diego Lopes da Silva, Xiao Liang e Lorenzo Scarazzato, *Trends in world military expenditure, 2023* (Solna, Suécia: Stockholm International Peace Research Institute, 2024), https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-04/2404_fs_milex_2023.pdf.



- ⁷² "SIPRI Military Expenditure Database," Stockholm International Peace Research Institute, [mlex.sipri.org/sipri](https://www.sipri.org/sipri).
- ⁷³ The International Institute for Strategic Studies, *The Military Balance 2024* (Abingdon, Reino Unido: Routledge, 2024), 402.
- ⁷⁴ Hans M. Kristenssen e Matt Korda, "World nuclear forces" Em Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), *SIPRI Yearbook 2023: Armaments, disarmament and international security* (Solna, Suécia: SIPRI, 2023), 247-336, <https://www.sipri.org/yearbook/2023/07>.
- ⁷⁵ Kristenssen e Korda, "World nuclear forces."
- ⁷⁶ Christoph Nedopil Wang, *China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2023* (Griffith Asia Institute, Griffith University, e Green Finance & Development Center, Fudan University, 19 de março de 2024), 8, <https://greenfdc.org/china-belt-and-road-initiative-bri-investment-report-2023/>.
- ⁷⁷ "Fact Sheet: President Biden and G7 Leaders Formally Launch the Partnership for Global Infrastructure and Investment," The White House, Statements and Releases, 27 de junho de 2022, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/06/26/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-formally-launch-the-partnership-for-global-infrastructure-and-investment/>; "Annex I: Factsheet on the G7 Partnership for Global Infrastructure and Investment (PGII)," G7 Italia, Ministers Meeting on Development, 22 a 24 de outubro de 2024, <https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/ANNEX-I-G7-PGII-Factsheet-2024.pdf>.
- ⁷⁸ "Spokesperson of the Commissioner's Office: China is Firmly Committed to Fully and Faithfully Implementing 'One Country, Two Systems', and Any Interference in Hong Kong Affairs Is Doomed to Be Futile," The Commissioner's Office of China's Foreign Ministry in the Hong Kong S.A.R., 13 de março de 2021, http://hk.ocmfa.gov.cn/eng/fyrth/202103/t20210313_9521542.htm; "Full text of fact sheet on U.S. interference in Hong Kong affairs and support for anti-China, destabilizing forces," Liaison Office of the Central People's Government in the Hong Kong S.A.R., 25 de setembro de 2021, http://www.locpg.gov.cn/jsdt/2021-09/25/c_1211382686.htm.
- ⁷⁹ Liu Xuanzun, Guo Yuandan e Fan Wei, "PLA holds joint drills surrounding Taiwan island to punish secessionist forces," Global Times, 23 de maio de 2024, <https://www.globaltimes.cn/page/202405/1312852.shtml>.
- ⁸⁰ Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), "Reported Impact Snapshot – Gaza Strip," Organização das Nações Unidas (ONU), OCHA, 22 de outubro de 2024, https://e4k4c4x9.rocketcdn.me/en/wp-content/uploads/sites/15/2024/11/Gaza_Reported_Impact_Snapshot_22_October_2024.pdf.
- ⁸¹ Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR), "UNOSAT Gaza Strip Comprehensive Damage Assessment – September 2024," 27 de setembro de 2024, <https://unosat.org/products/3984>.
- ⁸² OCHA, "Reported Impact Snapshot – Gaza Strip," 22 de outubro de 2024.



- ⁸³ Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (UNOHCHR), "Update Report – Six-month update report on the human rights situation in Gaza: 1 November 2023 to 30 April 2024," Organização das Nações Unidas (ONU), UNOHCHR, 8 de novembro de 2024, 6, <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/countries/opt/20241106-Gaza-Update-Report-OPT.pdf>; Rasha Khatib *et al.*, "Counting the dead in Gaza: difficult but essential," *The Lancet* 404, v. 10449 (Correspondence): 237-238, [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(24\)01169-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(24)01169-3).
- ⁸⁴ "Today's armed conflicts," Academia de Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos – Geneva Academy, <https://geneva-academy.ch/galleries/today-s-armed-conflicts>; "Rule of law in armed conflicts," Geneva Academy, <https://www.rulac.org>.
- ⁸⁵ "Press release on Foreign Minister Sergey Lavrov's talks with Foreign Minister of the Republic of Cuba Bruno Rodriguez Parrilla," Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, 12 de junho de 2024, <https://mid.ru/en/maps/cu/1956249/>.
- ⁸⁶ "Press release on Foreign Minister Sergey Lavrov's meeting with Special Representative of the President of Nicaragua for Cooperation with Russia Laureano Ortega Murillo," Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, 23 de abril de 2024, https://mid.ru/en/foreign_policy/news/1945889/.
- ⁸⁷ "Press release on Foreign Minister Sergey Lavrov's meeting with Foreign Minister of the Bolivarian Republic of Venezuela Yvan Gil," Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, 11 de junho de 2024, <https://mid.ru/en/maps/ve/1955904/>.
- ⁸⁸ Corte Internacional de Justiça, "Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel)," <https://www.icj-cij.org/case/192>.
- ⁸⁹ Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), Detention in the context of the escalation of hostilities in Gaza (October 2023-June 2024) (Genebra, Suíça: OHCHR, Organização das Nações Unidas, 31 de julho de 2024), <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/countries/opt/20240731-Thematic-report-Detention-context-Gaza-hostilities.pdf>.
- ⁹⁰ "Welcome to Camp Lemonnier," Marinha dos Estados Unidos da América, <https://cnreurafcen.cnic.navy.mil/Installations/Camp-Lemonnier-Djibouti/>.
- ⁹¹ "O estabelecimento da Base de Segurança do Exército de Libertação do Povo da China em Djibuti e a cerimônia de expedição militar foram realizadas em Zhanjiang," Agência de Notícias Xinhua, 11 de julho de 2017, http://www.xinhuanet.com/world/2017-07/11/c_1121302146.htm.
- ⁹² "UK-Rwanda Asylum Partnership," Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, <https://www.unhcr.org/uk/what-we-do/uk-asylum-policy-and-illegal-migration-act/uk-rwanda-asylum-partnership>.
- ⁹³ Shawn Davies, Therése Pettersson e Magnus Öberg, "Organized violence 1989–2022, and the return of conflict between states," *Journal of Peace Research* 60, nº4 (2023): 699, <https://doi.org/10.1177/00223433231185169>.
- ⁹⁴ Davies, Pettersson e Öberg, "Organized violence 1989–2022," 699.



⁹⁵ Davies, Pettersson e Öberg, "Organized violence 1989–2022," 700.

⁹⁶ Organização das Nações Unidas, *Developments in the field of information and telecommunications in the context of international security* (Resolução A/RES/75/240), Assembleia Geral, 31 de dezembro de 2020, <https://undocs.org/A/RES/75/240>.

03 | América do Sul

⁹⁷ "Sul Global: O que isso significa?" G20 Brasil 2024, <https://www.g20.org/pt-br/noticias/videos/sul-global-o-que-isso-significa>.

⁹⁸ "Consenso de Brasília – 30 de maio de 2023," Ministério das Relações Exteriores, Nota à Imprensa nº 217, https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/consenso-de-brasilia-2013-30-de-maio-de-2023.

⁹⁹ Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, "Balança Comercial Mensal – Dados Consolidados," atualizado em 6 de agosto de 2024, <https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes/dados-consolidados/nota.html>.

¹⁰⁰ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2023* (Santiago, Chile: CEPAL, 2023), <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48978-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2023>.

¹⁰¹ CEPAL, *La Inversión Extranjera Directa*.

¹⁰² "World proven crude oil reserves," Annual Statistical Bulletin 2024, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, <https://publications.opec.org/asb/chapter/show/123/2113/2118>.

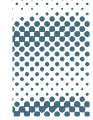
¹⁰³ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), *Boletim de recursos e reservas de petróleo e gás natural 2023* (Brasília: ANP, 2024), 2, <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/arquivos-reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/boletim-anual-reservas-2023.pdf>.

¹⁰⁴ United States Geological Survey (USGS), *Mineral Commodity Summaries 2024* (Reston, Estados Unidos: USGS, 2024), 111, <https://doi.org/10.3133/mcs2024>.

¹⁰⁵ USGS, *Mineral Commodity Summaries 2024*, 145.

¹⁰⁶ "Índices e Estatísticas Hidrometeorológicas – Estatísticas de Chuvas e Vazões por RHI – 2022 – Vazão média (m³/s)," Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), publicado em 24 de março de 2023, atualizado em 14 de fevereiro de 2024, https://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/49b2bdbf465547bc8fd51b9424d89889_3/about.

¹⁰⁷ "Disponibilidade Hídrica dos Sistemas Aquíferos – Poroso," Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), publicado em 14 de março de 2022, atualizado em 22 de maio de 2024, https://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/1c2d988d74d4457b9a3c2444ef929efb_0/about.



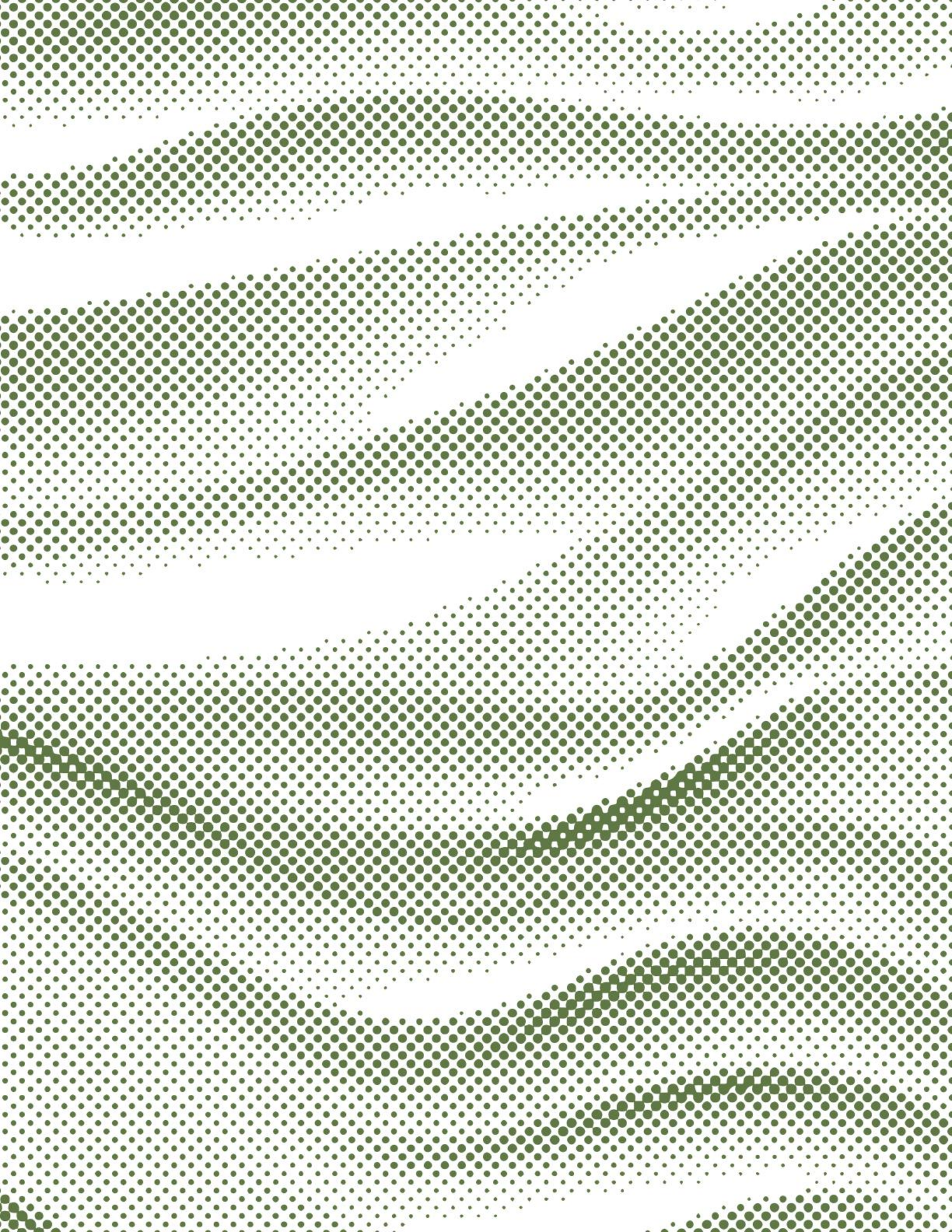
- ¹⁰⁸ “Produto Interno Bruto dos Municípios,” Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>.
- ¹⁰⁹ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), “Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural,” nº 168, agosto de 2024 (Brasília: ANP, 2024), <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletins/arquivos-bmppgn/2024/agosto.pdf>.
- ¹¹⁰ “Dados Gerais,” ComexStat, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/113298>.
- ¹¹¹ “Governo institui Política Nacional de Fronteiras para aprimorar integração e segurança,” Agência Gov, 3 de junho de 2024, <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/em-iniciativa-inedita-governo-federal-institui-a-politica-nacional-de-fronteiras>.
- ¹¹² “Consenso de Brasília,” Ministério das Relações Exteriores, 30 de maio de 2023.
- ¹¹³ Pedro Silva Barros, ed., *Uma Nova Agenda de Infraestrutura Para a América Do Sul* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024), 7-8, <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13584>.
- ¹¹⁴ “Governo institui Política Nacional de Fronteiras,” Agência Gov, 3 de junho de 2024,
- ¹¹⁵ Pedro Silva Barros, “A América do Sul no Tempo do Bicentenário da Independência do Brasil: Revitalização da Unasul e Reconstrução da Integração Regional,” *Revista USP* 136 (maio de 2023): 131-132, <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/211785>.
- ¹¹⁶ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe 2023* (Santiago, Chile: CEPAL, 2023), 21, <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/68725-perspectivas-comercio-internacional-america-latina-caribe-2023-mudancas>.
- ¹¹⁷ Barros, “A América do Sul no Tempo do Bicentenário”, 132.
- ¹¹⁸ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe 2022* (Santiago: CEPAL, 2023), 67-68, <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48650-perspectivas-comercio-internacional-america-latina-caribe-2022-desafio-dinamizar>.
- ¹¹⁹ Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, “Resultados do Comércio Exterior Brasileiro – Dados Consolidados”, atualizado em 6 de agosto de 2024, https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html#blocos.
- ¹²⁰ Raúl L. Katz, *Oportunidades para la transformación digital productiva: evidencia estadística sobre el nivel de digitalización sectorial en América Latina y el Caribe* (Santiago: CEPAL, 2024), 48, <https://www.cepal.org/es/publicaciones/68860-oportunidades-la-transformacion-digital-productiva-evidencia-estadistica-nivel>.



- ¹²¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), "Datos y hechos sobre la transformación digital" (Santiago: CEPAL, 2021), <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46766-datos-hechos-la-transformacion-digital-informe-principales-indicadores-adopcion>.
- ¹²² CEPAL, "Datos y hechos sobre la transformación digital," 6.
- ¹²³ "Consenso de Brasília," Ministério das Relações Exteriores, 30 de maio de 2023.
- ¹²⁴ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), "The sociodemographic impacts of the COVID-19 pandemic in Latin America and the Caribbean" (Santiago: CEPAL, 2022), 11, <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/10c71b97-a147-4349-b7ee-7fb952f950c6/content>.
- ¹²⁵ Marco Cepik e Júlio C. Rodríguez, "América Latina en tiempos de pandemia: desafíos estratégicos," *Pensamiento Propio*, 52 (julho a dezembro de 2020): 97, <http://www.cries.org/?p=5694>.
- ¹²⁶ Flávia Albuquerque, "Brasil atingiu em 2021 menor cobertura vacinal em 20 anos," Agência Brasil, 4 de agosto de 2023, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-08/brasil-atingiu-em-2021-menor-cobertura-vacinal-em-20-anos>.
- ¹²⁷ Instituto Butantan, "Doenças erradicadas podem voltar: conheça quatro consequências graves da baixa imunização infantil," Portal do Butantan, 11 de junho de 2022, <https://butantan.gov.br/noticias/doencas-erradicadas-podem-voltar-conheca-quatro-consequencias-graves-da-baixa-imunizacao-infantil->; Rebeca Villaça Kroll, "Volta de doenças controladas ameaça saúde das crianças brasileiras," *Revista Arco*, Universidade Federal de Santa Maria, 27 de julho de 2023, <https://www.ufsm.br/midias/arco/volta-de-doencas-controladas>.
- ¹²⁸ Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (RV4), "Refugees and Migrants from Venezuela," <https://www.r4v.info/pt/node/423>.
- ¹²⁹ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), "Fluxo migratório venezuelano no Brasil," Organização das Nações Unidas (ONU), <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>.
- ¹³⁰ Organização Internacional para as Migrações (OIM), "Estudio de impacto fiscal de la migración venezolana en Colombia: realidad vs. Potencial" (Genebra: ONU, janeiro de 2024): 13, https://americas.iom.int/sites/g/files/tmzbd1626/files/documents/2024-04/informe-final_vf.pdf.
- ¹³¹ Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), *Mapa da Segurança Pública 2024 – Ano-Base 2023* (Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, MJSP, 2024), <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-de-seguranca-publica-2024.pdf>.
- ¹³² Organização das Nações Unidas, "Syria: 10 Years of War Has Left at Least 350,000 Dead," 24 de setembro de 2021, <https://news.un.org/en/story/2021/09/1101162>.



- ¹³³ Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), *Segurança Pública e Crime Organizado no Brasil* (FBSP e Esfera Brasil, 27 de junho de 2024), <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/252>.
- ¹³⁴ Martha Fellows et al., *As cicatrizes do garimpo em terras indígenas da Amazônia Brasileira* (Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, abril de 2024), nota técnica, https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2024/04/NT11_portugues.pdf.
- ¹³⁵ Corte Interamericana de Direitos Humanos, "Resolução 35/2020, Medida Cautelar nº 563-20," Organização dos Estados Americanos, 17 de julho de 2020, <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2020/35-20mc563-20-br-pt.pdf>, citado por Luís Roberto Barroso, "Tutela Provisória Incidental na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 Distrito Federal," Supremo Tribunal Federal, 24 de maio de 2021, https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/1133decisao_monocratica.pdf.
- ¹³⁶ Casa Civil da Presidência da República, "Governo Federal completa mil operações realizadas na Terra Indígena Yanomami no período de cinco meses," 16 de julho de 2024, <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/governo-federal-completa-mil-operacoes-realizadas-na-terra-indigena-yanomami-no-periodo-de-cinco-meses>.
- ¹³⁷ Casa Civil da Presidência da República, "Governo Federal registra queda de 73% no número de alertas de garimpo na Terra Yanomami," 13 de junho de 2024, <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-registra-queda-de-73-no-numero-de-alertas-de-garimpo-na-terra-yanomami>.
- ¹³⁸ Directorio Legislativo, *Image of power – Report on presidential approval ratings in Latin America – January-February 2023* (Buenos Aires; Washington: Directorio Legislativo, 18 de abril de 2023), https://alertas.directoriolegislativo.org/wp-content/uploads/2023/04/eng-idp-ene-feb_61345196-1.pdf.
- ¹³⁹ Staffan Lindberg, ed., *Democracy Report 2024 – Democracy Winning and Losing at the Ballot* (Gotemburgo, Suécia: V-Dem Institute, Universidade de Gotemburgo, 2023), https://v-dem.net/documents/43/v-dem_dr2024_lowres.pdf.
- ¹⁴⁰ Evie Papada e Staffan Lindberg, ed., *Democracy Report 2023 – Defiance in the Face of Autocratization* (Gotemburgo, Suécia: V-Dem Institute, Universidade de Gotemburgo, 2023), https://v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf.
- ¹⁴¹ "GDP (Current US\$) – Latin America & Caribbean," World Bank Open Data, Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=ZJ>.
- ¹⁴² "GDP per Capita, PPP (Current International \$) – Latin America & Caribbean," World Bank Open Data, Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD?locations=ZJ>.





O texto e os títulos da obra foram compostos em Titillium Web (fonte licenciada pelo Google Fonts) alguns destaques em Elido (fonte licenciada pela Adobe Fonts).



A ABIN é um órgão da Presidência da República, vinculada à Casa Civil e responsável por fornecer ao presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, úteis para os processos de decisão do Governo Federal.

Desafios de Inteligência é um documento analítico público preparado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Mobiliza recursos de pesquisa e análise prospectiva para avaliar os riscos de segurança para o Brasil em quatro dimensões: global, internacional, regional e nacional.

